



Universidade Estadual de Campinas

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Revolução em DEBATE: O grupo DEBATE, o exílio e a
luta armada no Brasil (1970 – 1974)**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação (mestrado) em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Rodrigo Pezzonia

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti

Março
2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Sandra Aparecida Pereira CRB nº 7432**

P469r

Pezzonía, Rodrigo

Revolução em DEBATE : o grupo DEBATE, o exílio e a luta armada no Brasil (1970-1974) / Rodrigo Pezzonia. - - Campinas, SP : [s. n.], 2011.

**Orientador: Marcelo Siqueira Ridenti
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Brasil - História - 1964-1985. 2. Imprensa alternativa. 3. Exílio - Brasil. 4. Intelectuais - Brasil. 5. Revoluções - Brasil. 6. Guerrilhas - Brasil. I. Ridenti, Marcelo Siqueira, 1959- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Revolution in DEBATE : the DEBATE group, the exile and the armed struggle in Brazil (1970-1974)

Palavras-chave em inglês (keywords): Brazil - History - 1964-1985
Alternative press
Exile - Brazil
Intellectuals - Brazil
Revolutions - Brazil
Guerrillas - Brazil

"Revolução em DEBATE: O grupo DEBATE, o exílio e a luta armada no Brasil (1970 – 1974)"

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 31/março/2011

BANCA

Prof. Dr. (Orientador) Marcelo Siqueira Ridenti

Prof. Dr. (titular interno) Josué Pereira da Silva (IFCH-UNICAMP)

Prof. Dr. (titular externo) Rodrigo Patto Sá Motta (História – FAFICH/UFMG)

Prof. Dr. (suplente interno) Silvio César Camargo (IFCH-UNICAMP)

Prof. Dr. (suplente externo) Áureo Busetto (História-UNESP/Assis)

03 / 2011

Este trabalho é dedicado à
memória de Rodrigo Carminatti Burbarelli
(meu eterno amigo e irmão, Burba).

Agradecimentos

Em minha vida tive sorte de ter por perto mulheres que foram maravilhosas, por isso, as primeiras reverências vão para as pessoas sem as quais nunca este trabalho teria se realizado, são elas: Ana Honório Pezzonia (à sua memória, vó), Elisa Pezzonia (minha mãe, sem a qual nunca teria me tornado um Historiador), Margareth Aparecida Trovó da Silva Bueno (minha grande pequena irmã), Katy Cristina Paulino de Magalhães (incansável e paciente companheira dos últimos anos) por ter acreditado em mim e me apoiado de todas as maneiras possíveis e impossíveis, obrigado! E claro, a nova mulher da minha vida, e, quiçá, a mais importante de todas. À moça que tem a idade desta pesquisa, minha filha, Anita de Magalhães Pezzonia.

Não posso deixar de mencionar outra pessoa que foi o meu maior exemplo de honestidade desde a infância, ao irmão que a minha irmã escolheu para mim, obrigado Luis Henrique da Silva Bueno.

Amigos vêm e vão, muitos passam, mas os que ficam, correndo o risco de ser piegas, são para sempre. Por isso, agradeço também aos muitos amigos que tive a sorte de encontrar por este caminho, principalmente, André Leonardo Pesce e João Rodrigo Contim, que, nos últimos vinte e seis anos têm aguentado minha rabugice e mau humor. E que este agradecimento se estenda a todos os amigos rioclarenses.

A todos os amigos que fiz na graduação na UNESP-Assis, onde também tive a sorte de serem muitos, por isso não colocarei nomes aqui, pois sempre ficaria faltando alguém. E claro, àqueles que adquiri no mestrado, principalmente Thiago Trindade, Gustavo Cunha (Caconde) e Silvio Sawaya.

À Angélica Müller e Mario Augusto Medeiros da Silva, amigos que encontrei em meio às pesquisas.

Aos meus professores da UNESP-Assis, principalmente Áureo Busetto, Sérgio Augusto Queiroz Norte e Zélia Lopes da Silva.

Ao meu orientador, Marcelo Siqueira Ridenti, pelo seu profissionalismo e exemplo de humildade, muito obrigado, professor!

Ao professor Marcio Brilharino Naves pela idéia em trabalhar com a DEBATE.

À Secretaria do Programa de Pós Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), principalmente, à Chris.

Também agradeço a todos os demais envolvidos nesta pesquisa, principalmente aos ex-militantes que muito ajudaram no desenvolver deste trabalho com seus imprescindíveis depoimentos: João Carlos Kfourti Quartim de Moraes, Maria Lygia Quartim de Moraes, Breno Raigorodsky, Lia Zatz, Ricardo Abramovay, Eduardo Abramovay e Michael Löwy.

À CAPES que financiou este trabalho.

Ao Arquivo Edgar Leurenroth (AEL), ao Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP-UNESP-Assis), ao Arquivo Público do Estado de São Paulo e a todos os seus funcionários, muito obrigado!

Resumindo, a todos que passaram e passarão, a todos que de alguma forma influenciaram, e ainda influenciarão na minha vida pessoal e profissional, dedico este trabalho e agradeço.

Sumário

Sumário.....	9
Resumo	11
Abstract.....	11
Introdução.....	13
I. Uma Nova Geração de Intelectuais Exilados.....	19
II. O Criador e a Criatura.....	29
Fernando Andrade	29
VPR	29
França	33
O Grupo DEBATE	36
A revista DEBATE.....	44
DEBATE no Exílio.....	50
DEBATE na prisão: O caso Ralston	56
II. DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira 1970-1974.....	65
DEBATE e a Luta Armada no Brasil.....	65
Tendência Leninista da ALN: “Uma Autocrítica Necessária”	76
Entendendo o Coletivo DEBATE a partir de suas discordâncias com a Tendência Leninista da ALN	83
IV. “Massismo” x “Militarismo”: Entre Fernando Andrade e Jamil Rodrigues	97
Biografias: As militâncias dentro e fora do Brasil	99
Pontos Críticos.....	104
Considerações Finais	123
Anexos.....	127
Fontes	131
Bibliografia.....	131

Resumo

Esta pesquisa objetiva melhor entender o pensamento da militância exilada de esquerda, entre os anos de 1970 e 1974, a partir de um grupo de exilados conhecido como DEBATE, e seu órgão de divulgação, a revista *DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira*, em seus primeiros anos de atividade. Acreditamos que, a partir da análise tanto das fontes escritas quanto orais, poderemos recuperar sua história e de seus colaboradores; suas posições político-ideológicas referentes tanto ao exílio quanto ao processo de luta armada que ocorria no Brasil; além de tentar situá-los como uma nova categoria social que nasce no degredo, - com a “Segunda Geração de Exilados” - que é uma nova “safra” de intelectuais que terão importância ímpar na reestruturação do “Brasil Democrático” pós a anistia.

Palavras Chave: 1. Brasil - História - 1964-1985. 2. Imprensa alternativa. 3. Exílio - Brasil. 4. Intelectuais - Brasil. 5. Revoluções - Brasil. 6. Guerrilhas - Brasil.

Abstract

This research has as its goal the understanding of the thinking of brazilian leftists exiled militants between 1970 and 1974, taking as support the first years of activity of the group known as DEBATE (Debate) and its journal DEBATE: problemas da revolução brasileira (Debate: problems of the brazilian revolution). We believe that, by analyzing written and oral sources, we will be able to regain access to the history of the group and to that of its collaborators, to its political and ideological positions about exile as much as on the urban and rural guerrillas going on on Brazil of that time. Finally, we shall try to establish this group as a new social category that arouse in banishment: that of "second generation exiles", which means a new group of intellectuals who will become highly important ones in the rebuilding of democracy in Brazil after the amnesty.

Keywords: 1. Brazil - History (1964-1985). 2. Alternative Press. 3. Exile – Brazil. 4. Intellectuals – Brazil. 5. Guerrillas – Brazil. 6. Revolutions – Brazil.

Introdução

A pesquisa que apresentamos tem como objetivo central tratar de um importante veículo de informação, debate de ideias, além de órgão de confluência enquanto coletivo de parte dos exilados brasileiros, principalmente para os que se encontravam na França (e em menor grau no Chile pré-golpe de Estado), na primeira metade da década de 1970, o grupo DEBATE, e seu boletim *DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira*. Como recorte temporal, decidimos por abarcar os primeiros quatro anos da publicação, que constitui o primeiro de três períodos distintos na Produção de DEBATE, que vai de seu lançamento em fevereiro de 1970, até a decretação do “fim” da resistência armada à ditadura por volta do número dezesseis em outubro 1974. Existe mais um segundo período que vai do início de 1975 até por volta de 1980, quando da transferência de sede da DEBATE da França para terras brasileiras, e desse momento até o fim de suas atividades em junho de 1982 que é o terceiro período, e o que finda a produção do periódico e, por sua vez, do grupo.

O nascimento desses grupos de brasileiros fora do país tem alguns objetivos muito evidentes. Em primeiro lugar o de se organizar e congregar forças para ultrapassar os obstáculos, principalmente emocionais, que o degredo carrega. Nos depoimentos concedidos, vemos que os coletivos têm papel crucial no acolher e amparar os exilados recém-chegados das frentes de resistência no Brasil, ajudando a compreender esta nova fase de sua vida que, na grande maioria das vezes, não é bem-vinda.

Os coletivos, ainda no que diz respeito ao exílio, têm a qualificação de amenizar a dor da permanência em terras estrangeiras. Além das atividades de convivência e cultura que estes proporcionam, a ênfase na necessidade de estudo e especialização são muito fortes, principalmente para se entender os motivos pelos quais estão sofrendo o degredo, e

discutir as maneiras para transpor os obstáculos – aqui nos remetemos diretamente aos objetivos do grupo DEBATE. No que diz respeito à continuação da militância, estes grupos teriam como objetivos, além de discutir e entender a conjuntura brasileira, tentar intervir e servir como órgão de denúncia das ações cometidas pelo regime militar. Aqui lembramos que a revista é significativa em pelo menos dois pontos deste processo. Além de ser o órgão divulgador das denúncias, também é a vitrine para aquilo que se produz em seu meio interno, os grupos de estudo.

Entre 1969 e 1974 temos dois fenômenos que estão inteiramente ligados. No Brasil, a ascensão e queda do processo de resistência armada à ditadura militar, e, em paralelo ao recrudescimento da repressão que fará com que o segundo fenômeno se evidencie, ou seja, o *boom* de militantes exilados pelos países da América Latina e Europa. Com o fim deste período, a partir de uma “brecha” aberta pelo regime de Geisel (a chamada “abertura lenta e gradual”), muitos exilados começam a voltar para o Brasil, principalmente após o ano de 1975.

Nosso intuito em trabalhar com o primeiro período da publicação é o de melhor entender a relação entre exílio e luta armada, e o processo de autocrítica que se desenvolve nestes quatro anos. Além disso, com o desenrolar dos trabalhos, entendemos que seria impossível, ou no mínimo insuficiente, se fizéssemos apenas a análise “fria” dos textos da revista, buscando só ali os temas, problemas e aflições que permeavam a vida dos exilados, e principalmente dos jovens intelectuais oriundos da segunda geração de exilados – estes que neste primeiro momento são a totalidade dos colaboradores da revista, e grande parte dos membros do grupo DEBATE. Dito isso, agora tentaremos brevemente esclarecer nossos métodos de pesquisa.

Imprensa exilada e depoimentos orais como fonte de pesquisa

Em apresentação do livro *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a Nação*¹ de

Tânia Regina de Lucca, Ana Maria Martinez Correa indica que:

O estudo de publicações periódicas tem atraído a atenção de pesquisadores interessados no conhecimento e na avaliação da produção intelectual de determinados períodos de nossa história. Por suas características próprias, essas publicações sequenciais podem proporcionar ao estudioso as possibilidades de vislumbrar quais seriam os temas de interesse na época, a maneira como foram abordados, quem eram seus autores e quem eram seus leitores.

Acreditamos que o mesmo possa ser dito em relação à produção da imprensa exilada. Embora pouco se tenha estudado até agora sobre esse assunto, e nesta condição específica, ou seja, o da análise de materiais impressos fora do Brasil por militantes de esquerda exilados. Sabemos que foi vasta e heterogênea esta produção. É até difícil saber com exatidão o número de títulos de periódicos publicados, mas o que se sabe é que abordaram vários temas, alguns mais voltados para cultura, outros para questões políticas, e assim por diante. Nota-se também que a vida destes periódicos tem uma história muito heterogênea. Alguns existiram por mais de uma década, lançando várias edições anuais, enquanto outros só alcançaram a marca do primeiro número. Provavelmente havia os mais lidos, os mais raros de se encontrar, os mais “radicais”, os mais bem produzidos (seja em forma ou conteúdo). Pesquisadoras da Escola de Comunicação da UFRJ, por exemplo, tiveram acesso a 50 coleções produzidas por grupos de diversas concepções políticas em 17 países diferentes, onde notaram maioria na França e Chile com 13 coleções. Entre os periódicos analisados pelas autoras do artigo, o jornal *Resistência* que foi publicado no Chile em 1972 e que tinha vinculação explícita com organizações de luta armada no Brasil

¹ LUCCA, T. R. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a Nação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

(MR-8 e ALN)². Outras, como a revista *Reflexo*, lançada já quase no fim do período de exílio – em setembro de 1978 na Suécia - era um veículo de divulgação da produção cultural dos exilados como nos mostra Denise Rollemberg³.

Logicamente, também havia os colaboradores efetivos, os esporádicos ou mesmo os convidados. É neste ponto que encontramos o primeiro obstáculo para a feitura da pesquisa. Os textos da DEBATE, em sua totalidade, são escritos por autores “sem face”, ou seja, autores que se apegavam ao artifício do uso de pseudônimos como meio de segurança, como veremos detalhadamente mais adiante.

Denise Rollemberg, ao falar sobre a importância da imprensa para os exilados, relata também outros obstáculos que podem aparecer para o pesquisador, como por exemplo, não se ter acesso a todos os números do periódico, não conseguindo assim responder a perguntas básicas como

... datas do primeiro e último número. Informações que recuperariam o seu alcance e sua relevância raramente são encontradas, como a tiragem, a distribuição a amplitude atingida, a recepção e a composição do público leitor. As entrevistas com editores, colaboradores e exilados, em geral, não preenchem algumas lacunas, mas não todas. A tentativa de estabelecer o lugar desta imprensa na trajetória da esquerda exilada, através de depoimentos é limitada: as posições políticas passadas e presentes condicionam interpretações e avaliações. Evidentemente isso não impossibilita a pesquisa, ao contrário, é mais um objeto de análise. Implica, contudo, um aprofundamento maior, com entrevistas direcionadas exclusivamente para o assunto, buscando testemunhos capazes de dar um quadro mais completo das publicações.⁴

Concordando com a autora em vários aspectos, destacaremos aqui o caso específico da DEBATE.

² BARCELOS, Thatiana Amaral; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Militantes e Jornalistas: *A imprensa editada por exilados políticos brasileiros durante a ditadura*. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0976-1.pdf>. Acessado em 22/12/2009.

³ ROLLEMBERG, D. Exílio: Entre Raízes e Radares. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 195.

⁴ ROLLEMBERG, 1999. p. 194 - 195

Além, é claro, da identificação e contato com aqueles que escreveram, ou tiveram outras funções no periódico, a DEBATE está disponível quase que completamente nas dependências do Arquivo Edgar Leurenroth (AEL)⁵. A partir daí, além dos artigos da revista em si, temos acesso a alguns dados a que a pesquisadora se refere como possíveis obstáculos revelados anteriormente no texto, como quantidade de edições, datas de publicação, relação de autores que escreveram para o periódico, etc.

Em relação às fontes orais, assim como a autora, também acreditamos que o uso do depoimento para se encontrar o lugar da imprensa na trajetória da esquerda exilada não é suficiente, por isso optamos por tratar o documento escrito, assim como o oral, com o mesmo nível de importância para que um repare as lacunas deixadas pelo outro.

Nosso trabalho se dividirá em quatro capítulos. No primeiro faremos breves considerações sobre o exílio e a “segunda geração” de exilados. No segundo, tentaremos traçar a história do DEBATE abordada, inicialmente, pela perspectiva da biografia de seu criador, passando por breves considerações acerca das diferenças entre grupo e publicação, e terminando com a análise de sua recepção no exterior e no Brasil⁶. No terceiro trabalharemos as posições do grupo DEBATE em relação à luta armada, a partir da densa discussão que perdurou por dois anos (ou dos números 7 ao 12) em suas páginas, acerca do documento “Uma Autocrítica Necessária”, este redigido pela Tendência Leninista da Ação Libertadora Nacional. E por fim, analisaremos o discurso de dois jovens, e de relevante

⁵ Foram publicados 40 números da *Debate*, destes, o Arquivo Edgar Leurenroth possui 33 (faltam em seu acervo os números 1;2;15;16;21;31;33). As edições faltantes nos foram disponibilizadas pelo professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, (e também criador da revista) João Quartim de Moraes.

⁶ Ao falarmos da inserção da DEBATE no Brasil, consideraremos o processo judicial movido contra Eduardo Ribeiro Ralston, por deter material subversivo, ou seja, cópias do boletim DEBATE, sendo que a partir daí, tentaremos analisar as relações sociais que permeavam a vida dos militantes e seus familiares, principalmente na cidade de São Paulo naquele período.

importância teórica para a resistência armada no período estudado, e suas ideias a respeito da revolução brasileira: João Quartim de Moraes (Fernando Andrade) e Ladislav Dowbor (Jamil Rodrigues).

I. Uma Nova Geração de Intelectuais Exilados

Ao iniciar nosso trabalho sobre o grupo DEBATE entre os anos de 1970 e 1974, tínhamos como única referência os escritos publicados em seu boletim no exílio. Com um maior aprofundamento na leitura dos textos, veio a curiosidade de saber quem estava por trás daquelas análises, quais as características humanas destes indivíduos (que até aquele momento eram apenas pseudônimos), bustos sem face flutuando em nosso inconsciente e que pediam para serem desvelados. Assim, da pretensão de fazer apenas um trabalho voltado para análise das concepções teóricas e ideológicas do boletim DEBATE no que se refere ao período de luta armada, veio a necessidade de entender "do que este periódico era feito", entender esta que, acreditamos, é uma nova categoria que se constrói a partir de 1969 (com a erupção da segunda geração de exilados): a do jovem intelectual exilado, e até que ponto sua postura e ação influenciou no processo de autocrítica das esquerdas naquele período (1970-1974).

Como nos revelam Elide Rugai Bastos e Walquíria Leão Rêgo, o intelectual como *figura social*, crítico às relações e aos poderes constituídos – igreja, clero, nobreza, poderes absolutistas – nasce no século XVIII, a partir, principalmente, da criação do espaço e da opinião pública, o campo de ação desta categoria. É inserido neste espaço público, que ele se encontra, e principalmente, se posiciona na produção da crítica da sociedade à qual pertence. As autoras também nos mostram que é no momento de “crise social” que o intelectual seria mais acionado. O momento de crise é um momento de mudança onde se requer a revisão de conceitos e retorno a “velhas questões”. Este momento de crise para as autoras é o “... *que se retoma mais intensamente o debate sobre a missão, função, papel do intelectual, em que se impõe a recuperação da memória da atividade e o balanço da*

atuação deste personagem.⁷”. Pensando desta forma, acreditamos que poucos foram períodos mais conturbados para a intelectualidade no Brasil do que o século XX.

Marcelo Ridenti, a partir da documentação do *Projeto Brasil Nunca Mais*, afere que a maior parte dos processados por envolvimento com organizações de esquerda no Brasil a partir de meados dos anos 60 era estudante, 906 indivíduos ou 24,5% do total de 3698 de processados com ocupação conhecida da esquerda em geral, e 583, ou seja, 30,7% dos 1897 denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras. Isso reflete a extraordinária mobilização estudantil, sobretudo nos anos de 1966 e 1968. Outro dado importante trazido por Ridenti é que nestes números não são levados em conta aqueles que tinham como sua ocupação principal ser “estudante”, pois muitos trabalhavam para pagar seus estudos. Assim, acredita-se que a estatísticas podem aumentar relevando os estudantes operários, os estudantes professores, ou seja, os estudantes trabalhadores. Agora, se formos analisar os que tiveram acesso ao ensino superior, quase 60% dos atingidos figuram na lista. Quando falamos de faixa etária, quase 52 por cento dos simpatizantes ou quadros da militância armada tinham menos de 25 anos, 75,33% até 30 e 85,88% até 35 anos. Na maioria das organizações predominavam militantes entre 22 e 25 anos⁸.

Ridenti ainda colabora para evidenciar o que leva grande parte destes estudantes à luta armada, e conseqüentemente ao exílio, mostrando o grau de proximidade entre os estudantes e a esquerda armada ainda no início:

A ligação entre o movimento estudantil e as organizações de esquerda estreitava-se entre 1967 e 1968. Por exemplo, segundo o depoimento de um ex-guerrilheiro, Marighella exercia forte atração sobre a “massa avançada” dos estudantes paulistas, a quem deu “cobertura armada” durante a ocupação da faculdade de filosofia da USP em 1968, além de fornecer armas para a

⁷ BASTOS. E. R.; RÊGO, W. L. O Compromisso da Moralidade. IN: BASTOS. E. R.; RÊGO, W. L (orgs) Intelectuais e Política: A moralidade do Compromisso. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1999. p. 12.

⁸ RIDENTI. Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira – Raízes Sociais da Guerrilha Armada*. São Paulo: EDUNESP, 1993

“segurança” das centenas de seguranças que foram ao XXX Congresso da UNE em Ibiúna no final daquele ano – armas ineficazes, pois todos os estudantes foram presos no local.⁹

Como mostramos acima em números, e nesta citação, mais tarde esses laços irão se estreitar mais e mais, até os jovens estudantes de classe média se tornarem os quadros mais ativos da resistência armada à ditadura militar brasileira. Então, a partir do recrudescimento do regime com o AI-5 em 1968, quando a repressão do Estado se profissionaliza tornando-se insustentável a permanência destes militantes em terras brasileiras, estes seguem para o exílio, onde se vêem obrigados a começar nova vida em um novo país, e convivendo com novas realidades sócio-culturais.

Outro ponto que deve ser tratado antes de continuarmos é o que se refere à tipologia de exílio e exilados, já que não existe apenas um tipo de exílio ou de exilado. Há aquele que por acreditar que sua segurança poderia estar em risco - principalmente os ligados à primeira geração de exilados pós 1964 – e, com seus próprios documentos conseguem sair do país pela “porta da frente”; há os que fogem clandestinamente com documentos falsos cruzando as fronteiras terrestres via países vizinhos; há aqueles que, efetivamente procurados pela repressão, são obrigados a se refugiar em embaixadas, adquirindo o direito de asilo político. E há um último tipo que são os expulsos do país pelo regime depois de serem trocados por diplomatas estrangeiros capturados por organizações da esquerda armada.

Hoje, o exílio é visto como vivido em dois momentos distintos. Denise Rollemberg entende esses dois períodos como geracionais. Este conceito de geração – que a autora busca em Jean François Sirinelli, e que por sua vez se apóia em Jean Luchaire – para nosso caso específico, diz respeito à existência de uma primeira geração de exilados que

⁹ RIDENTI. 1993 p. 130.

temporalmente se situaria no período do golpe, em 1964, e que politicamente teria como característica a identificação com “... o projeto da reforma de base, ligados a sindicatos e partidos político legais, como o PTB, ou ilegais como o PCB.”, e que, “Quando foram para o exílio, já eram na maior parte homens maduros definidos profissionalmente”.¹⁰, além disso, em grande medida estariam engajados em um sistema de luta legal (na medida do possível) e pacífico contra regime militar. Já a segunda geração, diferente da primeira, teria como características a pouca idade dos exilados, pertencerem ao movimento estudantil, e de atuarem em estreita ligação com os meios armados de resistência.

Se nos referirmos estritamente ao exílio dos intelectuais, acreditamos que este esquema também pode ser usado. A primeira geração exilou-se com o golpe, no ano de 1964, onde temos como maior contingência de exilados os pensadores brasileiros renomados no país, e um tanto quanto conhecidos no exterior. No segundo momento, com o recrudescimento da violência do regime a partir do AI-5, temos um novo fluxo de “degredados”, que são, em sua maioria, aqueles jovens estudantes secundaristas e universitários já citados, que estão cada vez mais ligados às organizações de esquerda, e que começam a se refugiar em países europeus e da América Latina, principalmente França e Chile. E que, fora do país, iniciam ou desenvolvem suas carreiras acadêmico-intelectuais, tendo grande importância em seu retorno pós-anistia, na luta pela conquista da democracia.

Por fim, poderíamos colocar mais um ponto que teria importância no que concerne à trajetória dos exilados, que seria o exílio dentro do exílio, que se caracteriza pelo êxodo de exilados para terras européias, principalmente francesas, após o golpe que derruba Salvador Allende em 1973. Quanto às categorias sociais, tenhamos em mente que, no caso intelectual, como supracitado, este é um personagem que em geral advém da classe média,

¹⁰ ROLLEMBERG, 1999, p. 50.

ou seja, com posses e influências que podem facilitar sua saída do país, enquanto, para outras categorias essa tarefa era um pouco dificultada.

Isso não quer dizer que concordamos com teorias, como por exemplo, da professora Helenice Rodrigues da Silva, que descaracteriza o exílio intelectual brasileiro como não sendo um ato exclusivamente político, e tendo caráter voluntário. Ela diz:

Ora, se aprofundarmos melhor o nosso enfoque, constataremos que, se o exílio dos intelectuais, principalmente o dos brasileiros, foi um ato de revolta contra o poder, ele não deixou de ser uma escolha voluntária. Em relação a outros exílios latino-americanos, o exílio brasileiro constitui, portanto, uma singularidade. (...) (o) exílio brasileiro – resultando de acontecimentos menos trágicos e contando com um número restrito de pessoas – não pode ser visto como um fenômeno exclusivamente de ordem política.¹¹

Em primeiro lugar, embora concordemos com a autora que comprovadamente, em números, o processo de repressão e exílio tenha sido mais “ameno”, ou melhor, tenha estatisticamente feito menos vítimas no Brasil, discordamos de que este tenha sido “voluntário”, e entendemos este termo como não sendo pertinente, já que passível do entendimento de que o exílio viria da vontade espontânea do indivíduo e não da necessidade, deste que teme pela sua segurança. Acreditamos que este tipo de interpretação pode dar vazão, inclusive, a posições como a de certa parte da imprensa, que ultimamente tende a chamar este período de nossa história de “ditabranda”.

Além disso, lembremos que o Chile - um dos exemplos usados pela autora - foi o destino de grande parte da intelectualidade exilada, onde, aliás, tiveram efetiva participação política. Sendo assim, se o primeiro exílio (oriundo do Brasil) não foi exclusivamente político, cremos então que o segundo (pós-golpe militar) teria que ser reconhecido pela autora.

¹¹ SILVA, Helenice Rodrigues da. Os Exílios dos Intelectuais Brasileiros e Chilenos, na França, Durante as Ditaduras Militares: uma história cruzada. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/5791>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

Como vimos os problemas destes militantes não terminavam com o pouso em terras estrangeiras. Edward Said, importante pensador dos exílios, ao criticar a idéia de que o exílio consiste em uma ruptura total com o lugar de origem, diz:

Para a maioria dos exilados, a dificuldade não consiste só em ser forçado a viver longe de casa, mas, sobretudo, e levando em conta o mundo de hoje, em ter que viver com a lembrança de que ele realmente se encontra no exílio, (...) Portanto, o exilado vive num estado intermediário, nem todo integrado ao novo lugar, nem totalmente liberto do antigo, cercado de envolvimento e distanciamentos pela metade; por um lado ele é nostálgico e sentimental, por outro um imitador competente ou um pária clandestino.¹²

A partir da necessidade de adaptação a um novo modo de vida, o exílio se transforma em um conflito entre permanência e mudança. Há um embate entre a realidade de sobrevivência em outra terra, isto é, um impacto do encontro com uma nova cultura no sentido mais amplo (língua, costumes, política, etc.), e o desejo de não perder suas raízes. Neste último, o exilado acredita que esta situação é passageira, podendo chegar ao ponto máximo da negação de assimilar o *modus vivendi* do país de acolha. Sendo assim, a necessidade de se unir a grupos de outros com a mesma sorte é imprescindível. Daí a formação de vários coletivos de exilados que surgem por todos os países que acolheram os brasileiros¹³.

Fora do Brasil, e tendo que sobreviver neste novo mundo, a melhor forma que encontra para diminuir as dificuldades é se solidarizando com outros da mesma sorte que ele, e ocupando o tempo com o que lhe era mais familiar, e que, além de tudo, poderia dar subsídios para continuar sua resistência no degredo, ou seja, sua produção intelectual e política.

SAID, Edward W. Representações do Intelectual: As Conferências Reith de 1993. São Paulo, C&a das Letras, 2005. p. 56.

¹³ ROLLEMBERG, Denise. Debate no Exílio: Em Busca da Renovação. IN: História do Marxismo no Brasil. Vol. VI, Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

Alem disso, como nos mostra Afrânio Garcia, o golpe do Chile reforçou a crença na “longa duração” das ditaduras da América Latina, e deu para o exilado a certeza de sua permanência indeterminada em terras estrangeiras De acordo com ele:

...data desse período a decisão de uma fração ponderável de antigos militantes de retomar seus investimentos escolares. Na França, por exemplo, procedimentos específicos foram acionados depois de 1973, visando reconhecer os certificados daqueles que não podiam fazer valer seus diplomas brasileiros e chilenos. Assim, muitos deles se inscreveram nas diversas disciplinas das ciências humanas para terminar a licenciatura ou iniciar um doutorado. Foram os diplomas adquiridos nessa ocasião que permitiram a uma parte dos exilados candidatar-se a postos liberados com a partida dos descendentes dos portugueses em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.¹⁴

Assim, para Garcia, os estudos traziam oportunidade, inclusive, de ascensão social no exílio, já que eram muito comuns os chamados “sub-empregos” na Europa, como até hoje ocorre com aqueles que se aventuram (claro que não é o caso do exilado) fora do país, como “lavador de pratos, vigilante dos Liceus encarregado de imóveis ou de hotéis etc”, como ele mesmo lista. Um militante que partiu para África (Guiné-Bissau), e lá ficou por muitos anos desenvolvendo trabalhos acadêmicos e políticos foi Ladislau Dowbor, militante que analisaremos mais adiante.

Outra questão problemática, a que não podemos nos furtar, é a do reconhecimento, ou não, da condição revolucionária do intelectual. Seria ele digno de ser tratado como agente revolucionário, ou sua ação nas organizações influenciaram de maneira negativa (burguesa) o proletariado?

Daniel Aarão Reis lembra que desde Marx a necessidade do trabalhador intelectual para o processo revolucionário é evidenciado. Seria através do trabalho teórico que se chegaria à determinação dos interesses históricos do proletariado. Mas mesmo assim, o

¹⁴ GARCIA, Afrânio. O Exílio Político dos Estudantes Brasileiros e a Criação da Universidade na África (1964-1985). IN: ALMEIDA. A. M. F.; CANÊDO, L.B.; GARCIA, A.; BITTENCOURT, A. B. (Org.) Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras. Campinas/SP: EDUNICAMP. 2004. p. 249.¹⁴

trabalhador intelectual sempre é visto com certo preconceito pelas organizações de esquerda, por trazer em si a característica de uma categoria elitista, agente que desviaria a conduta do principal personagem revolucionário, o proletariado. Mas Aarão Reis questiona: *“Os próprios comunistas, aliás, sempre se auto-proclamaram como vanguardas, isto é, elites políticas e teóricas dos trabalhadores em luta pela revolução social.”* E Pergunta: *“Mas, além disso, pelas suas próprias características, as organizações comunistas não seriam também elites sociais?”*¹⁵

Helenice Rodrigues tenta – mesmo constatando que a fronteira entre um e outro não é muito nítida – diferenciar, dentre os exilados, o intelectual do militante político, dizendo que: *“o intelectual exilado é não só o produtor e difusor do conhecimento que se beneficiou da notoriedade em seu país de origem, como o estudante universitário, preparando, na França, um diploma de mestrado e doutorado...”*¹⁶. No nosso caso, esta definição ajuda, e muito, ao constatarmos a existência de um novo tipo de intelectual que desponta a partir do AI-5. Mas, ao mesmo tempo, diferente da autora, nós não temos o intuito de diferenciá-lo do militante político, e sim, mostrar que sua produção intelectual e política fora do país buscou influenciar no Brasil nos anos sucedâneos ao de 1970.

Assim, quando falarmos deste jovem intelectual exilado, estaremos nos referindo ao estudante que busca no exílio sua especialização, sem deixar de lado sua militância política. Outro ponto importante, é que não podemos nos limitar apenas ao estudante universitário, mas também tratar do secundarista¹⁷, que no exílio continuará seus estudos, e, junto com os primeiros, será a mão de obra principal da reação ao regime militar em terras

¹⁵ AARÃO REIS FILHO, 1990. p 142.

¹⁶ SILVA, Helenice Rodrigues da. O Exílio dos Intelectuais e os Intelectuais Exilados. IN: Helenice Rodrigues; Keliane Kohler (orgs). Travessias e Cruzamentos Culturais: A Mobilidade em Questão. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. p. 31.

¹⁷ Em nossa pesquisa, até o momento, temos pelo menos dois militantes do grupo DEBATE que ao chegar ao exílio eram ainda adolescentes.

estrangeiras, como produtor de grande parte do material de denúncia, discussão e debate da esquerda fora do Brasil, evocando assim o tipo de intelectual ativo politicamente, engajado, e que Said coloca como sendo “... *um indivíduo com um papel público na sociedade, que não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe, que só quer cuidar de suas coisas e de seus interesses.*”¹⁸ Ou seja, embora “sem rosto”, dado o caráter semi-clandestino no qual os próprios exilados se colocavam, eles tinham função social no exílio, tanto numa conotação internacionalista de convívio com os problemas do país de acolha, quanto se colocando diante dos problemas brasileiros.

Sirinelli coloca o período do pós-guerra até meados dos anos setenta como recorte temporal imprescindível para se entender a história da *Intelligentsia* francesa. No que se refere à esquerda neste período, constata que houve “... *a dominação ideológica das esquerdas sobre várias gerações sucessivas de jovens intelectuais do pós-guerra, a geração intelectual da guerra da Argélia e a dos anos 1960, responsável, graças a alguns de seus membros, pela agitação de extrema esquerda antes e depois de maio de 1968.*”¹⁹.

Esta citação acaba por corroborar em parte as intenções de nossa pesquisa, ou seja, os jovens exilados brasileiros, embebidos já no Brasil de uma identidade revolucionária de esquerda que tomava conta do mundo do pós-guerra, em seu degrado na França têm seus ímpetos potencializados ao se depararem com ambiente tão propício ao pensamento de esquerda. Ambiente que daria oportunidade para que estes jovens brasileiros estudassem e se especializassem colaborando ainda mais para seus pensamentos críticos quanto ao que ocorria no Brasil e no próprio exílio. Concordamos então com Helenice Rodrigues, quando

¹⁸ SAID, Edward W. Representações do Intelectual: As Conferências Reith de 1993. São Paulo, C&a das Letras, 2005.

¹⁹ SIRINELLI, Jean François. A Sociedade intelectual francesa no Limiar de um Novo Século. IN: Intelectuais: Sociedade e Política. BASTOS, E. R.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2003. p. 186-187.

diz que são o “desenraizamento” e o “distanciamento” que permitem situações propícias para o “desenvolvimento da criatividade intelectual e do pensamento crítico.”²⁰”

Para esses intelectuais “estrangeiros” e “deslocados”, o distanciamento espacial e cultural – condição ideal para um pensamento mais objetivo – favoreceu uma visão mais crítica e anti-conformista da realidade. Através do diálogo com outra cultura, a experiência da expatriação (imposta ou voluntária) propiciou uma maior lucidez em relação as contingências históricas²¹.

E, em nosso caso específico, o exílio trouxe, a partir deste distanciamento, novas perspectivas de estudos sobre o Brasil. João Quartim de Moraes, personagem com quem nos familiarizaremos com a pesquisa, compara o exílio a uma doença em que, pela necessidade de repouso, o tempo para o estudo que antes era pouco, se dilata, “*É um momento em que você usa uma condição em que você está para estudar.*” Para ele, essa produção oriunda dos tempos de exílio

... era um esforço para pensar aquela tragédia toda, aquele horror, para analisar o Brasil. Que para nós foi um exercício também importante, um paradoxo. Você está longe do Brasil, e quer estudar o Brasil com um tipo de interesse que você até nem tinha. E método de sistematização que não tinha quando estava aqui. Porque aqui a vida vai te empurrando, empurrando, empurrando e você vai correndo, correndo.²²

Mas então, agora, vamos nos deter nos nascimentos de DEBATE e Fernando Andrade.

²⁰ SILVA, 2008. p. 24

²¹.Ibid. p 23.

²² Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/01/2010.

II. O Criador e a Criatura

Fernando Andrade

Nascido em 1941, João Carlos Kfourri Quartim de Moraes, filho de Neddy Quartim de Moraes e Lygia Kfourri Quartim de Moraes, tinha 23 anos incompletos quando do Golpe Civil militar de 1964, mas como diz ele próprio “... já era velho o bastante para compreender o alcance do desastre político que se abatia sobre o Brasil. Constatado o colapso da resistência frontal ao golpe, encontrei, como tantos outros, um paliativo à sordidez das circunstâncias participando de formas embrionárias de resistência à ditadura militar, a começar pela mais pacífica e proveitosa: procurar compreender exatamente o que havia ocorrido.”²³ Depois disso as tentativas de compreensão extrapolaram o âmbito da ditadura, e se fizeram em vários outros temas políticos, filosóficos, culturais, sociológicos e assim por diante. Temas que se inserem na carreira intelectual que se faz até os dias atuais. Mas o nosso interesse na história de João Quartim tem tempo demarcado: do ano de 1965, momento em que segue pela primeira vez a Paris, até 1974, ano em que encerramos o recorte temporal da pesquisa, e onde, neste meio tempo nascerá Fernando Andrade. Começemos pela metade da história...

VPR

Em sua dissertação de mestrado, Fabio André Gonçalves das Chagas analisa, “sob o enfoque de seus conflitos internos entre 1968 e 1971”, toda a trajetória da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)²⁴.

²³ MORAES, J. Q. K. de. Liberalismo e Ditadura no Cone Sul. Coleção Trajetória Vol. 7. Campinas/SP: UNICAMP, IFCH, 2001. p. 13.

²⁴ CHAGAS, F. A. G. das. A Vanguarda Popular revolucionária: dilemas e perspectivas da Luta Armada no Brasil (1968-1971). Dissertação de Mestrado: UNESP/Franca, 2000

A VPR se diferenciava das demais organizações pela heterogeneidade de classe dos seus quadros. Ou seja, na mesma organização havia estudantes, intelectuais, operários e militares²⁵, e é esta mesma heterogeneidade que será responsável pelos conflitos que levarão ao fim da 1ª VPR²⁶, principalmente a partir dos desentendimentos entre o “Setor Logístico” (militares) e o “Setor Urbano” (estudantes/intelectuais).

Os desentendimentos ocorriam não só quanto às ideias e práticas, como também em relação às diferentes categorias. Assim, os militares viam-se vitimados pelo preconceito da parcela intelectualizada que, para os sargentos, os inferiorizavam em relação às questões teóricas. De acordo com os militares da “logística”, os intelectuais os alcunhavam de maneira pejorativa de “sargentões”. Mas, por outro lado, para os sargentos, os militantes egressos do movimento estudantil e com formação mais intelectual enquadravam-se no grupo dos “revolucionários de pena”, ao passo que para si próprios cabia o enquadramento no grupo dos “revolucionários de gatilho”. Como vemos então, este tal preconceito se batia dos dois lados.

Desta forma, o problema de afinidades entre as categorias que compunham a luta armada parece ter sido um dos motivos para os corriqueiros rachas que ocorriam nas fileiras da esquerda, principalmente em uma organização como a VPR, que possuía militantes oriundos do setor operário, intelectual e militar. Por mais que os “setores” servissem para organizar, geravam também divisão, dissidências dentro da própria organização. E talvez isso ajude a explicar as transformações de VPR em VAR-Palmares, e depois em VPR novamente.

²⁵ Vários estudos mostram que a VPR foi a organização que mais congregou militares. O estudo mais recente que retratará disso é a tese de Wilma Antunes Maciel, *“Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)”*, defendida em março de 2010.

²⁶ Chamamos de 1º VPR, a organização que nasce ainda sem nome, apenas conhecida como “O” no início de 1968 e se desenvolve até se juntar à COLINA, a qual dará origem à VAR Palmares.

Assim, a indisposição entre os setores “urbano” e “logístico” da VPR transparecia nas ideias, de um lado mais voltada às concepções políticas, e por outro às militares, ou seja, o primeiro (“massista”) acreditando que “... *a militância deveria se preocupar àquela altura em consolidar a organização, em criar vínculos mais sólidos nas bases sociais, ao invés de partirem para um aprofundamento das ações armadas*”²⁷, enquanto que no segundo (militarista) predominava a concepção militar, onde seria necessário o aprofundamento da luta revolucionária e da propaganda armada nas cidades (eixo tático), no sentido de recrutar quadros e sustentar a base logística da organização para a inserção no campo. Mas em relação à atividade das massas, diferente dos primeiros, deixava claro que sua participação só seria agregada ao movimento em uma fase posterior do processo revolucionário. Mas isto veremos mais adiante.

Naquele momento, e já desde o início, quem tinha mais influência no setor logístico e, aliás, foi o dirigente mais importante da VPR, era Onofre Pinto (sargento do exército cassado após o AI-1). Enquanto que no setor urbano, considerado o teórico principal da organização naquela altura, era João Quartim. Mas, o que realmente fez com que a indisposição entre esses dois grupos não se sustentasse teve relação com a possível deserção do capitão Carlos Lamarca do quartel no qual servia, o 4º Regimento de Quitauína.

O setor urbano “... *preconizava que seria mais vantajoso se Lamarca permanecesse no interior das forças armadas, continuando com o trabalho de cooptação e politização dos militares.*” Além do que a organização não possuía “... *uma estrutura capaz de abrigar Lamarca e os demais militares que desertariam da corporação militar com ele em junho de 1969*”²⁸. Já o “logístico”, e principalmente para Onofre Pinto, aquela

²⁷ CHAGAS, p. 47.

²⁸ Ibid. p. 48.

seria uma oportunidade única para se realizar a operação, já que o adiamento poderia significar o cancelamento da ação, e a perda de um quadro importante para as fileiras da VPR, já que se descoberto, sua sorte não seria das melhores.

Por outro lado, ao que parece os organizadores da ação não supunham a reação violenta que a repressão mostraria ao ter um dos seus, e não qualquer um, desertado das fileiras militares e se engajado no *front* dos “subversivos”. Para Quartim, possivelmente houve tanto de Onofre quanto de Lamarca, no que se refere às condições estruturais da organização, a subestimação do impacto que a deserção teria para os meios militares. “*Um capitão do exército foge com armas. Deixou a ditadura muito assustada. Daí o ódio que se tem dele (Lamarca) até hoje... Um ódio terrível*”.²⁹

Para se resolver essas pendências, em dezembro de 1968, alguns militantes se reuniram na praia do Perequê Mirim, litoral norte de São Paulo no que ficou conhecido como o “Congresso da Praianada”. Neste encontro, o embate ficou entre aqueles que queriam intensificar as ações armadas, enquanto que para outros seria necessário um recuo estratégico, “... *o qual consistiria num retraimento operativo da VPR, um recolhimento e proteção dos quadros e a limitação das operações táticas na zona urbana a um mínimo indispensável de sequestro de armas e bancos*.”³⁰ Os militares viram essa posição como “recuísta”, e afirmaram com as resoluções reformistas dos Partidos Comunistas.

Como desfecho deste encontro, a posição dos “recuístas” predominou, mas Onofre Pinto, que desde o início não parecia estar preocupado com as posições que a tal reunião refletia, golpeou a organização e deu de ombros para as proposições dos ligados ao setor urbano. Estes tentaram reverter a situação, mas, no início de 1969, João Quartim de

²⁹ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/01/2010.

³⁰ CHAGAS, op. Cit, p.48.

Moraes, Renata Guerra de Andrade, Wilson Fava e Maryse Farhi foram comunicados de seu desligamento da organização, e dias mais tarde a operação Lamarca ocorreria. João Quartim, neste momento já procurado pela repressão, e além de tudo desiludido com a luta no Brasil, resolve sair do país. Mas sua posição anti “militarista” o acompanha no exílio.

Dois meses depois de seu desligamento da VPR, João Quartim deixa o Brasil por via terrestre pelo Rio Grande do Sul, em direção ao Uruguai junto com outros cinco ou seis militantes que ele diz ter ajudado a escapar, “*gente de valor e corajosa*”.³¹ Do Uruguai, parte do grupo segue para o Chile, mas Quartim, depois de seis meses em solo uruguaio, segue para a Argentina³², e de lá direto para a França. Naquele momento era muito comum que a concentração de exilados se fizesse no Chile, e não na Europa, mas de acordo com ele mesmo, há um detalhe que muitos se esquecem ao fazer a análise do exílio naquele período (fins de 1969), ou seja, todas as previsões acreditavam que Jorge Alessandri – candidato da direita – e não Allende ganharia as eleições. E Quartim complementa: “*Cette erreur d’analyse m’a permis d’échapper au destin de la plupart des compatriotes qui étaient au Chili au moment du coup d’Etat*”.³³

França

Antes de continuarmos por esse caminho, teremos que voltar um pouco no tempo, e considerar um período da vida de Quartim que, de acordo com ele próprio e outros que o conheceram, teve papel relevante na sua formação intelectual, e principalmente política.

³¹ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/01/2010.

³² Em entrevista que nos concedeu, Quartim revela sua opção em sair pela Argentina por dois motivos. O primeiro diz respeito à repressão da polícia brasileira existente no Uruguai, que naquele momento já vivia situação muito tensa, e em segundo por esse país não proporcionar voos direto à França.

³³ “Este erro de análise me permitiu escapar ao destino de grande parte dos compatriotas que estavam no Chile no momento do golpe de Estado.” Depoimento de João Quartim de Moraes In: Souza, I. M.F dos; Rolland, D. (Orgs). *Le Bresil des gouvernements militaires et l’exil: violence politique, exil et accueil des Brésiliens en France, témoignages et documents*. Paris, France: L’Harmattan., 2008. p. 73.

Entre outubro de 1965 e fevereiro de 1968, após terminar seus estudos na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, consegue uma bolsa de estudos e segue para França, como ele mesmo relata:

Je prepareis un doctorat em philosophie antique, grace á une bourse d'études du gouvernement français, lesquels les accordait à l' époque (les temps étaient moins difficiles) plus facilement qu' aujourd'hui. La Faculte de Philosophie de São Paulo avait beneficie, dès sa création, du concurs de remarquables intellectuels français, dont Claude Lévi-Strauss n'est que le plus célèbre. Mon sujet de thèse était *La Définition du Temps dans la Physique d'Aristote* inscrit à la Faculte des Letres et Sciences Humaines avec un rapport favorable du professeur Maurice de Gandillac.³⁴

Nesta primeira incursão francesa, Quartim encontra um ambiente favorável para seu desenvolvimento político e intelectual. O país estava em efervescência política, com grandes mobilizações que se diferenciavam do que havia visto no Brasil até o golpe civil militar. Mobilizações estas que abarcavam em suas fileiras homens e mulheres de todas as idades, profissões, classes, e assim por diante. Neste novo ambiente político, entra em contato com vários e destacados militantes da esquerda tanto brasileira quanto mundial:

Dans cette ambiance, les étudiants brésiliens à Paris se sentaient encourages à developper des activités de résistance à la dicatadure . J'ai participé à une éphémère association des étudiants brésiliens en France, où j'ai fait la connaissance de José Maria Crispim, ancien dirigeant du PCB et ancien depute federal communiste à l'Assemblée Constituante de 1946. Cette rencontre a lourdment pesé sur ma destinée personelle, Crispim, qui avait adhéré à la tendance marxiste-revolucionnaire de la IV^a Internationale dirige par le Grec Michel Raptis, plus connu sous le pseudonyme de Pablo, était articulé avec le réseau de sympathisants du mouvement guérillero dirige par Leonel Brizola, l'un des exilés politiques de 1964 les plus combatifs. Il m'a mis en contact avec ce group, dont le principal représentant à Paris était l'ancien député nationaliste de gauche Max Costa dos Santos.³⁵

³⁴ Eu preparei um doutorado em filosofia antiga, graças a uma bolsa de estudos do governo francês, que eles proporcionavam à época (os tempos eram menos difíceis), mais facilmente que hoje em dia. A Faculdade de Filosofia de São Paulo havia se beneficiado, desde sua criação, de notáveis intelectuais franceses, o qual Claude Levi-Straus era o mais famoso. Meu tema de tese foi *A Definição de Tempo na Física de Aristóteles* inscrito na faculdade de Letras e Ciências Humanas com um relatório favorável do professor Maurice de Gandillac. (Santos; Rolland p. 69).

³⁵ Neste ambiente, os estudantes brasileiros em Paris se sentiam encorajados a desenvolver as atividades de resistência à ditadura. Eu participei de uma efêmera associação de estudantes brasileiros na França, onde conheci de José Maria Crispim, antigo dirigente do PCB e antigo deputado federal comunista da Assembléia Constituinte de 1946. Esse encontro pesou fortemente sobre meu destino pessoal. Crispim, que havia aderido à tendência marxista revolucionária da IV^a Internacional, dirigida pelo grego Michel Raptis, mais conhecido sob o pseudônimo de Pablo, era articulado com a rede de simpatizantes do movimento guerrilheiro dirigido

Essas novas relações foram muito importantes para a sua futura militância e consciência política. A partir destes encontros, e depois, com o reencontro destes personagens no exílio, ele começou a se encantar com Partido Comunista Frances (PCF), o que mais tarde também influenciou fortemente as ideias passadas pelo DEBATE. Para Ricardo Abramovay:

Ele [PCF] construiu uma hegemonia que permitiu que ele não só chegasse a vinte e poucos por cento do eleitorado, mas constituísse uma coalizão de forças com o partido socialista e os radicais de esquerda capaz de concorrer na eleição de 74 com Miterrand à frente. Quase ganhar a eleição com um programa que era um programa de nacionalizações democráticas. E a idéia de nacionalizações democráticas era uma idéia que fazia parte do nosso programa, do DEBATE. O DEBATE era muito fortemente influenciado pelo eurocomunismo. É muito nítida essa influência, mas ao mesmo tempo a gente não entra no Partidão. Então vai saber por quê. Porque não é a mesma história, as trajetórias são outras.³⁶

Denise Rollemberg já havia citado em seus trabalhos que “*a esquerda recebeu no exílio a influência de processos políticos e movimentos sociais que contribuíram para a revisão de seus valores e referências*³⁷”. Vemos aqui que Quartim recebeu essas influências no momento anterior a seu período de exilado. Nesta sua estada parisiense entrou em contato com as ideias que se desenvolveram durante os próximos anos de sua militância de esquerda, e influenciaram na visão que teve do exílio adiante. Mas mesmo assim, o fato de não ter nesta primeira estada vivido como um exilado não desqualifica o que tentamos dizer ao usar a citação de Rollemberg, já que, Quartim se influenciou e conviveu em um ambiente de exilados. Pode-se dizer então, que João Quartim foi um dos poucos jovens que viveram as “duas gerações” do exílio.

por Leonel Brizola, um dos exilados políticos de 1964 mais combativos. Pôs-me em contacto com este grupo, cujo principal representante em Paris era o antigo deputado nacionalista de esquerda Max da Costa Santos. (Santos; Rolland p. 70).

³⁶ Entrevista cedida por Ricardo Abramovay em 25/05/2010. Abramovay em sua entrevista dá muito mais visibilidade a influência exercida por Michel Raptis.

³⁷ ROLLEMBERG. D. A Imprensa no Exílio. In: Maria Tucci Carneiro (org). Minorias Silenciadas. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial/ FAPESP, 2002.

Quartim parece se identificar com a teoria das “duas gerações” de Rollemberg, mas prefere chamar este processo de “Les Deux Vagues” (As Duas Ondas) como podemos encontrar em seu depoimento já referido, publicado na França.

João Quartim, como vimos até agora, também participou dessa primeira “onda”, já que, mesmo não sofrendo ainda com a “chaga” do exilado, teve contato com toda a densa atmosfera que permeava as relações daqueles que foram obrigados a deixar sua terra no golpe em 1964.

A “segunda onda” chegou após sua expulsão das fileiras da VPR no início de 1969 em textos publicados na revista de Jean Paul Sartre, *Les Temps Modernes*, e depois em sua própria produção: *DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira* finalmente nasce Fernando (de) Andrade.

Assim, este seguiu para sua outra “estada” francesa em fins daquele mesmo ano, e desempenhou a partir do grupo DEBATE, papel muito importante para com os jovens exilados que pisaram em terras francesas naquele período, como veremos agora ao tratar do DEBATE.

O Grupo DEBATE

A primeira constatação que deve ser feita para se entender a revista DEBATE, é o fato de que DEBATE não nasce revista, e o seu desenvolver não é auto-suficiente. O boletim, ou revista DEBATE, nada mais é do que um veículo de externalização das principais inquietações e estudos que estavam sendo produzidos por membros de um coletivo naquele momento. Sendo assim, temos que entender que ela é só uma expressão de algo mais amplo, e que o trabalho principal, que tem realmente importância nas relações com os exilados, ou pelo menos neste pequeno grupo que é “o” DEBATE, não está

necessariamente ligado às páginas da revista, e sim aos seus bastidores no seio do grupo DEBATE³⁸.

Vemos que as posições entre revista e grupo se confundem no próprio discurso de Quartim:

E aí, a revista era a ideia de fazer uma publicaçãozinha bem modesta, bem tosca, já nos primeiros contatos. Tínhamos algumas ideias, não é? Uma era reunir os brasileiros que pudessem ir para lá, que estivessem dispersos, ter alguma forma de contato. Também estudar, não é? Ajudar. Tudo o que você pode imaginar. Desde arrumar casa para dormir, até começar a estudar o que fazer da vida.³⁹

Assim, aqui temos um resumo das questões que permeiam a revista e o grupo DEBATE, e que começaremos a tratar agora. Nota-se que ao falar da revista, João Quartim lhe dá atribuições que acreditamos irem além da capacidade de um periódico, como o de reunir e servir de posto de campanha para os brasileiros exilados. Acreditamos então, que estas seriam tarefas destinadas a um grupo. O periódico teria outras atribuições, como o de apresentar os estudos produzidos pelos militantes pertencentes ao grupo, divulgar o ideário do coletivo, denunciar as ocorrências repressivas no Brasil, e assim por diante. Além disso, neste trecho de entrevista revelam-se outros pontos que precisam ainda ser colocados para analisar o grupo, como suas posições e disposições, o papel da instrução acadêmica para este grupo, e a influência de Quartim para os jovens exilados que aportavam em terras estrangeiras.

Esta constatação de que sem o grupo DEBATE não haveria seu órgão mais visível, a revista DEBATE, e que esta estaria para os exilados envolvidos, talvez, em um segundo

³⁸ Para o melhor entendimento, utilizaremos mecanismos gramaticais femininos ao nos referirmos à revista ou boletim DEBATE, masculinos quando do Grupo (ou Coletivo), e quando não houver distinção entre as duas entidades a preposição “de” será acionada, ou então será ocultado qualquer artigo ou preposição.

³⁹ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes no dia 15/01/2010.

plano só se pôde constatar em um momento, até certo ponto já avançado da pesquisa, quando da entrevista feita com Ricardo Abramovay, na qual ele observa:

É, nós nos referimos ao DEBATE sempre no masculino, mesmo porque era mais o grupo DEBATE do que a revista DEBATE, a revista era instrumento de algo que no fundo era mais revelador da condição de estarmos organizados, ou seja, nós não éramos colaboradores eventuais de uma revista, nós éramos membros de um grupo com os riscos que isso envolvia. E me dá a impressão desde o início das suas mensagens, que você estava tratando a DEBATE no feminino, e aí isso me chamou a atenção, e me fez pensar olha, que gozado, a gente sempre tratou a DEBATE no masculino, e acho que é por isso.⁴⁰

Pelo fato de a DEBATE ser uma revista de pequenas dimensões (no início raramente seus números ultrapassavam as 50 páginas), nos dezesseis números que analisamos (quatro anos de publicação), houve apenas quatorze pessoas entre militantes do DEBATE, ou de outros grupos, que escreveram para o periódico, e grande parte destes não publicou mais de dois artigos. Assim, no caso dos membros do DEBATE, como Abramovay diz, antes de serem “colaboradores eventuais de uma revista” eram “membros de um grupo”, assim, os textos publicados seriam, como veremos adiante, resultados de estudos obtidos a partir das inquietações do grupo DEBATE.

Mas como nasce, onde e quem são os membros desse grupo? Quanto às duas primeiras:

DEBATE é um grupo que nasce dos esforços de alguns intelectuais (em especial João Quartim de Moraes) de organizar e reunir os exilados brasileiros que estavam na França em fins de 1969, início de 1970.

E aqui abrimos um parêntese importante. De acordo com os depoimentos que colhemos até agora, outros nomes aparecem como formadores, ou influências para a formação deste grupo. Além de João Quartim, sempre citado como criador e o mais

⁴⁰ Entrevista cedida por Ricardo Abramovay em 25/05/2010.

importante elemento na organização dos trabalhos no DEBATE, outros dois nomes, ou melhor, um nome e um codinome aparecem como personagens influentes na formação do grupo, Aloysio Nunes Ferreira⁴¹ e A. Silva.⁴²

Mas quem garantiu mesmo maior influência nos militantes da “segunda geração”, ou seja, os jovens da classe média intelectualizada, oriundos da esquerda armada, é mesmo Quartim. Como nos relata Maria Lygia Quartim de Moraes:

E desses nomes que você tem aí, os nomes de guerra, digamos que havia duas ou três pessoas que, quando estavam no exterior tinham 16 anos de idade, não tinham acabado o colegial. E o João teve um papel quase que paternal, vamos estudar, vamos fazer, vão se formar, então lá fizeram suas faculdades, filosofia, enfim, se formaram na França.⁴³

Um destes adolescentes que estava na França neste período, e que diz ter sido muito influenciado por Quartim, foi Ricardo Abramovay, então com 16 anos quando se viu exilado, revela:

O João foi muito importante (...) Para você ver, a gente era tão doidão, que a minha primeira reação a isso foi: Ah não, vamos voltar para o Brasil e ir para a clandestinidade, e tal. Entrar para a classe operária, trabalhar em fábrica, sei lá, esse tipo de coisas. E aí começa a importância do João. João disse assim: “De jeito nenhum!”(...) Então a Lia [Zatz] chega, e nós dois, e ainda mais o namorado da Lia que estava na clandestinidade, nós ainda estávamos, como jovens que éramos, muito ligados a ideia de que a guerrilha iria dar certo, etc., etc. O João foi muito importante para mostrar para a gente que, enfim, que aquilo era um equívoco, e que não era por aí. Ele foi fundamental no começo de nossa formação política. Então, Lia e eu fomos, por influência do João, que disse: “Não, vocês tem que ir para a escola, estudar e pronto!” E, tanto a Lia quanto eu entramos em um colégio francês, começamos a cursar em setembro de 70.⁴⁴

A necessidade de se especializar academicamente para se inserir no grupo parecia ser imprescindível. Além disso, a especialização intelectual também parecia fazer

⁴¹ Atualmente senador pelo Estado de São Paulo pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), à época, embora não fosse oficialmente membro do coletivo, de acordo com os depoimentos, foi de muita influência nas discussões que o permeavam.

⁴² A. Silva, pseudônimo de José Eli da Veiga, foi co-autor de um dos, senão o, mais importantes documentos elaborados pelo DEBATE, o projeto “Plataforma Política”. E, junto com Quartim, foi um dos que mais colaborou com textos para o periódico.

⁴³ Entrevista concedida por Maria Lygia Quartim de Moraes em 30/04/2010.

⁴⁴ Entrevista concedida por Ricardo Abramovay em 25/05/2010.

parte de uma espécie de “terapia ocupacional” para sobrevivência ao exílio, meio de se sentir útil para a resistência à ditadura militar, já que o sentimento de culpa por estar vivo, não ter “caído” em batalha, ou não estar preso e sofrendo as sevícias da repressão, era intrínseco à parte dos exilados, com particular intensidade nos mais jovens, como o próprio João Quartim lembrou:

Porque a maioria chegava meio arrependida de ter chegado viva. Então tinha aquela coisa: “Tenho que voltar, vou voltar, vou voltar!” Voltar como, não é? Alguns voltaram e praticamente todos foram esfaqueados. Eu fiz o que pude dentro dos limites dizendo: “Espera um pouco. Não é de um dia para outro que vão mudar as relações de força. Espera um pouco, agora vocês estão queimados...”⁴⁵

Os grupos de estudos já eram conhecidas formas de resistência no Brasil, mas no exílio, estes pareciam tomar proporções bem maiores. As funções destes coletivos tinham peculiaridades nos dois países. Acreditamos que, no exílio, antes de ter um caráter de formador político, tem o de socializador e instrumento que permeia as relações sociais dos exilados.

A gente sempre, - independentemente das discussões semanais da DEBATE - todo sábado tínhamos também, como chamávamos, os encontros da esquerda. Além de grupos de estudo. O João todo ano formava um, por exemplo, o ano que eu estava lá nós fizemos a questão agrária. Muitos participavam como o Paulo Sérgio Pinheiro, a Ana Maria Amaral que eram as pessoas que participavam dos grupos de estudo... O Gabeira e tal, daí variava. Quando estive no Chile fizemos um sobre Lênin. Então tinha sempre um grupo de estudo. Então, quando eu fui para o Chile, que eu fiz a Escolatina, no primeiro ano, no primeiro semestre era o tomo I d’O Capital, a teoria econômica. Segundo era o tomo II, e o terceiro seria o tomo III, mas esse aí eu li no DEBATE com o João. Então quando eu digo da importância da formação teórica, é porque eu acho que a minha formação teórica básica, que é essa marxista, ela se deve ao João (risos).⁴⁶

Já no Brasil, e isso é nossa leitura, os grupos de estudos tiveram um caráter de formação de quadros para as esquerdas, principalmente a armada. Abramovay parece

⁴⁵ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/01/2010.

⁴⁶ Entrevista concedida por Maria Lygia Quartim de Moraes em 30/04/2010.

corroborar com esta leitura, quando diz que um grupo de estudos naquela época “... *era uma espécie de vestibular para você acabar entrando na organização*”.⁴⁷

Mas como se deu a formação destes grupos ainda em terras brasileiras?

Como vemos nos depoimentos de Maria Lygia Quartim de Moraes e Ricardo Abramovay, ficam muito evidentes as relações entre indivíduos que se reúnem a favor de um mesmo objetivo, ou seja, a resistência contra o regime militar, que não se dá de forma aleatória, mas sim através de alguns fatores, como os de classe (média), família (relações inter e intra-familiares) e acadêmicas (escolas e universidades em comum). Notaremos que naquele momento quase todos os envolvidos tinham algum vínculo com a Universidade de São Paulo. Nota-se também que as relações políticas, como em qualquer “comunidade afetiva”, também davam lugar às relações de amizade e amorosas, como podemos notar no depoimento de Maria Lygia Quartim de Moraes, onde relata tanto as relações no Brasil quanto no exílio:

... isso tudo são relações pessoais, basicamente são relações pessoais, Eduardo é irmão da Miriam Abramovay, que é casada com Samuel Iavelberg que era irmão da Yara Iavelberg. A Yara Iavelberg foi namorada do meu irmão João, militava no mesmo grupo, eu conheci Iara Iavalberg, nós éramos muito amigas... Entende? Então você tem de pensar muito nas relações pessoais. Então tinha a família Abramovay, a família Quartim de Moraes, quer dizer são grupos familiares, não é? Tinha o Luis e tinha a mulher dele, quer dizer tem, é uma “figuraça”, a Vera Tude. (...) Pessoal da USP basicamente, das ciências sociais (...) esse pessoal mais jovem, que tinha tido militância estudantil ou intelectual, isso todo mundo se conhecia. Isto tanto vale pra São Paulo, como vale para os cariocas, eram grupos de afinidades. E se não havia afinidade, não se conheciam antes, acabaram se conhecendo depois. Eu conheci muita gente lá por intermédio dos Abramovay, eles conheceram por nosso intermédio, e assim circulava.⁴⁸

Abramovay corrobora as questões intra e entre famílias para evidenciar sua curiosidade nos movimentos de esquerda:

Para mim o que foi muito importante, foi um fator familiar, minha irmã frequentou desde 1966/67, o famoso cursinho do Grêmio, do qual você já

⁴⁷ Entrevista concedida por Ricardo Abramovay em 25/05/2010.

⁴⁸ Entrevista concedida por Maria Lygia Quartim de Moraes em 25/04/2010.

deve ter ouvido falar, e que é quase uma instituição. Por lá ela conheceu Samuel Iavelberg. Minha irmã eu me lembro que fazia trabalho em favela desde os 15 anos de idade. De vez em quando eu ia com ela. Eu tenho a lembrança de distribuir alimentos com a marca da *Aliança para o Progresso* no saco de alimento para as populações pobres de favela, até então não tinha nada de esquerda isso, mas quando ela vai para o cursinho no Grêmio, essas coisas, aí então começa a namorar o Samuel Iavelberg (Irmão da Iara Iavelberg, não é?) e, claro, aí passa a haver uma influência muito grande. Ela se liga... Ela entra na VPR...

Não só no ambiente universitário e familiar estavam os focos de resistência à ditadura, os debates e ações contra o regime militar também se desenvolviam no meio secundarista, como relembra Abramovay

Eu entrei no Colégio de Aplicação em 1968, fevereiro ou março de 1968, e o Colégio de Aplicação era um lugar, um ambiente cultural, muito propício à tomada de contato com o mundo da política da esquerda. O Colégio de Aplicação era, e é dirigido pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e tinha esse magnetismo de atrair essa parte da elite de esquerda. Então, sei lá, havia pessoas que tinham vindo no Colégio de Aplicação da Escola de Aplicação (do ginásio do Colégio de Aplicação), de origem relativamente popular, de uma espécie de baixa classe média. Mas havia também vários filhos de intelectuais. Então era um ambiente muito propício.⁴⁹

Outro ponto que se evidencia, tanto nos depoimentos de Maria Lygia Quartim, quanto de Ricardo Abramovay, é que este ambiente está a todo tempo ligado aos fatores escola e família. No depoimento de Maria Lygia, ela se refere à construção deste movimento anti-ditatorial dentro das instituições de ensino, estando muito ligados às relações familiares que se desenvolviam fora deste ambiente. Abramovay, no final deste último trecho de seu depoimento, coloca mais um ponto que nos abre caminho para entender de onde viria esse ambiente que ele considera “*propício para a tomada de contato com o mundo da política da esquerda*”. De acordo com ele havia vários alunos originados na classe média, e filhos de intelectuais. O Colégio de Aplicação é, em boa medida, frequentado por filhos dos próprios professores da Universidade de São Paulo.

E continua:

⁴⁹ Entrevista concedida por Ricardo Abramovay em 25/05/2010.

... no Colégio de Aplicação nós tínhamos um contato não só com a questão imediata da política, mas de forma geral com tudo que era cultura de inovação. Então sei lá, a gente ouvia Charlie Mingus, ouvia John Coltrane, ouvia Horner Colleman, que é um compositor de Jazz quase abstrato, a gente sabia o que era a Bauhaus, era ultra elitizado, dentro dessa... no quadro dessa coisa super elitista e ... não era ruim, só era uma cultura muito voltada para a inovação, muito voltada para as coisas revolucionárias em todos os sentidos, no plano dos costumes também. E aí que, eu não me lembro exatamente se foi... é deve ter sido em 68, que eu me liguei de alguma forma, eu não me lembro como, ao POC – Partido Operário Comunista.

Aqui fica evidente a questão de que parte desta classe média, intelectualizada, elitizada, mesmo assumindo sua condição de classe, foi levada a se colocar politicamente à esquerda.

No depoimento de Abramovay, encontramos uma ocorrência não muito estudada que é, como já relatamos, a atividade de adolescentes nas organizações de esquerda e a visão do regime com relação a estes jovens militantes. Ao falar de sua ligação com a POC, depois VPR e VAR-Palmares, revela uma atividade colegial bem organizada no Colégio de Aplicação em relação às organizações clandestinas:

O Colégio de Aplicação é um colégio que sempre teve muita militância. Tinha gente do partidão, tinha gente da ALN, tinha... Bom, e nós construímos uma estrutura piramidal de pessoas mais e menos próximas à VAR-Palmares (...) eu acho que devia ter umas 40 pessoas envolvidas nisso, os dirigentes éramos Luiz César Marques Filho, que é professor aí da UNICAMP e que você deve conhecer, Spilack que está hoje em Paris, Macedo que faleceu, e eu meio que fazia (não era o único é claro), mas fazia mais essa ligação com a organização em função do vínculo com a minha irmã, com a organização quero dizer a VAR-Palmares⁵⁰.

Esse tipo de atividade dos estudantes secundaristas por si só já poderia chamar a atenção da repressão contra estes adolescentes. Mas segundo Abramovay, neste momento sequente ao AI-5, isso não ocorreu. Ele diz ter sido preso em dezembro de 1969 com o pai, como forma de pressão para que sua irmã, que já estava na clandestinidade, se entregasse. Ele diz “*Eu tava perto do meu pai no momento que a Operação Bandeirantes chegou lá, e*

⁵⁰ Entrevista concedida por Ricardo Abramovay em 25/05/2010.

*daí fui preso também. A Operação bandeirantes não tinha a menor suspeita que pudesse haver uma organização composta por jovens de 16 anos, para a minha sorte.*⁵¹” Assim, Ricardo ainda ficaria preso por cinco dias e seu pai quinze. É interessante ressaltar que esta suspeita ainda não existia, dado o fato de que é neste momento, final da década de 60, em que a inteligência repressiva começou a se aperfeiçoar.

Depois deste episódio, Ricardo Abromavay, sem saber, seguiu para o exílio. Em seu depoimento ele explica o porquê desse “sem saber”:

Eu fui logo que eu saí da prisão, esses cinco dias que eu passei, e meu pai quinze, logo que eu sa eu fui para Paris, legalmente, tudo certinho porque eu não tinha nenhum problema. Fui de férias, ia voltar, e quando eu estou em Paris... na verdade eu fui fazer uma viagem de férias, ir para Amsterdã... Na volta meu irmão fala: “Olha, a mãe ligou e disse para te dar um recado, o recado é que o Marcelo não pode voltar.” Eu recebi o recado e, sabe tava num clima de férias, moleque e tal. E eu lembro até hoje, Rodrigo. Eu estava no Boulevard Saint-Michel, descendo o Boulevard Saint-Michel, quando de repente cai a ficha, Marcelo era eu. (risos) Puta merda! Que porra que aconteceu?! (risos) Aí eu me vi com 16 anos, meio herói, sobretudo porque havia um lado meio... um lado heróico, entende? Muito voltado para aquela coisa do homem novo, etc...

Ricardo diz ter recebido este recado de seu irmão Eduardo em fevereiro de 1970, momento em que o Colégio de Aplicação estava já na mira da repressão. Assim, exilado, Ricardo Abramovay, assim como os demais jovens com o mesmo destino, viu a necessidade de se integrar àqueles que há mais tempo tentavam se estabelecer enquanto cidadãos estrangeiros em terras desconhecidas.

A revista DEBATE

Como se sabe, a influência francesa na cultura brasileira é mais que secular. De lá importamos cultura, costumes e sua intelectualidade, como se nota na criação das universidades brasileiras na primeira metade do século XX. O exemplo da Universidade de São Paulo comumente é o primeiro que nos vem à mente. Claude Lévi-Strauss recorda, em

⁵¹ Entrevista concedida por Ricardo Abramovay em 25/05/2010.

documentário lançado antes de sua morte⁵², ter ficado impressionado e surpreso, quando, de sua vinda a USP na segunda metade da década de 30, constatou que os professores, seus compatriotas, ministravam as aulas em francês e mesmo assim eram compreendidos pelos alunos brasileiros.

Mas o que poucos estudam – fato que agora parece estar mudando, dados os novos títulos referentes a esse assunto – é que houve também presença brasileira na França. De acordo com Mary Joe Ferreira, o que comprova a presença de uma comunidade intelectual brasileira na França é a existência daquele que foi o primeiro jornal puramente⁵³ brasileiro na França, o *La Voix du Brésil* em fins do século XIX, e em demais órgãos da imprensa francesa.⁵⁴ E de lá para cá, essas influências mútuas ainda existem, e estão muito fortes. Um exemplo atual foi a comemoração em 2009 do “Ano da França no Brasil”, que foi veiculado em vários programas televisivos, textos jornalísticos, encontros de chefe de Estado e assim por diante, atestando as boas relações entre os dois países em vários momentos da história.

O então boletim DEBATE foi criado e publicado, pela primeira vez em fevereiro de 1970 na cidade de Paris. Mas, França e Brasil, mesmo antes do exílio, já tinham muito em comum no que se refere à formação de uma nova identidade de esquerda. Por exemplo, os movimentos que começaram a se insurgir em ambos os países, principalmente no meio estudantil, vinham de dissidências dos partidos comunistas destes países. Essas jovens dissidências (que não se limitam a Brasil e França, mas que existiram em diversos outros

⁵² Trópico da Saudade – Claude Lévi-Strauss e a Amazônia (Claude Lévi-Strauss, auprès de l’Amazonie). Direção: Marcelo Fortaleza Flores. Ano: 2008. País: França / Brasil. Produção: TV Cultura, Indiana Filmes e Centro de Cinematografia da França.

⁵³ Usamos o termo “puramente” pelo fato de que já havia, de acordo com a autora, participação de intelectuais brasileiros em órgãos de imprensa, como em seu objeto de estudo, a *Revue Du Monde Latin*.

⁵⁴ FERREIRA, Marie j. Testemunho da Presença Intelectual Brasileira na França: a *Revue du Monde Latin* e o Brasil (1883-1893). IN: BASTOS, E. R.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (orgs) *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

países) é que determinou a formação da chamada “Nova Esquerda”. Com o exílio, principalmente após golpe de Estado que derrubou Salvador Allende no em 11 de setembro de 1973, a França passou a ser um dos destinos mais procurados pelos que, do Brasil, foram expulsos, e principalmente pelos estudantes de classe média. Para a *intelligentsia* exilada, a França serviu de terreno muito fértil para produção e especialização intelectual⁵⁵.

Assim, estes estudantes de classe média acabaram por ser a quase totalidade da “mão de obra” referente à produção do coletivo e do periódico DEBATE, e de outros órgãos de imprensa no exílio, durante toda a sua existência. Para Quartim, a DEBATE “... nasce apenas de uma preocupação com o conhecimento, com a propaganda, sustentar por argumento suas convicções. Enfim, usar a escrita, a linguagem para tudo que ela pode proporcionar...”⁵⁶. Em outro depoimento ele diz:

Debate a servi de remède au désarroi et à la dispersion. Elle proposait tout d’abord Le regroupement, ensuite l’effort intellectuel, la confiance dans nos propres forces, lesquelles, bien entendu, étaient extrêmement limitées, surtout au début, c’est-à-dire entre décembre 1969 et février 1970, lorsque le premier numéro est paru⁵⁷.

Mas claro, não só estudantes então desconhecidos colaboravam para a feitura da DEBATE. Intelectuais, então no início de sua carreira, mas já conhecidos no meio acadêmico, e principalmente de esquerda, como Michael Löwy e Roberto Schwarz, estiveram presentes no início dos trabalhos do coletivo. Löwy chegou a colaborar com o

⁵⁵ Sobre “Nova Esquerda” ver: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. Sobre intelectuais e exílio: ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁵⁶ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/01/2010.

⁵⁷ A DEBATE serviu de remédio à desordem e a dispersão. Ela propunha em primeiro lugar o agrupamento, seguidamente o esforço intelectual, a confiança nas nossas próprias forças, as quais, naturalmente, eram extremamente limitadas, sobretudo no início, ou seja, entre dezembro de 1969 e fevereiro de 1970, quando o primeiro número saiu. Depoimento de Quartim de Moraes IN: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. *Le Brésil des Gouvernements Militaires et L’Exil. Violence Politique, exil et accueil des Brésiliens em France: témoignages et documents*. Paris: L’Harmattan, 2008. P. 74.

segundo texto publicado no primeiro número da revista. Neste, como o próprio título explicita *A Tortura a Serviço do Capitalismo*, Löwy, ou melhor, Carlos Moura (seu pseudônimo) mostra a importância da tortura para a manutenção do regime instalado além mar.

Lowy revela que sua inserção no grupo DEBATE se deu, essencialmente, pela sua amizade por João Quartim de Moraes, a quem ele diz que *“admirava muito, por seu compromisso militante com a resistência armada à ditadura, e sua inteligência política.”* Além disso, *“me interessava a ideia, avançada no “Debate”, de criar condições para favorecer um diálogo, uma aproximação, e, eventualmente, uma unificação, da esquerda revolucionária brasileira. Mas também achava que o papel dos exilados, neste respeito, era limitado, o essencial tendo que vir do Brasil mesmo.”*⁵⁸

Aí então, estaria a principal discordância entre Quartim e Löwy. Entendemos que Löwy via como secundário o papel do exilado na organização da reação ao regime. Para ele, os órgãos no exílio teriam que ser – como vemos em sua carta de demissão publicada no quinto número do boletim – *“uma emanção, no exterior do movimento revolucionário organizado no Brasil”*. Como ele próprio disse, a DEBATE *“em vez de ser uma tribuna de discussão e elaboração teórica sobre os grandes problemas da revolução brasileira, tende a se transformar num instrumento das querelas intestinas da emigração brasileira em Paris”*⁵⁹. Mas obviamente Quartim não via a função da DEBATE desta forma, talvez o grande problema para a vinculação ao grupo era, muito mais o afinar das ideias de qualquer organização no Brasil com a DEBATE, e especificamente seu mentor Quartim, do que realmente se sua sede fosse brasileira ou francesa. Soma-se a estes motivos o fato de Löwy

⁵⁸ LÖWY, Michael. Questões DEBATE. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Rodrigo Pezzonia. Em: 14 mar. 2010.

⁵⁹ DEBATE. Carta de Demissão (Carlos Moura). Paris Fr. N° 4. Dez. 1971.

se desligar da revista exatamente no número especial em que a DEBATE critica a *Frente Brasileira de Informação (FBI)*, organização que, pelo que notamos, estaria muito mais ligada às idéias de Michael Löwy do que a DEBATE. Veremos mais sobre esta organização mais adiante.

Tendo então uma base intelectual muito bem formada, a *Debate* já em seu primeiro número se mostrava disposta ao objetivo de ser “... pois, fundamentalmente um instrumento de elaboração, de crítica e de divulgação da política revolucionária no Brasil.” Além de “uma tribuna de denúncia, em todos os níveis, das atrocidades praticadas pela ditadura oligáquico-militar contra todo o povo brasileiro, e em especial contra os militantes revolucionários”.⁶⁰ Não nos esquecendo que essa atividade deveria ser realizada a partir do mais pleno rigor teórico, já que se desenvolvia a partir de estudos e discussões no seio do grupo.

Como veremos no decorrer da pesquisa, esta foi a posição da revista durante todo o período sobre o qual nos debruçamos (1970 – 1974). Onde a luta armada influenciava, e para onde, naquele momento se mirava o foco. Com o tempo, o apoio deu lugar a críticas ascendentes e mais ácidas, conforme foram percebendo que as organizações foram sendo dizimadas, e as perdas humanas começaram a tomar proporções inaceitáveis. Então, após o golpe que derruba Allende no Chile em 1973, a DEBATE acabou por romper definitivamente com a ideia de revolução armada. Já que, a partir desse momento, conforme nos mostram a literatura e os testemunhos, muitos começaram a ter a ciência que a revolução iminente havia falhado, já que o efetivo humano destacado para a revolução estava sendo dizimado pelas forças repressivas.

⁶⁰ DEBATE. Apresentação. Paris - Fr. N° 1, Fev. 1970.

A *Debate* se diferenciou dos demais periódicos lançados no exílio, principalmente por duas peculiaridades:

- **Longevidade:** A DEBATE, dado o período no qual se insere (1970-1982), vivenciou do momento mais conturbado e violento da vida política nacional, até o processo de abertura e retorno dos exilados políticos ao Brasil, onde aliás, esta começou a ser publicada em novembro de 1980 (nº 36).
- **Volume de produção:** Publicou quarenta números em doze anos, assim, lançando em média três números por ano em um ambiente diferente do comum, o exílio.

Tendo em vista este largo período em que a *Debate* se insere, notamos que ela também não deixou de se transformar. O periódico, que teve inicialmente o objetivo de ser um organismo de apoio crítico ao movimento armado contra a ditadura, com o tempo e com a ciência de que a luta armada havia sido quase dizimada, transformou-se em mesa de debate e crítica radical à guerrilha urbana⁶¹. Graças à extensão de sua vida produtiva, ela foi capaz de participar de todo o processo evolutivo dos movimentos de resistência, desde os de aspirações armadas, depois se posicionando acerca de vários assuntos espinhosos (sindicalismo, feminismo, racismo) até se envolver com as discussões referentes à resistência dos hoje chamados “novos movimentos sociais”, que culmina com o processo de anistia, e a volta daqueles que ainda estavam em terras estrangeiras⁶², levando então a DEBATE a firmar bases no Brasil

⁶¹ Projeto Brasil Nunca Mais; Tomo III – Perfil dos Atingidos, p. 103.

⁶² Alguns exilados voltam já na primeira brecha na abertura do governo Geisel em 1974.

Agora, veremos como então esta publicação chegava às mãos dos leitores, e quem eram esses leitores.

DEBATE no Exílio

A DEBATE, de acordo com o próprio Quartim, iniciou sua produção de maneira muito tímida e artesanal. As capas dos cinco primeiros números eram todas feitas em *letra set* e seu interior mimeografado. Em suas próprias palavras *J'aime penser que le contenu dépassait la forme, car celle-ci était affreuse à voir: mauvais papier, machine à écrire fort médiocre...*⁶³. A publicação começou com a pequena tiragem de cem números, e subiu rapidamente para algumas centenas. Tiragem esta que pareceu não ter necessitado de maiores mecanismos de promoção para esgotamento, já que, principalmente na França, o número de exilados brasileiros era vultoso.

Portanto, se pensarmos que esta era uma revista publicada na França em língua portuguesa, voltada para um público específico, notaremos que não foi pouco lida. A sua distribuição, de acordo com Ricardo Abramovay, dava-se por meio de consignação nas livrarias de Paris, ou seja, os números eram deixados em livrarias no *Quartier Latin*, reduto dos exilados brasileiros e latino-americanos em geral⁶⁴. Já seu irmão Eduardo enfatiza a distribuição mão-a-mão em encontros da Anistia Internacional, congressos e qualquer tipo de evento que servisse de divulgação para as ideias do grupo. No depoimento de Eduardo Abramovay, fica muito claro que, pelo menos no início, não se precisava de maior infraestrutura para publicar a revista dado o fato, já citado, de que tudo era muito artesanal.

⁶³ Gosto de pensar que o conteúdo excedia a forma, porque era terrível de ver: papel ruim, máquina de escrever medíocre... (SANTOS; ROLLAND, 2008, p.74.)

⁶⁴ Entrevista concedida por Ricardo Abramovay em 25/05/2010

Segundo ele, todo o trabalho era feito pelos membros do grupo, em particular Fabio Ionescu e ele próprio. A feitura de DEBATE teria um caráter extremamente braçal.⁶⁵

Fora da França a publicação chegaria por intermédio de militantes que estariam em outros países de acolha e outros que não eram necessariamente do grupo, ainda mais que, naquele momento, órgãos como a FBI (Frente Brasileira de Informação) tentavam diminuir os espaços entre os exilados por meio de sua união. Então, as publicações eram passadas de mão em mão pelos próprios militantes, como ressalta Eduardo Abramovay. Quartim recorda que a distribuição se dava em todo lugar que havia grupos de exilados. No início, na França, e *“depois foi abrindo, né? Portugal com a revolução dos Cravos, Suécia por causa dos marinheiros, alguns na Alemanha. Bom, e o Chile nos primeiros anos, não é? Enquanto durou a experiência no Chile.”* O criador da revista ainda nos lembra que no *“exílio eram alguns milhares, e alguns milhares é um público em potencial em boa parte.”*⁶⁶

Além do interesse dos exilados, a revista ainda teve outra importante ajuda em seu início, como revela o próprio João Quartim, que embora nunca tenha sido adepto das ideias trotskistas, teve apoio logístico da tendência marxista da IV Internacional, sob o comando de Michel Raptis – também conhecido como Pablo – para a edição dos 10 primeiros números do periódico. Eis aqui, talvez, outro motivo para a saída de Löwy da DEBATE. Löwy era ligado à IV Internacional, o que divergia do ideário de João Quartim, embora que, pelos relatos de Ricardo Abramovay, Quartim tivesse muito contato com Raptis, e como já colocado, esta tenha sido importante para a estruturação da DEBATE em seu início.

⁶⁵ Entrevista concedida por Eduardo Abramovay em 21/01/2011.

⁶⁶ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/01/2010.

Além disso, a revista não se limitou à língua portuguesa, sendo também editada em espanhol pelo seu coletivo chileno com o título *Teoria y Practica: Problemas de la Revolución Brasileña*. No Chile, dado os acontecimentos políticos de 1973, poucos números foram editados, sendo que os textos publicados, quase que exclusivamente eram traduções para o espanhol de textos em português lançados na DEBATE. Mas diferente da edição francesa, a chilena era em forma esteticamente superior, inclusive disponibilizando de uma editora. Mas como já dito, seu tempo de vida foi curto, pois logo no seu terceiro número o golpe de Pinochet desestruturou e eliminou qualquer possibilidade de ação das esquerdas⁶⁷.

Outra preocupação do exilado tinha relação com a segurança. Para o DEBATE, essa preocupação se limitava ao uso de nomes falsos para escreverem no boletim, e assim não serem identificados. Por esse método, várias pessoas hoje muito conhecidas passaram pelo grupo, como Michael Löwy (Carlos Moura), ou apenas escreveram para a DEBATE (exemplo: Fernando Gabeira com o pseudônimo F. Gomes), nestes quatro anos de produção da revista, e muitos outros depois. José Pacheco Pereira, ao citar Nechaeu, diz que o revolucionário não tem sequer nome, mas na realidade tem vários após abandonar o seu⁶⁸. Assim foi também com a DEBATE.

Todos os colaboradores da revista escreveram sob codinomes, alguns usaram mais que um, por exemplo, Ricardo Abramovay que escreve com os nomes de Pedro Alves e Josué Costa-Saturnino, Maria Lygia Quartim escreveu como Joana Almeida, e diz também ter usado nomes masculinos em outros escritos. As escolhas dos nomes são tratados com muito bom humor por Abramovay:

⁶⁷ Curioso em nossa pesquisa foi o fato de que, aquele que teoricamente seria o responsável pela logística desta revista no Chile, Eduardo Abramovay, pouco se lembrar dela, e, inclusive, de seu conteúdo.

⁶⁸ PEREIRA, José Pacheco. *A Sombra: Estudo sobre a clandestinidade comunista*. Lisboa: Gradiva, 1993.

É, meu nome é Saturnino não sei das quantas... E isso é coisa do João, esse jeito... Não sei se o João ainda tem esse jeito (rindo). O João era um cara que tinha um humor fantástico. Apesar do mau humor, dessa coisa ranzinza dele (ainda rindo), ele tinha um humor fantástico, e era uma coisa muito irreverente, e tal.⁶⁹

Os codinomes não eram vistos como algo estritamente necessário para se manter a segurança, para estes militantes com quem conversamos, mas a própria realidade do órgão político clandestino colocava a necessidade de usá-los. Para Löwy, “*O uso de pseudônimos era comum em qualquer publicação do exílio, e também nas publicações da LCR (Liga Comunista Revolucionária) francesa. Era uma regra geral na época, não significa a existência de uma repressão específica contra os exilados.*”⁷⁰”

Já para Quartim:

Tinha que ser um pouco discreto, porque a rigor um refugiado político não pode fazer política. Mas [quanto à] isso a tolerância era enorme (...) [o uso de codinomes] Não era necessário, era prudente, por exemplo, há fatos que eu sou contra revelar, todos os fatos...⁷¹

Abramovay concorda com a tolerância em relação à repressão interna, ou seja, a facilidade de se fazer política dentro do país de acolha:

Ah não, mas essa preocupação não existia... Zero... Nada, nada, nada! Nada, porque a França era solidária. Para você ter uma ideia, em 1974, nós tivemos um encontro de denúncia à ditadura no Brasil. No lugar onde trabalhava Aluizio Nunes Ferreira, que não era do DEBATE, tinha sido da ALN, e fazia parte de todas as discussões, que era do grupo de estudos do Capital (Aluizio Nunes ferreira é um cara que conhece bem o Capital), e nesse encontro Mitterrand foi por exemplo. Então em nenhum momento a gente tinha... Eu não me lembro de em qualquer momento, a gente ter qualquer tipo de temor em relação à polícia francesa.⁷²

Mas ao mesmo tempo, via com mais cautela a questão de segurança, e diz que a participação no grupo era omitida até aos próprios companheiros de exílio:

Pois nós tínhamos um ritual de organização, inclusive nós tínhamos mesmo no exílio um ritual que consistia em nós sermos clandestinos em relação

⁶⁹ Entrevista concedida por Ricardo Abramovay em 25/05/2010.

⁷⁰ LÖWY, Michael. Questões DEBATE. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <Rodrigo Pezzonia>. Em: 14 mar. 2010.

⁷¹ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/01/2010.

⁷² Entrevista concedida por Ricardo Abramovay em 25/05/2010.

aos nossos amigos próximos, mesmo no exílio. Quer dizer, meus amigos em Paris não sabiam que eu era membro do grupo DEBATE. (...) Foi só a partir da anistia, que houve uma queda muito grande dos riscos, a gente vivia no exterior com o sentimento que havia riscos, e de fato havia, né? Sei lá, não era Argentina, não era Chile, mas havia.⁷³

Essa possível contradição parece estar ligada muito mais a um medo introjetado, talvez persecutório, onde o indivíduo sabe que não precisa ter medo, mas inconscientemente ele existe.

Quem nos ajuda a entender isto um pouco melhor é Quartim, que nos mostra, também em seu depoimento, que não havia repressão dos órgãos oficiais franceses, mas *“Não vamos dizer, também, que fomos acolhidos de braços abertos, porque não fomos. Mas enfim, tolerados, aceitos, e a aceitação era em função em boa medida da imagem horrível que o Brasil tinha, mesmo nos meios burgueses, nos meio pensantes.”*⁷⁴ Esta imagem horrível à qual João Quartim se refere é a de “País da Tortura”, alcunha que o país adquiriu internacionalmente na virada dos anos 60 para os 70.

Mas o que os militantes daquele período pareciam não saber nem a época, e pelos depoimentos que colhemos, mesmo hoje em dia, é o que Samantha Viz Quadrat afere em suas pesquisas. A partir de análise de documentação da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, principalmente do CIEEx (Centro de Informação do Exterior), órgão subalterno ao Ministério das Relações Exteriores, Samantha nos mostra que, diferente do que se imaginava, a inteligência brasileira estava ciente de todos os passos dos movimentos de exilados brasileiros, e para isso contava com métodos como *“infiltração de agentes, violação de correspondências, troca de informações com outros*

⁷³ Entrevista concedida por Ricardo Abramovay em 25/05/2010.

⁷⁴ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/01/2010.

órgãos de inteligência e observação permanente dos exilados.”⁷⁵ De acordo com a autora, as preocupações dos militares eram basicamente quatro: possível retorno de exilados; campanhas de denúncia das violações dos direitos humanos e pela anistia, com as consequentes reuniões dos exilados para discutirem os rumos do movimento; atuação dos brasileiros exilados no exterior; monitoramento das viagens de brasileiros para o exterior.

Com este artigo, Quadrat nos mostra a preocupação dos militares com as agitações dos movimentos pró-anistia e o “denegrir”, no exterior, da imagem do regime militar que vigorava. Revela também que, mesmo que não houvesse repressão visível contra estes exilados, os militares seguiam passo a passo cada um destes grupos ou indivíduos, logrando de muito êxito, demonstrando de forma contundente que a repressão brasileira no que diz respeito à sua inteligência, não tinha sido vitoriosa apenas no Brasil, como já provado em outros trabalhos, mas também no que concerne à militância que se encontrava fora das terras brasileiras. E o que não pudemos deixar de notar é que, a partir dos depoimentos que colhemos, a atuação dos órgãos militares foi pouco ou nada notada pelos exilados.

Outra informação do trabalho de Samantha é de que estes órgãos não tinham poderes de reprimir, mas sim, apenas informar. Por isso, a relativa fluidez com a qual a DEBATE conseguia transitar na Europa.

No Brasil, esta facilidade não existia nos primeiros anos dos 70. De acordo com Breno Raigorodsky e Lia Zatz, após o governo Geisel, a inserção da DEBATE em solo brasileiro foi facilitada. Inclusive revelando que na segunda metade dos anos 70, coletivos se formam dentro do Brasil em cidades como Campinas, São Paulo e Salvador, esta última, de acordo com ele, somando mais de 60 militantes.

⁷⁵ QUADRAT, Samanta Viz. Muito Além das Fronteiras. IN: O Golpe e a Ditadura Militar 40 Anos Depois (1964-2004). AARÃO REIS, D.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org). Bauru-SP, EDUSC. 2004.

No entanto, no período que antecede a “abertura lenta e gradual” de Geisel (período de nosso recorte), era quase impossível a entrada do periódico em terras brasileiras. Em depoimento, Quartim revela:

Uma coisa é você tentar construir uma imprensa clandestina em uma organização clandestina que está lutando, que tem uma perspectiva de se fortalecer. E outra coisa é fazer um boletim de exilados, sobretudo naquele começo. Mais tarde, ao longo dos anos 70, restabeleceram-se os contatos com o Brasil com um mínimo de circulação, não digo de penetração, pois no Brasil era pouco, era bem limitado. Poucos dirigentes que estavam aqui acompanhavam e se interessavam por aquilo. (...) foi chegando depois, quando da segunda metade dos anos 70⁷⁶

Então, perguntado especificamente sobre a circulação no Brasil no primeiro período da publicação (1970-1974) Quartim revela ser “... muito esporádico. Tudo ia por microfilme. Depois até eu mesmo me perguntava se valia a pena mesmo o risco de pegarem alguém com esses microfilmes.” Então perguntamos ao professor: *E pegaram, não é?* E ele responde com outra pergunta: *“Pois é, e vale a pena isso, assim dessa forma?”⁷⁷*

DEBATE na prisão: O caso Ralston

No processo dedicado à prisão de Eduardo Ribeiro Ralston⁷⁸, cuja vítima é o *Estado e suas Instituições*, o autuado foi preso por ser detentor de 48 microfilmes, além de material subversivo impresso. O auto de inquérito foi elaborado no dia 16 de setembro de 1971, e Eduardo foi preso no dia 7 de setembro, informação esta constante dos próprios autos de inquérito assinado pelo doutor Edsel Magnotti⁷⁹, delegado de polícia adjunto. Ficou incomunicável por nove dias, período em que normalmente o suspeito era inquirido das formas mais violentas.

⁷⁶ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/01/2010.

⁷⁷ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/01/2010.

⁷⁸ Projeto Brasil Nunca Mais. Processo 373. Vol. I e II, 1971.

⁷⁹ Policial também presente na emboscada a Carlos Marighela em novembro de 1969.

“Neste inquérito é informado que no dia 7 de setembro de 1971, Eduardo Ribeiro Ralston foi detido por elementos do D.O.I, na av. Brigadeiro Faria Lima, de frente ao numero 380, ocasião em que com ele foram encontradas cópias fotográficas de material subversivo, bem como em sua residência microfilmes⁸⁰ desse material.” ⁸¹ Foram encontrado em mãos de Eduardo, de acordo com o DOPS, 48 negativos bem como o clássico livro de Lênin, *Que fazer?*.

Eduardo Ribeiro Ralston (vulgo Mário e Alfredo) nasceu em Porto Alegre (RS) em dois de dezembro de 1948, assim, tinha 22 anos e era estudante de Engenharia e Ciências Sociais quando da sua prisão. De acordo com o inquérito, esta não teria sido a primeira prisão de Eduardo, já que em 1970 havia sido detido sob suspeita de integrar a ALN (Ação Libertadora Nacional), mas nada foi apurado e por isso foi solto. E em outubro do mesmo ano foi preso novamente, mas desta vez indiciado em inquérito sobre atividades subversivas sob a sigla VAR-Palmares, juntamente com Roberto Bielawski e Elizabeth Mendes de Oliveira⁸², mas deste também foi liberado, respondendo o processo em liberdade.

Continuando em seu depoimento, Eduardo disse ter recebido um telefonema de uma “moça” que se identificou com o nome de “CLARA⁸³”, que dizia que o contatava a pedido de Bielawski, que à época se encontrava na Inglaterra. A partir de um encontro que ocorreria na Avenida São João com a Ipiranga na cidade de São Paulo, após procedimentos

⁸⁰ No laudo pericial, datado de 19 de novembro de 1971, os peritos Lamartine Bizzarro Mendes e Ernesto Perello, atestam os negativos não serem de microfilmes, e sim microfotografias, ou seja, “negativos obtidos com maquina fotográfica conhecidas no comércio” e que podem ser “copiados sem a necessidade aparelhamento especializado”. Assim, negativos fotográficos comuns. (Anexaremos o laudo pericial).

⁸¹ BNM, 373

⁸² Elizabeth Mendes, conhecida atriz brasileira, e há anos denuncia a tortura praticada contra ela por agentes da repressão como Carlos Brilhante Ustra.

⁸³ No inquérito o nome Clara vem entre aspas e em letras maiúsculas, o que nos parece mostrar que a repressão já acreditava aquele ser um pseudônimo. Além do que, no depoimento de Maria Lygia cedido a nós, Ralston haveria de ter sofrido com a tortura, sendo inclusive o mais maltratado.

de segurança, esta haveria de ter mostrado um bilhete assinado por Bielawski sobre a possibilidade de Eduardo fazer-lhe um “servicinho” (que seria a ampliação dos microfilmes), e que no dia 6 de setembro ocorreria a entrega dos microfilmes da DEBATE⁸⁴. Os microfilmes teriam sido ampliados na casa da professora Anita Novinski (mãe de sua então noiva Ilana Novinski), que de acordo com o depoimento⁸⁵, não se encontrava na residência.

No interrogatório, Ralston reafirma sua posição político-ideológica “... *que é favorável à mudança de estruturas sociais do país na base do socialismo...*”, mas que “... *é contra a violência; que não concorda com a violência das esquerdas no Brasil, mas não sabe o que fazer, uma vez que não pode, atualmente, trabalhar para as esquerdas abertamente, motivo pelo qual realizou esse trabalho a pedido de Roberto...*”.⁸⁶ O relatório de interrogatório termina dizendo que Ralston não havia reconhecido “Clara” nos álbuns fotográficos; que Ilana (sua noiva) tinha as ideias socialistas parecidas com as do interrogando; e que o livro de Lênin havia sido adquirido em Porto Alegre quando foi levar sua noiva, pois esta tomaria um ônibus e carona até o Chile. E por fim, que se encontrava com o interrogando na ocasião da prisão, o casal José Carlos Amaral Kfoury, conhecido por seus familiares por “Juca”, e Suzana Camargo Kfoury. Assinaram como testemunhas Celso Pereira de Aquino⁸⁷ e Maria Pinheiro Guidotti.

⁸⁴ Interessante que até aquele momento a repressão só tinha suposições, corretas, mas suposições da procedência dos microfilmes (França).

⁸⁵ Não podemos ainda saber até que ponto as informações do depoimento reproduzem a verdade, já que também não sabemos em que condições foram colhidos, embora saibamos por outras fontes que Eduardo foi torturado. E infelizmente, após muitas tentativas de contato com Eduardo Ribeiro Ralston, este preferiu não dar seu depoimento.

⁸⁶ BNM. 373.

⁸⁷ Este, tido por várias fontes como torturador, e em companhia do delegado Edsel Magnotti, nos deixa a suspeita de que esse depoimento não foi conseguido à pena branda.

Assim, ao analisarmos os nomes citados no interrogatório, mais uma vez as relações sociais entre famílias e colegas de instituições de ensino aparecem. De acordo com Maia Lygia:

Porque a Beth Mendes foi namorada de uma outra figura, que eu não citei ainda, que chama-se Roberto Bielawski. Roberto é primo do Eduardo Abramovay, depois se tornou dono do Viena, do Rascal e casou-se com o Liana Ralston [irmã de Eduardo]. Tá entendendo? E essas relações são muito fortes, foram muito importantes nas nossas vidas, a gente passou juntos coisas muito importantes...⁸⁸

Maurice Halbwachs, na década de 30, já se debruçava sobre estes quadros sociais que compõem a memória. Para ele, o que se entende como memória particular individual, não existe. A lembrança remotamente mais individual na realidade vem fazer parte da memória produzida por um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas a sua interação com a sociedade o faz pertencer a um ou mais grupos, que podem ou não se inter-relacionar, dependendo de suas afinidades ou modos de vida. Halbwachs chama esse fenômeno de “Comunidade Afetiva”. Assim, ao pertencer a determinado grupo, a memória se modifica de acordo com as posições e relações que se estabelece para um grupo, ou grupos, ao qual pertence. No caso apresentado, jovens de classe média, com alta formação intelectual, e que tinham como campo de ação, ou sede, a Universidade de São Paulo.

Logicamente, a resistência não se limitava a esses grupos de jovens intelectualizados. E sua inter-relação com outros grupos de menos afinidade também ocorriam, mas eram mais esporádicas, como notamos em outro trecho do depoimento de Maria Lygia

... então, é diferente, por exemplo, o Norberto [Nehring] tinha relações também com pessoas da economia (...) Eu entrei no Partido Comunista e saí, mas ele permaneceu. Então assim, ele tinha muitos contatos operários, eu conheci o Toledo – Joaquim Câmara Ferreira – através do Norberto, eu não o conhecia.⁸⁹

⁸⁸ Entrevista concedida por Maria Lygia Quartim de Moraes em 25/04/2010

⁸⁹ Entrevista concedida por Maria Lygia Quartim de Moraes em 25/04/2010

O processo de Eduardo Ribeiro Ralston também nos dá exemplo do envolvimento familiar diante da prisão de um ente. Os familiares de Ralston angariaram o maior número de documentação possível como prova de que seu fraterno tinha atividades fixas (estudante), que tinha bons antecedentes (boletins com boas notas, cartas de recomendação de colégios onde havia estudado) e que tinha um bom convívio social (vários testemunhos de amigos da família, todos com elevado grau de importância na sociedade) tudo anexado ao processo, no ímpeto de que o filho voltasse para casa. Mas, no caso de não ser suficiente, a mãe de Eduardo, Thereza Ribeiro Ralston, redigiu uma carta de próprio punho endereçada ao “Ilmo Sr. Juiz Paiva⁹⁰” onde tentou argumentar sobre a conduta de seu filho. A carta deixou a entender que já havia ocorrido um contato anterior entre os dois, mas não o especifica.

Thereza parecia apelar para a paternidade do juiz, argumentando que os filhos de ambos eram adolescentes, e que estes “atingem com lentidão a maturidade”, chegando a propor uma intervenção psicológica para seu filho com o intuito de livrá-lo do cárcere. Continuando no argumento psicanalítico, e citando “Dr. Gaudêncio⁹¹”, os motivos pelos quais Eduardo se envolveu com este delito estariam ligados a sua imaturidade. Porque “*a adolescência só termina quando o indivíduo começa a trabalhar. Como hoje os jovens formam-se mais tarde – 25, 26, 27 anos – quando então começam a trabalhar termina aí a adolescência. (...) Somente o trabalho amadurece a pessoa.*”⁹²

⁹⁰ Juiz José Paulo Paiva.

⁹¹ Acreditamos este “dr. Gaudêncio” a quem Thereza se refere, seja o professor e psiquiatra Paulo Gaudêncio. À época, este apresentava programa na recém fundada TV Cultura chamado “Jovem Urgente”. Acredita-se que esse programa deu origem a todos os demais que tem por objetivo discutir diretamente com o público jovem sobre seus problemas, anseios, necessidades, e assim por diante. A partir do final dos anos 80 o grande expoente deste tipo de entretenimento foi, e talvez ainda o seja, o jornalista e apresentador Sérgio Groismann.

⁹² BNM, 373.

O desespero da mãe para libertar seu filho não se encerrou, então começou a enaltecer os feitos, personalidades e toda modernização trazida pelo regime, mas, inteligentemente vemos que ela usou desse artifício como forma de influenciar as decisões do juiz.

Assim, nada impede a justiça brasileira, civil ou militar, de ser inovadora no sentido humano, avançada na direção da ciência embora o Brasil não pertença ao grupo dos dez.

Deste modo, o benefício da ciência da psicanálise – sendo do desejo do interessado – não deve ser desprezado, mas acolhido como um grande auxiliar da justiça na recuperação das pessoas.

A alternativa cadeia ou sanatório é inaceitável. Não se pode rotular uma pessoa de louco somente porque têm desajustes, conflitos.⁹³

Vemos aqui, que embora desesperada com a prisão do filho, e acreditamos ciente das sevícias por este sofrida, a mãe desenvolveu um discurso muito perspicaz. Ao mesmo tempo em que afagou as forças repressivas, as estapeou ao revelar sua fragilidade de caráter humano.

Então, por mais algumas páginas Thereza repreendeu as ações do filho, mas ao mesmo tempo deixando clara a necessidade de Eduardo ser liberado para ter um acompanhamento psicológico. Colocou também que, se mandado para ao presídio Tiradentes, “*estará sob influência de pessoas realmente subversivas, mais velhas e mais experientes.*” E terminou sua epístola estendendo a defesa de seu filho “*Peço a Deus que ilumine esse tribunal, a fim de julgar não só meu filho, mas todos os estudantes brasileiros com grande senso de humanidade e visão no futuro*”⁹⁴.

Eduardo foi primeiramente denunciado como incurso nas sanções do artigo 13 no Decreto de Lei 898/69 de setembro de 1969, onde é proibido “*Redistribuir material ou fundos de propaganda de proveniência estrangeira, sob qualquer forma ou a qualquer*

⁹³ BNM, 373

⁹⁴ BNM, 373

titulo, para a infiltração de doutrinas ou ideias incompatíveis com a constituição.⁹⁵”. E mais tarde a procuradoria pediu a condenação do réu em outro artigo, o 16, que proíbe, “Divulgar por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado de modo a indispor o povo com as autoridades instituídas.⁹⁶”

A acusação pediu a desclassificação do artigo 13 para o 16 a partir do conteúdo do material apreendido, ou seja, os primeiros números da DEBATE. Para o procurador “nos escritos de fls., com exclusão onde se faz a crítica de ação esquerdista, tudo é posição distorcida dos fatos, comentários tendenciosos, visando denegrir os poderes dirigentes aos olhos do povo.” Assim, é claro, onde a autocrítica da luta armada se fazia, era a constatação da verdade, enquanto que a crítica ao regime vigente era notícia falsa, tendenciosa, etc. Outro motivo para o agravamento do processo de Ralston seria a de que, diferente do que argumentava a defesa, o crime havia sim sido consumado, não ficando apenas em modo preparatório como se conclui nas “Alegações Finais da Procuradoria” em oito de dezembro de 1971:

Ralston, repita-se, recebeu o microfilme, ampliando-o e devolveu cópias a Clara. A divulgação está feita e a condenação se impõe, levando-se em conta que já é figura bastante conhecida na subversão e que está servindo de ponte entre Brasil e traidores da Pátria, que buscam nos desmoralizar lá fora⁹⁷.

Como já dito, a defesa se apegava ao caminho oposto ao da acusação, ou seja, não haveria se consumado crime algum, e como não havia se consumado, o réu não poderia ser punido. O advogado de defesa começou suas considerações dizendo que o procurador já havia desclassificado o artigo treze por não entender que haveria a redistribuição do

⁹⁵ BNM, 373.

⁹⁶ <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126023/decreto-lei-898-69> acesso em 10/06/2010.

⁹⁷ BNM, 373.

material, o que sugeriria a consumação do delito. Então, nas palavras do advogado de defesa Gaspar Serpa:

Dáí porque o digno procurador da justiça militar, reconhecendo o erro que incorrera, procurando salvar o que já não mais teria salvação, deriva para a capitulação do artigo 16 (...) Acontece, porém que, nem assim tal artigo se aplicaria a hipótese dos autos, porque os fatos historiados não apresentam tal tipicidade criminal.

Para que se caracterize o crime previsto no artigo 16, é preciso que haja divulgação, ou seja, que se torne de conhecimento público que haja publicação, propagação, segundo a semântica e os nossos mais renomados dicionaristas⁹⁸.

Sendo assim, como Ralston havia devolvido o material em que continha a DEBATE para “Clara”, não se configurava, de acordo com Serpa, a divulgação, posto que ela era a portadora dos microfilmes.

No julgamento, que ocorreu dia vinte e oito de dezembro de 1971, decidiu-se procedente o processo contra Ralston. Ele foi condenado a nove meses de reclusão, mas com base no parágrafo único do artigo 50⁹⁹ da mesma lei na qual foi autuado, esta foi reduzida para três meses de detenção, os quais já havia cumprido, sendo então solto.

O processo ainda se desenvolveu por mais cerca de um ano. Apelações de ambos os lados ocorreram até que em onze de dezembro de 1972, Eduardo Ribeiro Ralston foi absolvido.

⁹⁸ BNM, 373.

⁹⁹ “Quando a tentativa não constitui por si só crime, é punida com a pena combinada a este, reduzido de um a dois terços.” <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126023/decreto-lei-898-69> acessado em 10/06/2010.

II. DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira 1970-1974

Após entendermos melhor como nasce e se estrutura o coletivo e a revista DEBATE, chega a hora de efetuarmos a análise em relação aos seus quatro primeiros anos de existência, e sua relação enquanto órgão de resistência no exílio contra a ditadura.

Neste capítulo, retomaremos, em certa medida, o trabalho que Denise Rollemberg iniciou há alguns anos¹⁰⁰, e que pode dar fôlego tanto ao nosso trabalho, como para o pesquisador que se interessar pela produção da DEBATE de forma integral. Como já dito, a existência do periódico transcende o período que estudaremos aqui, mas nosso intuito não é em nenhum momento analisar as ideias da revista em toda sua trajetória, mas sim o período que compreendeu os anos em que a resistência armada contra o regime militar ainda era uma realidade no Brasil. E, a partir daí, entender qual foi o seu posicionamento quanto a essa questão.

DEBATE e a Luta Armada no Brasil

Como ficou explícito na exposição até agora, as discussões em relação à luta armada permeiam todo este primeiro período de existência de DEBATE.

Como já colocamos também, DEBATE nasceu no início de 1970 em meios aos tempos mais duros da ditadura militar. Fazia pouco mais de um ano da edição do Ato Institucional número 5, momento em que as ações armadas contra o regime brasileiro, e por

¹⁰⁰ ROLLEMBERG, D. *Debate no Exílio: Em Busca da Renovação*. IN: Ridenti, Marcelo; AARÃO Reis, Daniel (ORG.). História do Marxismo no Brasil. Vol. VI: Partidos e Movimentos após os Anos 1960. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2007.

sua vez a repressão promovida pelo mesmo, recrudescem de modo sistêmico. No ano de 1969, ações extraordinárias da esquerda brasileira acabavam por ter repercussão internacional e são festejadas pelas organizações armadas, ou não, dentro e fora do Brasil. Como maior exemplo, temos a captura¹⁰¹ do embaixador norte-americano por uma célula composta por combatentes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) em setembro de 1969. Mas em contrapartida foi um ano de perdas irreparáveis para a resistência armada, como por exemplo, a morte de Carlos Marighella em novembro deste mesmo ano.

Assim, foi nesse misto de sucessos e insucessos da esquerda que o boletim foi criado – sempre lembrando que a partir do coletivo – e produziu seus primeiros textos em Paris, em confluência com a resistência armada brasileira.

*“Não amamos o debate pelo debate. Por isso importa-nos deixar claro desde o início o que e com quem pretendemos debater.”*¹⁰²

Assim se iniciou o primeiro número do então boletim DEBATE em fevereiro de 1970. As posições de DEBATE no que concerne à luta armada mudaram substancialmente durante esses primeiros anos de existência do coletivo, o que refletiu na produção da revista, exibindo seu processo “evolutivo”. Mas, naquele primeiro momento, principalmente nos dois números de estréia, a DEBATE assumiu o compromisso com a luta armada dizendo que:

Há três anos tinha sentido discutir se era oportuno ou não desencadear a luta armada. Hoje ela está desencadeada e mesmo seus mais resolutos adversários são obrigados ao menos a levá-la em conta em seus cálculos políticos (...) com a transformação oligárquico-militar do regime a guerra

¹⁰¹ Utilizamos aqui o termo “captura” ao invés de “sequestro” por concordar com Daniel Aarão Reis, que diz: “Sequestro é você assumir um crime. Você está cometendo é uma ação revolucionária.” HÉRCULES 56. Silvio Da-Rin. Documentário. Brasil, 2007.

¹⁰² DEBATE, Apresentação, Paris, FR, n°1, Fev. 1970. p.1.

revolucionária tornou-se o caminho fundamental da libertação do povo brasileiro e premissa histórica da revolução socialista.¹⁰³

Mais tarde, o coletivo diria que sua posição de apoio crítico à luta armada naquele momento – assumidamente, mais de apoio do que crítica – teria alguns motivos para acontecer. O primeiro é que então as forças mobilizadas em torno dos movimentos armados ainda se encontravam “intactas”, ou pelo menos sob um número de baixas muito pequenas perto do das estatísticas do decorrer de 1970 até 1972. Em segundo lugar, por então não manter maior contato com organizações “massistas” como PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e AP (Ação Popular). E, além disso, ter sido aquele o momento em que se constituiu o que ficou conhecido como “o corpo diplomático da esquerda revolucionária” no exílio, definido pela DEBATE como “*Uma aliança entre diferentes organizações militaristas e grupos ligados a antigos dirigentes do movimento popular*”, além da chegada dos quarenta militantes expulsos a Alger, que contribuiu ainda mais para a “*euforia armada*”¹⁰⁴.

Mas mesmo atestando a existência e a necessidade do tipo armado de resistência ao regime, a DEBATE tentou mostrar independência, deixando claro que seu apoio não era cego às disposições das organizações guerrilheiras, e sim, teria como objetivo ser um palco de discussões sobre os documentos oficiais produzidos pelas organizações armadas, e

... encarar o trabalho revolucionário no plano ideológico não como mera divulgação das ações armadas – como se a teoria revolucionária fosse uma espécie de torcida organizada que se contenta em bater palmas à prática revolucionária – mas como uma efetiva contribuição à agitação, à propaganda e à discussão dos problemas da revolução.¹⁰⁵

Aqui, o DEBATE já mostrava a sua disposição em promover um debate voltado para a teoria e política revolucionárias, em detrimento das concepções meramente práticas

¹⁰³ DEBATE, Apresentação, Paris, FR, n°1, Fev. 1970, p. 1.

¹⁰⁴ DEBATE. Plataforma Política. Paris, Fr. N°12. Abr. 1973. p. 5-6

¹⁰⁵ DEBATE, Apresentação, Paris, FR, n°1, Fev. 1970. p. 2.

da revolução, que apareceram com a ascensão da “nova esquerda”. Aliás, desde a VPR, o fundador da DEBATE já tinha pretensões de privilegiar uma forte imprensa de esquerda, mas como ele mesmo disse, foi tido como “literato” pelos companheiros de organização¹⁰⁶.

Naquele momento, 1970, acreditava-se que a luta armada já passara por dois momentos distintos: o primeiro, em que a tarefa mais importante seria a de criar condições mínimas para o desencadeamento da guerra revolucionária, o que teria ocorrido em 1967. E segundo, que acontecera em 1969, onde a luta revolucionária se torna um dado objetivo da conjuntura brasileira, “... em que o problema principal não é mais desencadeá-la, mas de conduzi-la segundo uma justa linha política.”¹⁰⁷ Mas algumas organizações estagnaram no primeiro momento, como descreve o artigo,

... no momento em que a luta armada torna-se um dado objetivo e fundamental da política brasileira, a questão das relações entre as ações clandestinas dos destacamentos de vanguarda e a direção política do movimento popular assume importância decisiva. A manobra estratégica das classes dominantes consiste em isolar a vanguarda armada; a subestimação militarista da política de massas só pode facilitar esse esforço da oligarquia.¹⁰⁸

Assim, notamos aqui a preocupação que norteou a crítica referente às organizações “vanguardistas” e/ou “militaristas” da esquerda, ou seja, a crença de que o distanciamento das massas, a desorganização política causada pela falta do Partido Revolucionário, e a falta de uma política de união dos comunistas causa o isolamento da força revolucionária, e assim a vitória do regime.

¹⁰⁶ Entrevista de João Quartim de Moraes concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho em 18-19/06/1986.

¹⁰⁷ DEBATE. “Introdução às Teses de Debray”. Paris FR. N°2. Abril, 1970. p. .9.

¹⁰⁸ DEBATE. “Introdução às Teses de Debray”. Paris FR. N°2. Abril, 1970. p. .9.

Bem, mas para tentar organizar as ideias, utilizaremos o esquema das “três grandes coordenadas¹⁰⁹” por onde divergiam os grupos de esquerda, ou seja, entenderemos o DEBATE dividindo seu pensamento pelo que entende que deveria ser o **caráter, a forma de luta e o tipo de organização** ideal para a vitória da revolução.

Antes de começarmos qualquer análise, temos que ter em mente que o nosso trabalho aqui é identificar o tipo de revolução que o **grupo DEBATE** apoiaria no processo revolucionário brasileiro, ou seja, a partir das discussões de ideias chegar a um consenso de como deveria ser feita a revolução. Queremos dizer com isso, que a DEBATE existiu em um contexto diferente daquele das organizações sediadas no Brasil, ou mesmo suas “filiais” no exílio. Este grupo, assim como qualquer órgão (armado ou não), teve suas ideias próprias e predileções no que acreditava ser o melhor caminho para se chegar à revolução.

O **Caráter da Revolução** pode se apresentar de duas formas nas organizações de esquerda: a primeira onde a revolução aconteceria a partir de etapas; e a segunda, onde esta teria um caráter imediatamente socialista.

Como exemplo máximo de organização etapista temos o PCB, este adepto da teoria da “revolução democrático burguesa”, modelo que tinha como objetivo a união das “classes progressistas” (Burguesia, operários e camponeses) como fase imprescindível para chegada ao socialismo futuro. Outra organização, que embora criticasse as posições do PCB – já que não acreditava na possibilidade da burguesia progressista ser uma liderança no processo revolucionário - mas também adepta da ideia “etapista” foi a Ação Libertadora Nacional (ALN). Outras organizações também foram em maior ou menor grau ligadas ao processo etapista de revolução como o PCBR, MNR, RAN e Ala Vermelha do PCdoB.

¹⁰⁹ Nos baseando em RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira – Raízes Sociais da Guerrilha Armada*. São Paulo: EDUNESP, 1993.

Por outro lado, havia os que acreditavam que a revolução teria que ter caráter imediatamente socialista, como a VPR, Var-Palmares, MR-8, entre outras, estas de acordo com Ridenti, herdeiras das teorizações da POLOP, e influenciadas pela chamada Teoria da Dependência de Gunder Frank¹¹⁰ e pelo livro de Caio Prado Junior *A Revolução Brasileira*, embora este continuasse militante do PCB. Assim, para os “socialistas” não seriam necessárias as etapas, já que estas já estariam superadas.

DEBATE, em seus textos, tende a valorizar as alianças “com todas as forças que se opõem à ditadura oligárquico-militar” contra o imperialismo, criticando de forma veemente as organizações defensoras do projeto imediato socialista.

No editorial¹¹¹ de fevereiro de 1971 intitulado: *Luta Anti-Imperialista e Luta Anti Capitalista*, DEBATE mostrava que para se entender a atualidade do movimento naquele período, teria que se partir de três pontos principais de análise: “*Natureza de classe da ditadura oligárquico-militar; natureza da fase atual do imperialismo e do capitalismo; e a liderança do proletariado na luta pela democracia e pela libertação nacional*”¹¹², para assim indicar as relações entre imperialismo e desenvolvimento do capitalismo com a luta revolucionária do povo brasileiro.

DEBATE crê que um grande problema que estava em voga desde 1964 dizia respeito às posições tomadas acerca das ideias do PCB. Sim, embora também críticos das posições do partido, acreditando nos equívocos que levaram ao “burocratismo, oportunismo e reboquismo” que teria vindo com as teses do Partidão, o problema para o boletim era que a partir daí “... criou-se uma atmosfera maniqueísta a toda análise que de perto ou de

¹¹⁰ RIDENTI, Op. Cit.

¹¹¹ Os editoriais da revista eram feitos por um ou um pequeno grupo de militantes, mas que tinha que ser aceito pela maioria dos militantes do coletivo.

¹¹² DEBATE. Luta Anti-Imperialista e Luta Anti Capitalista. (Editorial). Paris FR, nº5, 1971. p. 3.

*longe lembrasse as do Partidão. (...) Com isso permanecia no nível de negação abstrata da análise do dito partido: a verdade passava ser o contrário do que ele dizia.*¹¹³”. E corrobora o que diz ao falar de um dos dilemas que permeavam as discussões teóricas dos partidos e organizações daquele período, a existência ou não de uma burguesia nacional.

A tese do “Partidão” de que a burguesia nacional era aliada do proletariado, do campesinato e do conjunto do povo na transformação nacional e democrática de nossa sociedade, esta sim, é uma tese oportunista, uma tese reboquista, uma tese que abandona na teoria e na prática a luta pela hegemonia do proletariado e de seus aliados. Mas inferir aí que a burguesia nacional “não existe”, que não há setores (importantes) que se batem, no seio das classes dominantes, por um desenvolvimento nacional do capitalismo monopolista, que não há setores interessados em transformar o Brasil em grande potencia capitalista, é fechar os olhos para a realidade.¹¹⁴

Assim, entendemos que para o DEBATE, são insuficientes ambas as análises quanto ao caráter da revolução, não se identificando com as teses teórico-revolucionárias anteriores como as do “dualismo” e “semi feudal”.

De acordo com A. Silva, a tese quanto ao caráter revolucionário do DEBATE é elaborada a partir das experiências teóricas, políticas e ideológicas do coletivo. Para ele é

... incontestável que as tarefas principais da revolução brasileira são as de atacar os três principais inimigos: o imperialismo, a burguesia e o latifúndio. Portanto, de levar em conta seu aspecto nacional (luta antiimperialista), seu aspecto socialista (luta anticapitalista) e seu aspecto democrático (revolução agrária). Por ser o modo de produção capitalista o modo de produção dominante na sociedade brasileira, por ser a burguesia através da atual ditadura militar, o principal sustentáculo deste “triunvirato”, não vemos como dissociar as tarefas anticapitalistas das demais, criando uma etapa de transição¹¹⁵.

¹¹³ DEBATE. As contradições no Seio das Classes Dominantes. (Editorial). Paris FR, nº6, 1971. p. 6.

¹¹⁴ DEBATE. As contradições no Seio das Classes Dominantes. (Editorial). Paris FR, nº6, 1971. p. 7.

¹¹⁵ DEBATE. A Tendência Leninista na ALN e o Leninismo. Paris FR, nº11, Jan. 1973. p. 20.

Mas mesmo sendo contra a ideia de etapa, defendendo um programa “unitário” que vai chamar de “Revolução Socialista Proletária”, se coloca distante daqueles do “Pólo Socialista”.

Embora sustentemos que o caráter da revolução brasileira seja aquele de uma revolução socialista proletária, isso não nos leva a eliminar o peso da revolução nacional (a nação oprimida pelo imperialismo) e o peso da revolução democrática (campeinato explorado pelo latifúndio).¹¹⁶

No documento “Plataforma Política”, o caráter proletário-socialista e democrático da revolução para DEBATE é detalhadamente explicado. Por isso, colocaremos a citação na íntegra.

O proletariado formula seu programa e sua tática, isto é, exprime a maneira coerente e sistemática suas aspirações e objetivos e os meios para realizá-los. Compreende que na situação atual todos os seus esforços, e os de seus aliados devem se concentrar na derrubada da ditadura. Mas não visa derrubar a ditadura para um regime liberal onde os monopólios mantenham sua dominação. Constata simplesmente que a dominação dos monopólios, sem terrorismo policial militar é preferível à dominação dos monopólios com terrorismo policial, e por isso vê como positiva qualquer medida (suspensão da tortura aos presos e suspeitos políticos, revogação do ato 5, abolição do controle policial militar sobre os sindicatos) que paralise, ou ao menos diminua, a repressão criminosa da ditadura militar a serviço dos monopólios. É evidente, no entanto, que ao apoiar as medidas positivas desta ordem, o proletário não abdica ou recua um milímetro sequer de seus objetivos de classe: justamente só as considera positivas na medida em que abram caminho (ainda que esta “abertura” seja uma brecha na fortaleza reacionária) para a democracia. Ora, a democracia é a aliança democrático-camponesa sobre a base de um programa anti-monopolista, e a luta pela democracia se apresenta como processo ininterrompido (sic) de luta de classes contra a autocracia militar, contra os monopólios e tanto contra o imperialismo. Seu primeiro objetivo é a derrubada do regime de autocracia militar e por isso mesmo o programa unitário, que o proletariado deve apresentar hoje a todos os democratas, só será correto se corresponder às aspirações de todos os inimigos da ditadura e se for capaz de lançá-los todos no assalto ao regime. Neste assalto é que se há de forjar a consciência e a organização de que necessita nossa classe operária para realizar a transformação socialista no Brasil.¹¹⁷

Nota-se aqui um discurso que, de alguma forma foi muito utilizado a partir da segunda metade dos anos 70. Ou seja, se pensar um fim de ditadura quase que gradual, mas

¹¹⁶ DEBATE. A Tendência Leninista na ALN e o Leninismo. Paris FR, n°11, Jan. 1973. p. 21.

¹¹⁷ DEBATE. Projeto Plataforma Política. Paris FR, n°, Abr. 1973. p. 19.

sem etapas definidas, uma posição onde qualquer melhoria que se tivesse seria bem-vinda (suspensão da tortura aos presos e suspeitos políticos, revogação do ato 5, abolição do controle policial militar sobre os sindicatos). Com estas brechas, entende-se (pelo DEBATE) que haveria mais espaço, sendo então facilitada uma maior formação de consciência do proletariado e sua comunhão com seus aliados. Estes que não são esquecidos pelo documento: “... o programa de democracia revolucionária que deve defender os marxistas no Brasil incluirá, ao lado dos objetivos especificamente proletários, as reivindicações fundamentais de todas as demais classes e camadas sociais exploradas e oprimidas pelo regime de autocracia militar a serviço dos monopólios¹¹⁸”

Mas o documento adverte que a democracia não é a conquista de algumas liberdades jurídicas, e não se contenta com um hipotético retorno às instituições republicanas. A democracia a que se refere, é a democracia proletária: “A democracia dizia Lênin, é a classe operária e o campesinato. A luta pela democracia é a luta de classe que trava o proletariado aliado ao campesinato e a todas as camadas oprimidas pelos monopólios e por seu regime de autocracia militar.”¹¹⁹

Quanto à problemática da **organização revolucionária**, queremos analisar a necessidade ou não, de acordo com Ridenti, de uma estrutura partidária “nos moldes marxistas leninistas clássicos para se fazer a revolução.”¹²⁰ para o DEBATE.

DEBATE sempre defendeu a necessidade do “Partido Revolucionário” aos moldes leninistas em seus textos. Tanto isso é verdade, que mais adiante se coloca como núcleo principal da união dos comunistas. São três as condições principais que, interligadas, mostram a posição do DEBATE, ou seja, o coletivo vê como imprescindível a (1) união dos

¹¹⁸ DEBATE. Projeto Plataforma Política. Paris FR, n°, Abr. 1973. p. 20.

¹¹⁹ DEBATE. Projeto Plataforma Política. Paris FR, n°, Abr. 1973. p. 18.

¹²⁰ RIDENTI, 1993. p. 37.

comunistas em torno de um (2) órgão oficial, que é o partido revolucionário, tendo como (3) base as massas. Nas palavras do Coletivo, é “*necessário construir na luta o partido marxista revolucionário em uma vasta frente (e não apenas uma frente de esquerda revolucionária) contra a ditadura e o imperialismo, reunindo todas as forças que se opõe à ditadura oligárquico-militar*”¹²¹”.

Duas organizações em especial estão com frequência na berlinda crítica nas páginas da DEBATE, e servem de exemplos para o que acredita ser a maneira errada de se fazer a luta pela revolução, então as retomaremos:

A ALN foi uma organização fundada por Carlos Marighella que, além do fato de ser uma organização “militarista”, era motivo de crítica para o coletivo DEBATE por ter um caráter descentralizador das ações armadas. Cada grupo tinha a liberdade de efetuar qualquer ação sem prévia autorização de um comando central, desde que tivesse em conformidade com o planejamento estratégico da organização (Autonomia Tática). Como nos relata Jacob Gorender:

A organização revolucionária se compõe de grupos com inteira liberdade de iniciativa. Os comandos ou coordenações só existem para articular ações de maior envergadura, que envolvem mais de um grupo. O princípio tático da *ação direta militar* (incluindo o terrorismo) e o princípio organizativo de *grupismo* permitem caracterizar o princípio marighellista como a de um *anarcomilitarismo*.”¹²² *Grifos do autor*

A ALN, embora crítica ao PCB, não fugia muito das características etapistas, mas divergia do “Partidão”, principalmente no que se refere à posição da burguesia no processo revolucionário, que deveria ser impulsionado por grupos guerrilheiros que estariam afinados com as propostas camponesas e operárias.

¹²¹ DEBATE. Unidade de esquerda. Paris FR, n°3, Nov. 1970. p. 6.

¹²² GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo: Ed. Ática, 1998. p. 107.

E a VPR, que como já citamos, radicalizando as posições da ALN, colocava-se absolutamente contrária às ideias pecebistas e acreditava no caráter socialista imediato da revolução. Como já dito, a organização tinha como capital teórico as experiências da revolução cubana, a *Teoria da Dependência* de Gunder Frank, Caio Prado Junior, Celso Furtado, entre outros. Assim, propõe-se a formar uma composição híbrida destes teóricos e teorias, caracterizando-a como “marxismo-leninismo às condições da América Latina”, como bem nos mostra Daniel Aarão Reis Filho:

Assim, a VPR, de pronto, assumiria a sua condição de “marxista-leninista”, demarcando-se do conjunto da esquerda, incapaz de assimilar o “verdadeiro” leninismo. A regeneração da esquerda, deste ponto de vista se faria por uma combinação peculiar de Marx, Lênin, Debray e Guevara. A síntese guerrilha partido exprimiria o acasalamento entre Lenin e Guevara. O exército popular, sendo o destacamento mais avançado da luta de massas, seu “núcleo organizador”, era apresentado como o “embrião do novo partido” marxista Leninista.¹²³

Assim, esse “novo marxismo-leninismo” criado pela VPR e a “Autonomia Tática” desenvolvida pela ALN deixavam para um segundo momento um detalhe que era de extrema importância para o coletivo DEBATE, como já vimos: o lugar do partido “convencional”, nos moldes leninistas, como organismo imprescindível para aquilo que se entendia como projeto revolucionário, e principalmente, o afastamento das massas do processo revolucionário causando o isolamento que levaria a revolução brasileira ao fracasso.

Por fim, como “**forma de luta**”, DEBATE via como já dito, num primeiro momento a necessidade da via armada de combate a ditadura. Este “apoio-crítico” que iniciou os trabalhos do boletim (e do grupo), com o passar dos anos mudou. A cada artigo,

¹²³ AARÃO Reis Filho, Daniel. A Revolução Faltou ao Encontro. Os Comunistas no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996. p. 91.

e a cada número, o processo de deterioração deste apoio fica mais evidente, até o momento em que se esvai.

Nosso próximo tópico exemplificará as posições políticas do grupo DEBATE em relação à luta armada.

Tendência Leninista da ALN: “Uma Autocrítica Necessária”

Outro ponto que precisa ser abarcado quando se fala da revista DEBATE é a de sua disposição em ser órgão de caráter plural e de divulgação da produção teórica de organizações, que nem sempre tinham afinidades com o ideário do coletivo. No conteúdo da DEBATE encontramos documentos pertencentes a outros coletivos que também produziam seus textos, como é no caso de “O Círculo”, e inclusive textos de programas de organizações como a VAR-Palmares, MR-8, entre outros.

Mas nenhum destes documentos criou tanta polêmica como o intitulado “Uma Autocrítica Necessária”, redigido pela “TENDÊNCIA LENINISTA dentro da ALN”, publicado no sétimo número em setembro de 1971, e que originou um debate acirrado (e quase exclusivo!) por cerca de dois anos, só cessando no número doze, em meados de 1973.

Neste documento, alguns militantes da ALN se rebelaram contra as posições “militaristas” de sua organização, e passaram a requerer a mudança de seu caráter “autonomista” para uma entidade baseada nos aspectos “leninistas” da revolução. Provando assim, na primeira leitura, de grande admiração do grupo DEBATE, levando-o inclusive na apresentação do documento (procedimento que também não era comum) a celebrá-lo como texto que viria em “... *um momento extremamente importante no processo de renovação do movimento marxista e revolucionário no Brasil.*” O grupo DEBATE colocou que neste documento “... *os leninistas da ALN rompem corajosamente com o vanguardismo*

militarista”, principalmente no que se referia a não participação das massas na primeira fase da revolução, e também, criticando a “... tentativa (da ALN) de prosseguir nos erros da guerrilha urbana, que vêm se agravando cada vez mais na medida em que o radicalismo de classe média se tornou ideologia dominante no seio da Resistência Armada.” Ficou ainda mais evidente a aprovação do grupo quanto a esse documento quando, ao fim da apresentação, foi agraciado com um adjetivo pouco usado para definir a produção daqueles que não faziam parte do grupo, dizendo que “Uma Autocrítica Necessária” para o DEBATE, teria um “caráter profundamente marxista”. Então agora veremos por que este documento foi tão festejado¹²⁴.

O documento veio criticar o “total desligamento das massas dos diversos grupos armados que atuam no país.” Dizia que para enfrentar esse problema, alguns militantes desenvolveram uma luta interna dentro da ALN, onde propunham “que a organização faça uma autocrítica profunda de sua política, de sua estrutura e de seus métodos.”. E só não o fizeram antes, pois tinham assuntos mais urgentes como “combater as ideias pacifistas e o impacto de uma série de ações armadas realizadas com sucesso, o que nos empolgava”.

Fazendo então um retrospecto da reação ao regime e da diminuição da participação das massas, acreditavam “que está fora de cogitações o raciocínio simplista de que o surto de desenvolvimento econômico alcançado nos centros industriais do país no biênio 69/70, seja o responsável pelo progressivo afastamento do povo do movimento de luta armada.”¹²⁵ Assim, o milagre brasileiro não teve relevância para o afastamento, (ou talvez nem tenha existido uma aproximação tão significativa), já que:

¹²⁴ DEBATE. Apresentação do documento pela redação da DEBATE: Uma Autocrítica Necessária. Paris FR, n°7, Set. 1971. p. 31.

¹²⁵ TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN: Uma Autocrítica Necessária. In: DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira. Pari, FR. N°7. Set. 1971. P.31

embora tenha melhorado a situação de setores da classe média urbana e da reduzida faixa de operários altamente qualificados nos grandes centros industriais como evidência o aumento do salário médio real nos últimos anos, a verdade é que a classe operária e as grandes massas se pauperizaram cada vez mais, pois o salário mínimo real não tem deixado de cair desde o golpe de 64 e o fez de modo mais acentuado no biênio 69/70, correspondente ao que os economistas burgueses chamam de “boom” da economia.¹²⁶

Assim, atestam que, nem a “repressão brutal”, nem o “surto desenvolvimentista” poderiam ser responsabilizados pelo desligamento das massas, aliás, fenômenos estes que para a TL deveriam agudizar a insatisfação popular desencadeando assim a luta de classes, ao invés de refreá-la. E sim os próprios erros. Então, o processo de autocrítica teria que responder a questões como:

1. Por que estamos isolados das massas?
2. Por que não se desencadeou a guerrilha rural em 1969?
3. Por que sofremos perdas tão importantes como a de Marighella, Câmara Ferreira entre outros?
4. Por que temos hoje em dia nas prisões centenas de militantes e milhares de aliados?
5. Por que há um processo em curso em todas as organizações de uma crescente atomização em grupos e subgrupos, em permanente luta interna?

Na opinião da TL, a ALN deveria se apegar ao documento aprovado na conferência dos comunistas de São Paulo em abril de 1967, assim a “*concepção marxista leninista da revolução como obra e massas (...) em especial com a classe operária das grandes empresas industriais onde se deveria construir o partido, sem o qual as tarefas da*

¹²⁶ TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN: Uma Autocrítica Necessária. In: DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira. Pari, FR. N°7. Set. 1971. p. 31-32.

revolução não poderiam ser levadas adiante.”¹²⁷. Esta conferência acentuou o caráter nacional libertador do processo revolucionário em curso com utilização da luta armada. Então a TL-ALN enumerou dois erros pelos quais a luta armada ainda não havia dado certo, assim respondendo às questões feitas acima, ou seja, os responsáveis seriam o enorme afluxo de elementos da burguesia radical e a penetração das ideias de Régis Debray, promovendo o contrabando ideológico debraysta.

A Tendência critica o Debrayismo por este negar “a necessidade de um partido leninista para levar a cabo a revolução nas condições na América Latina, propondo sua substituição pela *“coluna móvel estratégica” que seria a direção político militar que convergiria a atenção das grandes massas e a partir dos enfrentamentos iniciais do foco guerrilheiro*”. Além dessa “falsa concepção de revolução”, a “adesão incondicional ao esquema artificial da OLAS” também foi criticado, que consistia nas ações armadas nas cidades (para levantar fundos) como forma de se chegar ao campo, sendo esse militantes treinados fora do país.

Nessas condições a expropriação de bancos foi erigida como critério de uma política de quadros: O “vestibular” que credenciava um quadro era se havia participado ou não de uma ação expropriatória. (...) Progressivamente, o justo critério leninista, que no fundamental avalia o quadro pela sua capacidade de organizar as forças motrizes da revolução – os operários, os camponeses, a pequena burguesia, especialmente os estudantes e intelectuais revolucionários – foi abandonado.¹²⁸

Em consequência, o trabalho político deu lugar ao trabalho estritamente militar.

O documento chega a dizer que o trabalho de massas foi julgado herege, e o guerrilheiro urbano levado a ser cultuado.

¹²⁷ TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN: Uma Autocrítica Necessária. In: DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira. Paris - FR. N°7. Set. 1971. p. 33.

¹²⁸ TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN: Uma Autocrítica Necessária. In: DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira. Paris - FR. N°7. Set. 1971. p. 35.

Refletindo a ideologia da pequena burguesia radical, refratária à disciplina proletária, foi criado o conceito de “liberdade tática” ou “autonomismo” para os grupos que realizavam ações armadas. (...) a autocrítica que apresentamos não deve ser confundida com uma visão pessimista da revolução. Pelo contrário, somente ela permitirá a elaboração de uma correta linha política e a estruturação de uma organização leninista capaz de pô-la em prática de um modo conseqüente. Nossa luta ideológica visa basicamente derrotar às duas tendências - a pacifista, de fundo burguês que procura lançar ao descrédito a via armada da revolução e a militarista também burguesa, pois isolando as organizações revolucionárias das massas pelo desvio “esquerdista” também leva à desmoralização da luta armada. São duas tendências que em realidade são as faces opostas de uma mesma moeda, duas manifestações, uma de direita e outra de “esquerda” da mesma ideologia burguesa que penetrou intensamente na esquerda brasileira.¹²⁹

Então a TL-ALN começa a pontuar as suas concepções sobre a revolução:

1. No primeiro ponto, coloca que a revolução teria que ter caráter nacional libertador e democrático, ou seja, seguia o modelo em que as forças básicas (proletário, camponês, estudante, intelectuais progressistas, militares democratas, especialmente marinheiros, cabos e sargentos) reúnam à base de um programa amplo todas as classes e camadas sociais interessadas na derrubada da ditadura militar fascista, a fim de expulsar o imperialismo, eliminando a burguesia monopolista associada ao latifúndio. E os inimigos do povo seriam: o imperialismo Norte Americano, a burguesia monopolista a ele associada e os grandes proprietários de terra (que só conseguem manter sua dominação sob uma ditadura monopolista). Esclarece que somente a classe operária tem capacidade de ser dirigente do processo revolucionário em detrimento da burguesia, mas adverte que, “... *essa constatação não deve levar à conclusão esquerdista de que esses elementos não participam da frente única anti-ditatorial*”.¹³⁰ Mostra também que nossa ditadura se diferencia de outras pela sua não-personificação em apenas um ditador, e sim, de estar à mercê do Conselho de Segurança Nacional, do Estado Maior das Forças Armadas, e da Escola

¹²⁹ TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN: Uma Autocrítica Necessária. In: DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira. Paris - FR. N°7. Set. 1971p. 36.

¹³⁰ TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN: Uma Autocrítica Necessária. In: DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira. Paris - FR. N°7. Set. 1971p. 37.

Superior de Guerra que são os organismos que de fato elaboram e põem em prática a política ditatorial. Coloca a necessidade de destruição do aparato burocrático militar sob pena de sua manutenção não permitir a redemocratização. Secundariza o meio pacífico de luta, mas considera não ser essa a única forma de luta, podendo ser usado até o meio eleitoral “... *quando se propicia uma brecha para o contato ainda que ultra limitado com as massas. O importante é não ter ilusões numa saída eleitoral, mas utilizar as eleições para denunciar e desmoralizar ainda mais a ditadura.*”¹³¹

Este modelo, para a Tendência Leninista, se configuraria em uma democracia avançada no qual seria permitido um regime pluripartidário composto de todas as organizações políticas que não contrariassem os objetivos do programa nacional-libertador e democrático, e que não tivessem tido ligação com a ditadura. Mas deixa claro que:

... a formulação de um regime de democracia avançada deve ser compreendida como parte de um processo de revolução permanente em direção ao socialismo. É claro que isso depende de existir uma vanguarda proletária que detenha a hegemonia de todo o processo através de uma intensa luta ideológica, com a mais ampla participação das massas, contra todas as tendências que buscam estagnar a revolução e burocratizá-las¹³².

2. O segundo ponto diz respeito à formação de uma frente única em torno da aliança principal (operário-camponesa), mas tinha ciência da dificuldade de se conseguir isso, já que não se teria um instrumento capaz de ser expressão política da unidade, o grande obstáculo seria o exclusivismo das organizações, que anula os esforços em prol da unidade. Exclusivismo este que se manifestaria em torno do método de luta empregado, buscando cada organização que seu método de luta seja aceito pelas demais forças.

¹³¹ TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN: Uma Autocrítica Necessária. In: DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira. Paris - FR. N°7. Set. 1971. p. 38.

¹³² TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN: Uma Autocrítica Necessária. In: DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira. Paris - FR. N°7. Set. 1971. p. 39.

3. O terceiro ponto diz respeito à necessidade do Partido Revolucionário: “*O que buscamos é a introdução de normas e métodos leninistas dentro da ALN, a fim de que numa correta prática revolucionária seja forjado o partido leninista de novo tipo.*”¹³³ Para isso se faria necessária a realização de um congresso da ALN para discutir e decidir não só sua estrutura, mas também sua linha política. Ressalta que a segurança é imprescindível, atendo-se muito à biografia revolucionária dos quadros cooptados para o congresso, evitando assim infiltrações; e criação de uma escola de quadros políticos para proletarização (preparação destes para viver com as massas) dos militantes pequeno-burgueses e necessidade de quadros militantes para o desenvolvimento de uma teoria da insurreição voltada para a realidade brasileira, não dispensando as experiências externas, mas também não as copiando.

4. Quanto à quarta questão, sobre o exército revolucionário, não pretende mudar a forma da ALN de trabalhar com Grupos Táticos Armados (GTA), mas rechaça o caráter autonomista e de liberdade tática, que seria trocado pelo modelo leninista onde estes seriam dirigidos por um “... *uma chefia que dever ser um quadro político militar da organização.*”

134

5. E o quinto e último ponto se refere à política externa, na qual, a partir da revolução socialista o Brasil deveria manter relações com todos os países socialistas e lutar pela unidade do mundo socialista sem se perder a autonomia nacional, e acima de tudo se aliando continentalmente com os países da América Latina.

¹³³ TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN: Uma Autocrítica Necessária. In: DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira. Paris - FR. N°7. Set. 1971. p. 42.

¹³⁴ TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN: Uma Autocrítica Necessária. In: DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira. Paris - FR. N°7. Set. 1971. p. 44.

O documento é finalizado explicitando os objetivos imediatos da Tendência Leninista, que “... é aprofundar a discussão dentro da ALN, visando a realização do congresso. Não temos nenhuma intenção “fracionista” pois não pretendemos sair da ALN.” E continua: “O que desejamos sim é o restabelecimento em um nível mais elevado da linha política elaborada por Carlos Marighella e os comunistas de São Paulo ao iniciar a luta armada em nosso país.”¹³⁵

Fizemos um breve resumo deste documento, porque cremos que a publicação deste texto foi o estopim para que o grupo DEBATE iniciasse a reavaliação de suas posições em relação ao apoio crítico que dispensava à via armada da revolução. Embora tenha sido festejado e aceito em seus “princípios gerais” pelo grupo DEBATE, o documento oriundo da iniciativa destes poucos militantes da ALN¹³⁶ foi muito criticado nos dois anos seguintes a sua publicação, principalmente nos textos de Fernando Andrade (Quartim) e A. Silva (não identificado). João Quartim promoveu até certo momento uma crítica mais branda, sem as ironias e sarcasmos que fizeram parte dos seus trabalhos no período, e até muito depois dele. Já A. Silva se colocou criticamente com muito mais acidez e agressividade. A posição destes dois colaboradores em relação a “Uma Autocrítica Necessária” facilitou a compreensão das ideias do coletivo em relação à luta armada.

Entendendo o Coletivo DEBATE a partir de suas discordâncias com a Tendência Leninista da ALN

Analisando o documento na totalidade, e as reações que produziu posteriormente, fica difícil entender o porquê da empolgação anterior à sua publicação. Sim, notamos que

¹³⁵TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN: Uma Autocrítica Necessária. In: DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira. Paris - FR. N°7. Set. 1971. p. 55.

¹³⁶ Em depoimento que nos cedeu Maria Lygia Quartim de Moraes (militante da ALN e também desta dissidência interna da organização) eram poucos militantes que faziam parte da TL, inclusive, um dos redatores do “Uma Autocrítica Necessária”, nem fazia parte originalmente da organização.

existem, num aspecto geral, ideias em comum, aliás, DEBATE concordava com os princípios gerais do documento, e também se mostrava solidária aos membros da TL em relação à ALN, já que, “*em virtude dos desvios que desde algum tempo se cristalizam no seio das organizações de guerrilha urbana, vinham sendo marginalizados e neutralizados pelos partidários do vanguardismo militarista*”.¹³⁷ Mas, como veremos, em grande parte – e por isso utilizamos este documento como modelo para entender as posições do DEBATE – as discordâncias falavam mais alto.

Os pontos principais em que a DEBATE discordava da TL-ALN dizem respeito em primeiro lugar, e talvez o mais importante, ao caráter de libertação nacional que o documento releva com muita ênfase, chamando-o de “Estratégia Nacional Libertadora”.

Para Fernando Andrade do coletivo DEBATE, nem toda luta anti-imperialista é de libertação nacional, mas ao contrário, toda luta pela libertação nacional é anti-imperialista. “*A luta anti-imperialista coincide com a luta de libertação nacional quando, somente quando, uma nação é oprimida enquanto nação, e luta por sua liberdade contra o imperialismo.*” Mas, já no caso brasileiro, ele explica:

Por trás desta questão está a de saber em quê o capital investido por um grupo monopolista estrangeiro se distingue no seu processo de reprodução ampliada, de um capital investido por um capitalista brasileiro. (...) Ora, a luta contra descapitalização relativa (o efeito puramente econômico) de nossa economia é uma luta essencialmente antiimperialista, mas não uma luta de libertação nacional. (...) insistir demais no aspecto nacional desta luta não ajuda a esclarecer-lhe a intrínseca ambiguidade...¹³⁸

Assim, a TL-ALN ao falar em libertação nacional está descaracterizando a ideia muito difundida pela DEBATE, que é a existência de uma burguesia nacional monopolista. Ou seja, para o grupo, “... *o Brasil é um país que transita para uma economia monopolista*

¹³⁷ DEBATE. Abertura do Debate sobre Uma Autocrítica Necessária. Paris FR, n° 7, Set. 1971.

¹³⁸ DEBATE. Alguns Equívocos da Libertação Nacional. (Fernando Andrade). Paris FR, n°8, Dez. 1971. p. 30-31

de Estado e que tem seu processo produtivo integrado ao sistema imperialista internacional".¹³⁹ E continua mais adiante:

Se o golpe principal deve ser dirigido aos que se opõem à libertação de nossa nação, então de duas uma: ou se admite francamente a tese "colonial" de que a ditadura não tem uma base própria (burguesa) de dominação de classe, e neste caso, ao se lutar contra a ditadura luta-se diretamente contra o imperialismo, já que aquela é mero prolongamento deste, ou então se adota a tese materialista e dialética de que a ditadura é uma forma histórica concreta do Estado capitalista brasileiro e que, por conseguinte, a luta pela sua derrubada é o objetivo central do programa unitário e a palavra de ordem principal de todas as lutas imediatas. Quem, como nós, adota essa segunda opção, não pode falar em "estratégia nacional libertadora", mas sim em programa unitário democrático e anti imperialista.¹⁴⁰

E então entramos em outro ponto de discordância entre os lados. A utilização pelo documento de dois termos que afinariam com as teses pecebistas de atraso, e corroborariam "uma concepção mecanicista do desenvolvimento histórico" e das relações capitalistas brasileiras, ou seja, "neo-colonizado" e "estrutura agrário-arcaica". Para DEBATE "*O documento não entende a natureza da reforma agrária prussiana que a ditadura vem estimulando, e pretende reduzi-la ao esquema geral da "associação" com os monopólios estrangeiro*".¹⁴¹ Estes pontos para Andrade caracterizam uma análise militarista da revolução, e que contradiz "o espírito do documento Uma Autocrítica Necessária."

Não só a natureza de classe da ditadura civil militar e suas contradições eram relevadas nas páginas da DEBATE. As disputas de classe dentro do movimento revolucionário também eram o tempo todo evidenciadas, principalmente no que confere o "monopólio" das camadas médias no processo revolucionário.

¹³⁹ DEBATE. Por um Programa Marxista da Revolução Brasileira. (Fernando Andrade) Paris FR, nº7, Set. 1971. p. 50.

¹⁴⁰ DEBATE. Alguns Equívocos da Libertação Nacional. (Fernando Andrade). Paris FR, nº8, Dez. 1971. p. 32.

¹⁴¹ DEBATE. Por um Programa Marxista da Revolução Brasileira. (Fernando Andrade). Paris FR, nº7, Set. 1971. p. 48.

Em alguns casos, há o retrospecto positivo da ação estudantil anterior, e durante o ano de 1968, período em que se destacou como a própria revista se refere à

... contestação da política antiimperialista norte americana e denúncia do Estado burguês – latifundiário – militar como seu principal agente interno; ameaça direta à estrutura do poder no interior da universidade; agitação em torno de uma alternativa de poder proletário camponês e a propaganda da violência revolucionária para implantar tal poder¹⁴²

Mas quando se fala do pós-1968 e do refluxo, não só do movimento estudantil, mas de toda a camada média que antes se levantava contra a ditadura, e a posição de parte desta camada média para o levante armado, as percepções mudam, como no caso da própria TL-ALN. Esta considerava como o motivo mais forte do isolamento das massas, os desvios de classe causados pela inserção de quadros da pequena burguesia no âmbito das organizações de esquerda. Então, a TL-ALN via na afluência de quadros do que chamavam de “pequena burguesia radical” (que contrabandeavam a ideologia debraysta) os únicos motivos para sua organização estar vivendo o “militarismo”, “autonomismo” e, por sua vez, o isolamento das massas.

Então mais uma vez DEBATE se separa das ideias da TL. Para A. Silva, os motivos para que as posições militaristas ganhassem tantos adeptos seriam, num primeiro momento, críticas superficiais infringidas a partidos como o PCB, PCdoB e POLOP, e erros graves na prática da luta interna. Quanto às críticas às três organizações em questão, diz que estas foram ministradas com demasiada fraqueza teórica, limitada a jargões, onde “o livro de Debray caiu como uma luva”.

A responsabilidade do não aprofundamento da crítica, e a conseqüente falta de formação dos quadros das organizações cabem aos líderes da luta interna do PCB (no que se refere à ALN). Isso vai contribuir para que esses mesmos quadros dominem a organização com “o pequeno livro do sr. Debray numa mão

¹⁴² DEBATE. O Movimento Estudantil do Reformismo à Revolução. (Julia Moura). Paris FR, n°5, Fev. 1971. p. 22. Grifo da autora

e uma metralhadora na outra”. Uma imagem que atraiu inúmeros militantes estudantis.¹⁴³

Já que a TL-ALN tinha para si que o único (ou maior) motivo para o isolamento de sua organização estaria baseada nos desvios de classe, não acreditava que as mudanças feitas pelo regime, principalmente referentes ao “milagre econômico”, pudessem ser responsáveis por esta debandada das massas. Mas DEBATE pensava diferente.

De acordo com Paulo Lemos¹⁴⁴, a representação do grupo dominante no interior da sociedade, poderia ter sim influência no que diz respeito às formas de luta a serem empregadas. Assim, a classe no poder poderia, ou promover a transformação social, ou ser apenas uma classe sem perspectiva histórica, que só quer a manutenção do que já existe. Assim, se a classe dominante seguisse o segundo caminho, mais fácil seria para desenvolver um meio de luta eficaz que agregasse as forças populares, mas Lemos advertia que se o poder estiver nas mãos de *“uma força que avança e transforma uma dada sociedade, é mais difícil de bater, é mais capaz de reagir, tem mais condições de aproveitar os erros das forças revolucionárias, ampliar sua base política e derrotar aqueles que a combatem a partir de posições isoladas”*.¹⁴⁵

Pensando desta forma, mesmo sabendo que o milagre econômico foi fictício, pode-se dizer que o regime militar foi uma força com uma espécie de transformação, como nos mostra Diogo Tavares

Verdade é que o desafogo econômico da economia brasileira iniciado nos anos 69/70 deu margem a um retraimento e neutralização política da pequena burguesia. E o governo soube tirar frutos políticos desta situação. O vazio político foi preenchido nas universidades pelo “Projeto Rondon” e nas ruas as classes médias alimentavam suas esperanças na “loteria esportiva” ou na “bolsa de valores”. Se o crescimento econômico permitiu um relativo alívio das finanças da classe média, também a incapacidade da esquerda em apontar uma alternativa

¹⁴³ DEBATE. Impressões de uma Primeira Leitura. (A. Silva). Paris FR, n°7, Set. 1971. p. 56.

¹⁴⁴ Codinome de Roberto Las Casas. (falecido)

¹⁴⁵ DEBATE. Ainda Sobre o Documento “Uma Autocrítica Necessária”. (Paulo Lemos). Paris FR. N° 9. Abr. 1972. p. 34.

política para o movimento de massa nos anos 68 e 69 é outro fator de entorpecimento político da pequena burguesia. Das explosões e lutas de ruas de correntes cada vez mais largas da classe média, lideradas pelo movimento estudantil, que se manifestavam nitidamente contra a ditadura militar, seguiu-se um recuo sem direção da massa e produziu também uma tentativa desesperada de grupos pequeno burgueses de continuar “a luta armada iniciada em 1968”, como única forma de responder á investida da ditadura militar.¹⁴⁶

Assim, Tavares revela três motivos para o isolamento: a política econômica promovida pelo regime, o recuo das massas devido à inércia das próprias esquerdas em dirigi-las e, por fim, a incursão armada originada no radicalismo pequeno burguês. Para ele,

o comportamento da pequena burguesia (...) representa o apoio e o sustento da prática militarista. A classe operária não estava envolvida nesta onda de militarismo. Ausentes deste palco de lutas, os operários não conseguiam combinar sua luta concreta nas fábricas com as ações de expropriação. A tática de expropriar a burguesia através de assaltos não encontrou repercussões práticas no meio operário, nem se tornou instrumento de mobilização operária.¹⁴⁷

Quanto aos erros na prática da luta interna: seguindo pelo mesmo caminho da superficialidade das críticas aos partidos e organizações pré-64, diz que os militantes revolucionários se polarizaram em bases elásticas que não duraram. Esse processo de luta teve duas fases:

A primeira diz respeito aos rompimentos precoces que geraram pequenas organizações estaduais e municipais que não participaram organizadamente de um processo crítico e que não se constituíram em organizações importantes, como as DIs (dissidências estudantis) e que se fundiram as organizações “guerrilheiras”, criando organizações sem expressão como ALA (Ala Vermelha do PCdoB) e POC (Partido Operário Comunista). E na segunda visivelmente se refere à ALN, *“Observando que os longos processos de discussão das outras organizações levavam a uma nova ‘inércia’, optou por um sistema de alianças com as organizações pequenas e dispersas no território nacional e assim formou uma grande organização sem programa único e sem estratégia única. Talvez um único*

¹⁴⁶ DEBATE. Autocrítica que não foi feita II. (Diogo Tavares). Paris, FR. N° 9. p. 38-39.

¹⁴⁷ DEBATE. Autocrítica que não foi feita II. (Diogo Tavares). Paris, FR. N° 9. p. 39.

princípio as unia – a ação armada”.¹⁴⁸ E continua dizendo que, se por um lado a ALA, o POC e o PCBR entraram em desvios talvez por terem uma concepção de “maquete” do partido leninista, e por isso não serem flexíveis para a ação, a ALN, assim como a VPR, encontraram essa flexibilidade na ausência de uma concepção de partido.

Aqui se abre uma nova fonte de debate, ou seja, a de encontrar quem detém o direito de se dizer leninista. DEBATE, a todo o momento conclamava ao estudo pormenorizado do leninismo, onde pelo que nos parece, de maneira quase bíblica, estariam as respostas para a reorganização dos revolucionários. Leninismo este que teria sido marginalizado em detrimento do que chamam de “extremismo de classe média” ou “militarismo” que haveria influenciado “... *militantes e grupos de origem marxista leninista e com prática prolongada no movimento operário*”.¹⁴⁹ Além disso, também se tem a falta de consenso em relação ao que é leninismo, já que, para eles:

... a prática anterior, mesmo no que se refere às formações políticas que se pretendiam leninistas, não foi capaz de materializar uma concepção satisfatória do que significa ser leninista no Brasil de hoje. Ao mesmo tempo a situação de derrota em que nos encontramos tende a comprovar, mais uma vez, que é mais difícil do que se pensa “fazer a revolução” sem uma ideia clara do leninismo...¹⁵⁰

E para se ter essa ideia clara, como já citamos, seria inadiável o estudo pormenorizado das teses de Lênin.

Por último, mas não menos importante, além da necessidade do partido revolucionário, a retirada das massas da inércia, DEBATE via a necessidade de uma união das esquerdas em todas as frentes.

¹⁴⁸ DEBATE. Impressões de uma Primeira Leitura. (A. Silva). Paris FR, n°7, Set. 1971. p. 56.

¹⁴⁹ DEBATE. Atualidade do Leninismo. (Editorial). Paris FR, n°9, Abr. 1972. p. 3.

¹⁵⁰ DEBATE. Atualidade do Leninismo. (Editorial). Paris FR, n°9, Abr. 1972. p. 4.

Desde o primeiro número, a postura “*frentista*” da DEBATE se evidenciava, mas é a partir do número três, e já com uma identidade mais forte, que DEBATE se apoiou na ideia da “Unidade de Esquerda”. Ali começou a se colocar contra o refluxo das massas e o conseqüente isolamento dos grupos armados. E ao mesmo tempo iniciou a promoção de uma ideia de reorganização, como veremos em editorial deste número, onde define: “*Por unidade de esquerda, entendemos a unidade das forças que compõem o movimento popular em seus diferentes níveis de organização. Tal unidade não é simplesmente a unidade das organizações de esquerda; fundamentalmente é a unidade de todos os explorados e oprimidos pela ditadura*”. Mas, como coloca adiante, a unidade das massas exploradas teria como pré-condição a união das organizações e partidos de esquerda, assim a questão da unidade se desdobra em: unificação da esquerda ao nível partidário e de frente; e a questão do programa popular, enquanto “*expressão sintética e coerente das aspirações e das necessidades objetivas imediatas e mediatas das grandes massas da população. Mas ambas necessitam de uma estratégia revolucionária, uma solução de conjunto*”.¹⁵¹

Neste momento aconteceu a primeira divergência no DEBATE, de acordo com o documento “Plataforma Política¹⁵²”. Com o lançamento do quarto número, houve a ruptura entre a “minoría” e a “maioría”, como é relatada. Um dos motivos deste afastamento se deu, de acordo com o documento, por divergências na produção dos editoriais, já que a “maioría” era a favor da publicação dos editoriais da revista a partir da votação e consentimento da maior parte dos militantes, enquanto a minoría só aceitava a publicação a partir da unanimidade de votos. De acordo com os que permaneceram na editoração da

¹⁵¹ DEBATE. Editorial: Unidade de Esquerda. Paris FR, 1970. P. 2.

¹⁵² Este documento, publicado no número 12 de abril de 1973, será o divisor de águas no que se refere às reavaliações de posições do coletivo DEBATE.

revista, trabalhar pela unanimidade daria poder de veto para um ínfimo contingente de militantes.

O mesmo número quatro foi uma edição especial em que se discutia a FBI (Frente Brasileira de Informação) e a reorganização dos comunistas. No exílio, esta entidade apareceu como possível órgão responsável pela união dos exilados brasileiros, organização que também contava com trânsito e colaboração de estrangeiros. Organizada por Miguel Arraes na Argélia e Marcio Moreira Alves na França, a FBI “foi uma unidade de ação de todas as formações” onde “praticamente todos os exilados” se reuniram para denunciar a tortura no Brasil e formular documentos denúncia contra o regime militar brasileiro.¹⁵³ De acordo com o documento “Plataforma Política”, o segundo motivo, e acreditamos, o mais sensato, que teria levado à ruptura destes militantes minoritários com o coletivo, foi que

A maioria adotara uma posição de princípio marxista sobre o trabalho de unidade no exterior: devia ser um trabalho pela base, agrupando os brasileiros na denúncia e na propaganda da resistência popular. A minoria (tratava-se de dois camaradas ligados à VAR-Palmares e ao POC) considerava que a FBI devia se constituir a partir de acordo entre as personalidades que imprimiam o boletim FBI, a Frente Armada (então super representada em Alger), as organizações de “luta armada” que flertavam com a Frente Armada, e finalmente os independentes, isto é, o resto¹⁵⁴.

Pelo que entendemos do texto, o DEBATE se via como o “resto” na sua relação com a FBI. A Frente Brasileira de Informação mostrava ter uma afinidade hierárquica em seu entendimento da revolução, que deixaria os exilados “independentes” (caso do grupo DEBATE) como últimos no plano das decisões do movimento. Tendo então como agentes principais os organismos que mais teriam contatos no Brasil.

Pelo que se sabe, “o camarada ligado ao POC” era Michael Löwy. Este se desligou no terceiro número publicado pela DEBATE, e em seu depoimento já referido disse que era

¹⁵³ Entrevista cedida por João Quartim de Moraes em 15 de janeiro de 2010.

¹⁵⁴ DEBATE. Projeto Plataforma Política. Paris FR, n°12, Abr. 1973. p. 7.

a favor de “... *uma unificação da esquerda revolucionária brasileira. Mas também achava que o papel dos exilados, neste respeito, era limitado, o essencial tendo que vir do Brasil mesmo.*”¹⁵⁵ Além disso, ele também se engajara na FBI, que naquele momento era criticada pelo DEBATE.

A DEBATE até segunda ordem apoiava as ações da FBI, mas neste número especial (edição que se referia ao primeiro ano de aniversário da FBI), a entidade era posta em crítica. Para DEBATE, alguns problemas que entravavam o desenvolvimento da FBI seriam consequência da situação política geral do Brasil. Outros são problemas surgidos no próprio seio da FBI. Quanto ao primeiro aspecto, deu como exemplo a inexistência de uma frente única contra a ditadura no Brasil, e o próprio distanciamento espacial da entidade, já que se encontrava no exílio, sem representação em terras brasileiras. A segunda ordem de problemas, de cunho interno à própria FBI, seria a indefinição da estrutura organizatória e dos critérios políticos que orientavam seus membros e direção em todos os níveis; empirismo e improvisação nas relações com partidos e organizações dentro do Brasil; e empirismo, improvisação e conciliação nas discussões internas. Quanto à resolução desses problemas, o editorial advertia que “*Não lhe cabe, nem lhe é possível eliminar os primeiros, mas é dever impostergável de todos que militam e que se interessam pela FBI buscar desde já soluções para os segundos*”.¹⁵⁶

Continuando o balanço crítico que faz da ação da organização, dizia que esta avançou no que concerne às denúncias de repressão, e principalmente tortura como método de combate à “resistência popular”. E, para isso: “... *a FBI contou principalmente com seus próprios recursos humanos e materiais, a saber, com os militantes brasileiros exilados e*

¹⁵⁵ LÖWY, Michael. Questões DEBATE. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Rodrigo Pezzonia. Em: 14 mar. 2010.

¹⁵⁶ DEBATE. Pela Reorganização da FBI em Paris. Paris FR, n°4, Dez. 1970. p. 3.

com as entidades e partidos progressistas e socialistas nos diversos lugares em que se encontra a emigração brasileira.” Mas relatava também que sempre existiu “entendimento” entre a FBI e as organizações e partidos brasileiros, mas de maneira informal e sem se assumirem entre si, causando a indefinição das “*questões relativas ao conteúdo político e a estrutura orgânica da FBI*”.¹⁵⁷

Assim, entendemos que para o DEBATE, no Brasil não existia uma organização de resistência interna forte e unificada. Além disso, a FBI não estava tendo êxito na parca relação que tinha com as poucas organizações que se encontravam em terras brasileiras.

A partir de 1972, já se via que a visão do DEBATE quanto à luta armada começara a mudar. São constatações que aparentam nos textos evidente decepção, como podemos ver nesta citação que, embora longa, não podemos nos furtar em expor:

De um modo geral, algumas destas partes ainda refletem um período em que eu – como muitos outros comunistas – considerava que a luta entre marxistas e militaristas era uma espécie de luta interna no seio de um mesmo movimento de luta armada. Mudou o natal e mudei eu. A experiência de luta armada, tal como se desenvolveu concretamente, longe de unir os revolucionários, e especialmente os revolucionários marxistas (sendo estes últimos os únicos combatentes consequentes na luta pela transformação socialista de nossa sociedade) limitou-se a alterar o caráter e as modalidades de seu fracionamento. Ao mesmo tempo, assumiu um conteúdo de classe bastante nítido, deixando de ser a expressão indiferenciada da revolta das classes populares urbanas contra a ditadura, para assumir e veicular o ponto de vista elitista das modernas camadas médias urbanas (...) hoje não cabe mais tentar modificar por dentro os grupos de guerrilha urbana, nem de mostrar o irrealismo de seus projetos de guerrilha rural. Insistir nesta tarefa, já no quinto ano desde o início da resistência armada, seria dar murro em ponta de faca. Aliás, são os militaristas os primeiros a “não querer conversa” com os marxistas. Se continuarmos conversando, é a despeito deles...¹⁵⁸

Já no editorial do décimo número da DEBATE, em um momento de revisão do que havia sido produzido até ali, o grupo deixou claro seus objetivos, que seriam o “*de orientar o debate de forma que todos os militantes revolucionários, independente de suas*

¹⁵⁷ DEBATE. Pela Reorganização da FBI em Paris. Paris FR, n°4, Dez. 1970. p. 3.

¹⁵⁸ DEBATE. Marxismo e Extremismo de Classe Média: A experiência da luta armada de 1968-1972. (Fernando Andrade) Paris FR, n°9, Abr. 1972. p.21.

posições atuais, possam encontrar em nossa publicação um rumo de pesquisa e reflexão orientado no sentido da unificação dos esforços sobre a base do socialismo científico.”

Mas, embora DEBATE tivesse esse caráter plural, o grupo tinha definido muito bem com quem queria se relacionar, como veremos na sequência daquele mesmo editorial, dizendo que:

Serve principalmente (1) aos que encontram nele um instrumento e uma tribuna para defender e fazer avançar as posições políticas que julgam as mais justas; (2) aos que, embora não concordem em linhas gerais ou com pontos específicos das concepções defendidas pelo coletivo DEBATE, consideram, no entanto, que nossa publicação constitui um fator positivo e necessário na clarificação das posições, na superação das divergências artificiais ou meramente residuais e no estabelecimento de uma nova polarização, correspondendo desta vez a divergências reais, que exprimem necessidades históricas da revolução no Brasil. DEBATE não serve (3) aos círculos e organizações ainda marcados pelo sectarismo que tanto dano fez à causa da Revolução em nosso país e (4) aos militantes influenciados por um dogmatismo simplista, característico daqueles cuja revolta contra a ordem capitalista se encontra ainda em um estágio primário, e não adquiriu ainda a consistência teórica e política que constitui o patrimônio do marxismo e das melhores tradições do movimento operário e comunista internacional.¹⁵⁹

Assim, para estes que foram citados no trecho acima, *“E efetivamente, para quem considera que o problema central da revolução brasileira é saber se o foco (ou a coluna ou o destacamento armado) é estratégico ou tático, DEBATE está mesmo “por fora” das “grandes” questões da revolução...¹⁶⁰”*

Daí por diante, os trabalhos publicados na DEBATE referentes à luta armada cada vez mais tiveram teor negativo. Em 1973, no em seu décimo segundo número, a DEBATE publicou a sua “Plataforma Política”, documento que externa um antigo objetivo do grupo, que é a “... reunificação dos marxistas leninistas do Brasil num único PARTIDO COMUNISTA, concebido como destacamento mais avançado do movimento operário e

¹⁵⁹ DEBATE. Avançar com o Marxismo na Luta Ideológica. (Editorial) Paris Fr. N°10. Ago. 1972.

¹⁶⁰ DEBATE. Avançar com o Marxismo na Luta Ideológica. (Editorial) Paris Fr. N°10. Ago. 1972.

revolucionário do Brasil”.¹⁶¹ Já em 1974, o boletim dizia ter atingido seu objetivo, já que naquele numero (15) todas as matérias teriam sido assinadas pelos seus militantes, dizendo em sua apresentação que:

É com satisfação que constatamos ter reunido ao longo dos quatro anos de existência de DEBATE, os recursos humanos capazes de responder, do ponto de vista revolucionário do marxismo, às grandes preocupações relativas à compreensão do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira e das condições objetivas de sua transformação.¹⁶²

Então, ao mesmo tempo em que revalidavam sua posição de receber contribuições referentes ao que chamam de “derrocada militarista”, declaravam explicitamente que o caráter de discussão da luta armada estava ultrapassado. Daí por diante muito pouco foi discutido a respeito das vias armadas da revolução.

Em todo o período estudado, principalmente no que diz respeito aos textos de Fernando Andrade (mas claro, não só os dele), o “militarismo” tinha nome, era Jamil Rodrigues, pseudônimo do economista e professor Ladislav Dowbor. No próximo capítulo, tentaremos recuperar o debate entre “militaristas” e “massistas” a partir dos textos destes dois teóricos da resistência armada: João Quartim de Moraes e seus textos publicados na DEBATE e Ladislav Dowbor a partir do documento que ficou conhecido como o principal escrito “militarista”: “O Caminho da Vanguarda”.

¹⁶¹ APUD. ROLLEMBERG, 2007. p. 301.

¹⁶² DEBATE. Apresentação. Paris FR, n°15, Mai. 1974. p.1

IV. “Massismo” x “Militarismo”: Entre Fernando Andrade e Jamil Rodrigues

A visão da Fernando Andrade acerca da Revolução Brasileira é muito clara, e vem das experiências nos movimentos armados contra a ditadura. Quartim, um ex-militante expulso da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) por suas divergências com a organização, via nas posições “militaristas” da esquerda armada em negar às massas a condição de agente principal revolucionário, e na falta de uma centralização de um partido revolucionário, o motivo de seu isolamento e desorganização. Mas isto já relatamos nos capítulos anteriores. No sentido oposto ao pensamento de Andrade estava Jamil Rodrigues, a quem citava criticamente em seus textos sempre que se dirigia a estudar a “atualidade” da esquerda armada.

Ladislaw Dowbor (Jamil Rodrigues), filho de imigrantes poloneses radicado no Brasil, atuou na VPR de 1968, quando voltou da Suíça, onde ficou alguns anos estudando economia, até abril de 1970, data em que foi preso, sendo solto nem dois meses mais tarde em troca do embaixador alemão sequestrado por um comando da VPR e da ALN. Os textos inclusos no documento “O Caminho da Vanguarda” (ou “Teses de Jamil”) foi elaborado por Jamil Rodrigues em meados de 1969 quando dos seus 28 anos de idade, e distribuído pela VPR em fins de 1970 quando o autor já estava no exílio. “A Vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase da Revolução” é o texto central que deu origem aos demais, elaborados justamente para tentar esclarecer e aprofundar as teses nele esboçadas¹⁶³. Neste texto, como o próprio título já diz, diferente do que pensava Fernando Andrade (Quartim),

¹⁶³ RIDENTI, Marcelo. A Vanguarda Armada e as Massas na Revolução que não Ocorreu. IN: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, ANPOCS, 1987. 170.

as massas não teriam participação no primeiro momento da revolução, o que seria uma das principais discordâncias entre os intelectuais.

Diferente das concepções vistas até aqui pela DEBATE, e por sua vez de Andrade, o documento de Jamil se rebela quanto à preponderância de posições teóricas em detrimento das práticas, já que, de acordo com Ridenti, para Jamil “*A teoria da revolução brasileira seria fruto natural da prática revolucionária (...) a teoria tinha que ser constituída “na luta”, não em “discussões de gabinete*”¹⁶⁴. Outras divergências veremos no decorrer do capítulo, ao compararmos os documentos.

Bem, assim, este escreveu o que foi um dos únicos e mais bem estruturados documentos teóricos da luta armada. Nestes textos, além de trafegar pelos clássicos (Marx e Engels), pelos revolucionários (Debray e Guevara), e pensadores da realidade brasileira (Celso Furtado, Octavio Ianni, Caio Prado Junior), assume como base de seu pensamento as ideias de Gunder Frank, principalmente no que diz respeito à *Teoria da Dependência*¹⁶⁵.

É importante ressaltar que estamos falando de dois teóricos da Vanguarda Popular Revolucionária, levando em conta que, principalmente na VPR naquele momento histórico de tentativa de revolução armada, a prática revolucionária era primordial em detrimento da teoria, que não era vista com bons olhos pelas organizações. Então, todo o esforço teórico ficaria tachado com o termo pejorativo de *teoricismo*.

Neste capítulo, então, traçaremos as principais ideias destes dois teóricos da luta armada a partir de seus textos, ou seja, Fernando Andrade com os artigos publicados na

¹⁶⁴ Ibid. p.173.

¹⁶⁵ A teoria da dependência é entendida por Jamil, como nos mostra Ridenti, como dependência dos países periféricos aos centrais, onde os primeiros não poderiam se desenvolver estando “... condenados ao subdesenvolvimento e à estagnação dentro do capitalismo, jamais poderiam passar de satélites das metrópoles centrais; a única via para superar o atraso estaria na constituição de um Estado Socialista que liberasse o desenvolvimento independente da nação.” (RIDENTI, 1993 p. 36)

DEBATE e outros publicados mais tarde, e Jamil Rodrigues com o seu “O Caminho da Vanguarda”, além de depoimentos cedidos a nós e outros pesquisadores.

Mas antes, vemos necessária uma breve comparação biográfica.

Biografias: As militâncias dentro e fora do Brasil

Embora houvesse várias divergências entre os pensamentos de ambos os intelectuais, suas biografias de militância política no período ditatorial é bem similar. Suas experiências de vida, suas relações sociais e as formas de manifestação do pensamento foram muito parecidas. Inclusive, o caminho traçado por eles após o fim de tal momento político nacional não diverge.

Anteriormente, já falamos da biografia de João Quartim de Moraes, sendo assim, nos resta agora falar um pouco de Ladislau Dowbor, comparando suas vivências e experiências. Como fontes de informação sobre este militante nos ateremos a dois documentos: Uma entrevista concedida a Marcelo Ridenti no ano de 1986, e o prontuário de Dowbor existente nas páginas do projeto Brasil Nunca Mais. Infelizmente, por indisponibilidade de Dowbor, não conseguimos seu depoimento, mas acreditamos que estas fontes que aqui elencamos bastam para a proposta que apresentamos no trabalho.

As semelhanças começam pela experiência acadêmica precoce. Ambos nasceram no início dos anos 40, e, embora com pouca diferença de idade, seriam mais velhos do que a grande maioria que se colocou em posição armada contra a ditadura em fins dos 60. Essa diferença de idade possivelmente fez com que tivessem compreendido o golpe diferente dos mais moços, que nasceram no pós-Segunda Grande Guerra, no chamado *baby boom*.

Então, assim como Quartim, Dowbor recebeu o golpe aos 23 anos de idade, e embora ainda um tanto confuso com a situação, de acordo com ele, já tinha severa

consciência das injustiças sociais praticadas no Brasil. Sua passagem por Pernambuco na adolescência havia lhe dado esse sentido.

Assim como Quartim, Jamil saiu do país logo após o golpe, mas não com objetivo equivalente (estudar), e sim por estar receoso quanto à repressão, pois havia sido preso por estudar russo¹⁶⁶. Mas mesmo saindo de maneira diferente, fora do país se ocupou do mesmo objetivo: a especialização acadêmica. Estudou economia em Lousanne, Suíça, onde começou a ter contato com os teóricos em que se apóia na construção dos seus textos da época de VPR, o mais importante sendo Franz Fanon. Fanon, aliás, seria um dos motivos para ainda em Paris, onde Quartim e Ladislau se conheceram, surgirem diferenças entre estes dois intelectuais, como revela Quartim:

Já não apreciei porque ele era fanoniano. Intelectualmente, já eram duas escolas diferentes. Ele era fanoniano, terceiro mundista, tecnocrático, eu vinha da escola que você conhece a escola do marxismo, então a trajetória intelectual já era diferente, embora fossemos intelectuais, nós dois. E a segunda diferença, é que ele realmente tinha uma identificação com essa questão do foco da ação armada, então eu via aquilo como uma dinâmica, tentava ver pelo menos, como uma dinâmica de luta de massas. Eu continuava achando que o movimento social é a chave para a explicação da história.¹⁶⁷

Em artigo de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães sobre a recepção de Franz Fanon pelos intelectuais brasileiros, este fala de uma recepção “morna” às ideias de Fanon no início dos 60, tendo como base dois fatos: o primeiro deles é que pouco após o primeiro contato com sua obra sobreveio o golpe, e com ele o exílio. O segundo é que aqueles que acreditavam na violência revolucionária passaram à clandestinidade, tornando tênues os seus elos com o mundo cultural¹⁶⁸.

¹⁶⁶ O que é peculiar, já que também estudava italiano, e fazia um curso de literatura na Associação Brasil-Estados Unidos

¹⁶⁷ Entrevista concedida à Marcelo Ridenti em 19/02/1986.

¹⁶⁸ GUIMARÃES, Antonio S. A. A Recepção de Fanon no Brasil e a Identidade Negra. IN: Novos Estudos. N° 81; CEBRAP: São Paulo, Julho 2008.

Desta forma, ao centralizarmos esta discussão nas personagens analisadas perceberemos que, no caso de Quartim, como já vimos, era avesso às posições “neo-colonialistas”, já que via na luta de classes o fundamento revolucionário, assim, indo de encontro às ideias Fanonianas, principalmente as de *Condenados da Terra*, onde a disputa colonial estava muito presente, como vemos, por exemplo, na significativa recepção que suas ideias tiveram nas lutas de libertação africanas naquele mesmo período. Quartim levaria ao pé da letra o ideário de internacionalização marxista-leninista, onde a revolução se daria pela mão de seu agente principal, o proletariado em ascensão.

Já Dowbor, via nas posições defendidas por Quartim a transposição cega das ideias Bolcheviques à realidade brasileira, já que – entre outras concepções que veremos adiante – existiriam grandes massas marginalizadas que seriam também forças para o vigor revolucionário. Ou seja, não só nas cidades, mas principalmente no campo seria necessário fazer trabalhos para que se chegasse ao objetivo final. Ficam evidentes então as leituras que se fizeram naquele momento do próprio marxismo, já que ambos se baseavam nas ideias marxistas. Por um lado, se tem o Marx “tradicional”, e por outro lado uma nova leitura que tentou se moldar às realidades existentes naquele momento, para a qual a incorporação de Fanon foi essencial. Como o próprio Guimarães diz: *Psicanalista brilhante e mau político, para uns; ideólogo radical, para outros, Fanon terá de esperar por uma nova esquerda para ser lido com simpatia.*¹⁶⁹ Esta nova esquerda à qual o autor se refere, são exatamente estes jovens de classe média que desenganados com os projetos pacíficos e tradicionais dos velhos militantes, procuraram em novas leituras substância teórica para novas formas de luta.

¹⁶⁹ GUIMARÃES, Antonio S. A. A Recepção de Fanon no Brasil e a Identidade Negra. IN: Novos Estudos. N° 81; CEBRAP: São Paulo, Julho 2008. p. 105.

Outra semelhança nas biografias seria a oportunidade de convívio com toda a primeira geração de exilados, em particular com José Maria Crispim, que, além de importante quadro da resistência contra a ditadura em terras européias, também serviu para contribuir à politização destes jovens, como salienta o próprio Dowbor em entrevista a Ridenti, e como também já vimos anteriormente quando nos referimos a João Quartim.

Voltando ao Brasil, eles encontraram um cenário diferente daquele que deixaram quando da saída do país logo após o golpe. Era 1968. Neste momento, o ambiente estava muito mais propício para revoltas do que em 1964-65, as discussões acerca da luta armada já estavam bastante avançadas, já que a repressão ao movimento estudantil se tornava cada vez mais robusta e violenta.

Assim, neste retorno, a entrada de ambos para uma organização armada (ainda sem nome naquele momento, mas que mais tarde se chamará Vanguarda Popular Revolucionária – VPR) era provável. Mas o que observamos é que desde o início, enquanto Dowbor parecia ter uma visão muito mais certa e crente a respeito da necessidade da luta armada, Quartim ainda via com certas ressalvas grande parte das táticas e estratégias que levariam à vitória, ou até mesmo à eficácia da forma armada de luta contra o regime.

De acordo com Dowbor, em sua entrada na Organização não tinha intenções políticas, sua atuação era muito mais executiva que de direção, conjuntura que só mudou após as divergências entre os três setores, principalmente no já citado embate entre o setor logístico e o urbano¹⁷⁰. Já no estudo que André Chagas fez sobre a VPR, o setor “rural” ou do “campo” (responsável por organizar e deflagrar a luta no campo) teria sido “... *estruturado a partir do retorno de Ladislau Dowbor da França para o Brasil em julho de*

¹⁷⁰ Entrevista concedida a Marcelo Ridenti em 20/02/1986.

1968”¹⁷¹, versão que parece mais verossímil, devido à rápida ascensão de Jamil dentro da organização em tão pouco tempo. Quartim chegou com a posição de comandar o setor “urbano” da organização, este que tinha o objetivo de congregar e organizar os militantes operários e estudantis, mas teve desde o início uma veia de forte oposição aos outros dois setores.

Dowbor, como já citado teve uma posição mais executiva dentro da organização, um pouco pelas suas posições mais claras em defesa da luta armada, e principalmente por estar de acordo com as posições defendidas por Onofre e a “logística”. Sua passagem pela VPR foi mais longa que a de Quartim, pois este, em meados de 1969 (após sua expulsão) se exilou, enquanto que Dowbor permaneceu por mais um breve período ao lado de Onofre. Além disso, Quartim visivelmente assumiu uma postura muito mais teórica na Organização, em seus depoimentos fica muito clara sua postura de “intelectual da organização”. Inclusive, pelos depoimentos e textos estudados, Quartim, mesmo tentando assumir um papel de liderança dentro da organização após o já citado Congresso da Praianada, não o vemos como militante de frente de combate. Acreditamos sim, que seria a inteligência por trás das ações.

A permanência e a viva atuação de Jamil, tanto no país quanto na VPR, fez com que estivesse muito mais visível para a repressão, como se pode notar, por exemplo, em um documento encontrado no Projeto Brasil Nunca Mais, em que as forças de repressão o colocam como: *“Perigosíssima figura, envolvido em assaltos e sequestros a diplomatas. É comprovadamente membro atuante, e altamente atuante, da VAR – Palmares...”*¹⁷² O sequestro ao qual o documento se refere, é a captura, por forças da VPR do Cônsul japonês

¹⁷¹ CHAGAS, F. A. G. das. A Vanguarda Popular revolucionária: dilemas e perspectivas da Luta Armada no Brasil (1968-1971). Dissertação de Mestrado: UNESP/Franca, 2000. p. 33.

¹⁷² BNM 095. Caixa 2. Mandado de Citação.

em 11 de março de 1970¹⁷³. Após esta ação, Dowbor foi exilado junto com os militantes libertados com a captura do embaixador alemão, e ficou exilado até 1981.

Pontos Críticos

O texto *O Caminho da Vanguarda* já foi amplamente discutido, de forma direta ou indireta, por diversos pesquisadores. Todas as pesquisas que tiveram como objeto a reação armada ao regime militar, de forma ou outra, passaram por este texto que, a nosso ver, foi o mais esclarecido e bem elaborado trabalho teórico produzido por um militante de organização armada. Assim, não pretendemos aqui refazer os passos de autores que trabalharam exaustivamente este texto, mas simplesmente encontrar no *Caminho da Vanguarda* pontos que debatam a crítica de Fernando Andrade (João Quartim de Moraes) na revista DEBATE, o mais fervoroso debatedor das ideias “jamilistas”.

Iniciando, acreditamos que devemos entender melhor o que ambos entendiam como “Marxismo”, já que, naquele momento, o verdadeiro marxismo estava na organização à qual o indivíduo pertencia, e nunca na do outro. O mesmo se vê em contexto religioso na busca da verdadeira fé, aquela que salvaria a todos que defendem aqueles princípios, e só àqueles.

O contexto religioso não é utilizado aqui de maneira leviana. A todo o momento, os termos mais comumente usados em embates religiosos como “ortodoxia” e “dogmatismo”, foram fixados como adjetivos nas discussões referentes ao processo revolucionário, e mais especificamente no uso dos conceitos e práticas marxistas. Não diferente é o quando tratamos das peculiaridades entre Jamil e Fernando Andrade. Jamil escreveu no primeiro capítulo de seu texto parecendo ver de maneira, (e agora abusando

¹⁷³ Historiograficamente este caso é muito pouco estudado. Para os interessados em saber mais sobre este episódio ver: Projeto Brasil Nunca Mais, BNM, 365.

dos termos religiosos) quase que inquisitorial os preceitos marxistas de então: “*Durante cinquenta anos, a fidelidade ao marxismo foi considerada como fidelidade textual às palavras de Marx e Lênin. Enquanto os que tentavam introduzir ideias novas eram expulsos e perseguidos, o marxismo estagnou totalmente como ciência, no dogmatismo*¹⁷⁴.”

Para entendermos melhor esta passagem, temos que compreender um pouco melhor o que ocorria no debate das esquerdas naquele período. Em meados da década de 50, mais especificamente 1956, o mundo comunista sofreu o primeiro e maior abalo de sua história, a divulgação do Relatório Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, onde o regime de Stalin acabou por ser desmascarado. Este fato trouxe um mal estar mundial, principalmente para aqueles que até então acreditavam cegamente na imagem e política de Stalin. As reações dentro dos Partidos Comunistas por todo mundo foram da incredulidade e negação do dito relatório, ao desespero e abandono de suas fileiras. Este fato fez também que as posições da Internacional Comunista, após o XX congresso, deixassem muito a desejar a aqueles que viam a necessidade de uma via mais direta para chegada ao socialismo, já que o sentido pacifista e etapista tomara conta dos discursos dos PCs.

Jamil Rodrigues, em seu documento se mostrou vorazmente suscetível à revisão científica dos escritos de Karl Marx, ele também, como vemos nos trecho extraído, via a necessidade de se apartar destas visões dogmáticas, partir do método inventado por Marx (Materialismo Histórico) teria o objetivo de, no maior rigor científico, analisar “*as leis especiais que regem um sistema determinado, o capitalismo.*¹⁷⁵”

¹⁷⁴ RODRIGUES, Jamil. O Caminho da Vanguarda. Teoria e Prática. P.1.

¹⁷⁵ RODRIGUES, Jamil. O caminho da Vanguarda. Teoria e Prática. P.1.

Mas aí entramos em outro grande dilema, até que ponto as teorias marxistas poderiam ser revisadas. Para Jamil, enquanto existisse a característica fundamental do capitalismo (que para ele é a propriedade privada) as leis de Marx não necessitariam ser reexaminadas. Mas o que teria que ser feito de imediato seria uma aplicação das leis de Marx inseridas n’*O Capital* à realidade histórica atual, e, a partir dos resultados, procurar uma estratégia que lhe corresponda. Assim, o que fica muito evidente em um primeiro plano nas teorias jamilistas é seu posicionamento quanto àqueles que o criticam, e aqui personificaremos em Fernando Andrade, principalmente no que concerne ao hábito de transplantar os moldes da revolução bolchevique de 1917 para o Brasil da década de 1970.

Na introdução de *O Caminho da Vanguarda* há um resumo de como a VPR veria o Marxismo, e conseqüentemente, Jamil:

Somos uma organização marxista-leninista. Isto significa que procuramos utilizar essa ciência para dar respostas concretas à nossa situação específica. O marxismo é uma ciência, e, portanto universal. Sua universalidade se realiza, porém, na especificidade dos problemas que ele torna claros, no caminho que ele ajuda a indicar à vanguarda. É a nossa busca desse caminho, os erros e acertos inerentes a essa busca do marxismo (da análise concreta que recusa os dogmas, as fórmulas e as transplantações que nada têm a ver com a vida), é esse esforço que torna válida a divulgação de nossos trabalhos, que torna universal e enriquecedora a nossa prática.¹⁷⁶

Já Quartim desprezava as posições de seu desafeto intelectual:

Jamil foi o doutrinário não apenas da euforia armada, mas da completa revisão do marxismo-leninismo em nosso movimento revolucionário. Vai nisso seu interesse (exprimiou de maneira mais conseqüente que outros suas ideias, deu-lhes uma forma mais acabada e buscou mesmo sair do terreno da discussão puramente tática para ir buscar na “realidade brasileira” os fundamentos de sua “nova” doutrina) e sua miséria. O marxismo é invencível porque é verdadeiro. O jamilismo é vencível porque é falso. A verdade tem suas leis e elas as implacáveis¹⁷⁷.

Em nossa pesquisa, ficou muito claro o fato de que – principalmente nestes primeiros anos da revista – a DEBATE seguiu, de forma preponderante, as ideias de João

¹⁷⁶ RODRIGUES, Jamil. *O Caminho da Vanguarda*. introdução da VPR p.I.

¹⁷⁷ DEBATE. *Marxismo e Extremismo de Classe Média: A experiência da luta armada de 1968 a 1972*. Paris Fr, N° 9. Abr.1972. p. 27.

Quartim de Moraes. Embora os nomes (ou codinomes) estampados sob o título dos textos fossem de outros autores do grupo, desde o momento em que rodam os primeiros números em mimeógrafo, foram as ideias de Quartim que permeavam as discussões destes jovens, e que ali estão impressas. Sendo assim, refletiam nos demais as opiniões de Quartim em relação a Jamil. Eduardo Abramovay nos disse, em um tom bem humorado que, mesmo sem o conhecer pessoalmente, todos eram inimigos e odiavam Ladislau Dowbor. Se pode então imaginar o que as “Teses de Jamil” significavam para o grupo. No mínimo serviriam como um manual do que NÃO seria a revolução.

Assim, vamos começar com o que as páginas da DEBATE traziam quando se falava de Jamil Rodrigues:

Já no primeiro número da DEBATE, em fevereiro de 1970, um texto assinado por Marta Alves (Marise Farhi) já colocou que o autor “J” (Jamil) estaria procedendo de maneira “abstrata e a-histórica” em seu trabalho. Marta Alves pontuou que o contato com as massas deveria ser feito por enquadramento do partido, e não de forma anônima como na vanguarda – esta exaustivamente defendida por Dowbor. As massas deveriam lutar por si, e não se submeter a uma vanguarda que lute por ela. Defendeu em seu texto uma linha política como propaganda do partido, em detrimento da “propaganda revolucionária”, esta que se limitaria às ações, e esclareceu que o Partido seria a instituição permanente, enquanto a vanguarda seria um órgão volúvel. Assim, embora a vanguarda nasça de uma situação histórica, sua sobrevivência dependeu de sua de sua habilidade tática. E finalizando, Marta atacou dizendo que a organização armada se preocupa com o apoio local ante ao nacional, o que não estaria correto, dada a necessidade de apoio das massas na condução revolucionária.

Aqui já temos, resumidamente, alguns pontos principais das discordâncias teóricas entre Jamil e Fernando Andrade. Agora destacaremos melhor nas palavras dos dois intelectuais, suas posições e divergências a respeito do assunto.

Vemos que existem duas grandes questões que estão em jogo neste embate entre estes militantes intelectuais. O primeiro tem um caráter diríamos pessoal, que permeia estas desavenças políticas. Existe um intenso combate entre egos, o que é muito comum nas relações intelectuais. Notamos esta evidência principalmente nos depoimentos e escritos de Quartim, onde, em vários momentos é quase palpável o rancor por ter sido desligado da organização e substituído como intelectual por Dowbor. Quando perguntado sobre esta substituição, diz: *Claro... Escriba... Ele foi escriba... Exatamente, isso é lapidar. O Jamil, no coração do Onofre, e na função, foi o escriba, o teórico... Teorizou até com um certo talento, uma certa criatividade: a revolução cibernética*¹⁷⁸. Além disso, existia pelo que parece, uma expectativa muito grande em torno destas duas figuras. Como nos relatou Eduardo Abramovay quando questionado sobre sua visão destes atritos. Ele revela: *“Tinha uma coisa muito pessoal nisso aí, porque os dois eram muito inteligentes, com a vocação de serem os Lenins da nossa revolução, se ela acontecesse.”* Além disso, continua Abramovay: *“O João era um cara muito difícil como pessoa... Ele era um sujeito muito... Criava muito problema, muito enfrentamento... De uma personalidade muito difícil. Vivia brigando com todo mundo”*¹⁷⁹.

Já Jamil, pelo que aferimos, nunca revidou as críticas feitas por Quartim. Talvez, o mais perto que tenha chegado de uma reação vem por meio de uma singela provocação. Isto ocorreu quando, como recorda o próprio Quartim, do lançamento do livro de Dowbor,

¹⁷⁸ Entrevista concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho em 18-19/06/1986.

¹⁷⁹ Entrevista concedida por Eduardo Abramovay em 21/01/2011.

Guiné Bissau: a busca da independência econômica. Nesta ocasião Dowbor envia um exemplar para João Quartim com os dizeres de dedicatória: “Ao Joãozinho, segue esse singelo estudo sobre economia da Guiné Bissau. Militaristicamente seu, Ladislau Dowbor.”¹⁸⁰.

Outro momento em que podemos notar que ele reagiu às críticas (mas não podemos afirmar que esta crítica fosse endereçada a Quartim) é no próprio *O Caminho da Vanguarda*, onde diz que a primeira fase da luta armada era anti-teoria, fase esta já ultrapassada, já que aquela era a fase da “teoria a serviço da luta armada”. E continua:

A teoria da luta armada que atualmente se desenvolve surge dos grupos armados, da mão dos “militaristas” e não dos “teóricos” (...), pois os que estão totalmente engajados na luta não podem se satisfazer com “slogans” ou paráfrases do marxismo-leninismo. Cada afirmação, cada análise política, encontra sua verificação pela morte ou sobrevivência de companheiros¹⁸¹.

Mas vemos aí que ele próprio utiliza do termo militarista (entre aspas) para atingir aqueles que o chamavam desta forma. Se pensarmos que, em entrevista a Marcelo Ridenti, Quartim diz ter forjado esta expressão, e, além disso, ter uma sabida inclinação aos rigores teóricos, não seria um absurdo acreditar que poderia ser ele, Quartim, o alvo desta “alfinetada”.

A outra questão, daí voltando para o âmbito político ideológico, se encerra nas disparidades das posições ao se pensar em até que ponto a luta armada tomaria o lugar da luta política.

Jamil tinha clara visão que naquele momento histórico só a luta armada teria êxito na reação à ditadura, e via também a necessidade de se distanciar das elucubrações teóricas, como vemos na introdução ao *Caminho da Vanguarda*, onde se lê: “1 . A

¹⁸⁰ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/02/2010.

¹⁸¹ RODRIGUES, Jamil. *O Caminho da Vanguarda. Nossa Teoria Revolucionária*. p. 10.

*esquerda armada é a única oposição real ao regime ditatorial militar a serviço do capitalismo monopolista. 2. Sua linha política se elabora na necessidade de resolver problemas práticos quotidianos no fogo de uma luta extremamente violenta que nos faz pagar muito caro – e imediatamente – pelos erros cometidos.*¹⁸²” Já Quartim rebatia esta linha, dizendo em texto que foi amplamente divulgado por importantes meios de comunicação de esquerda da época, como *Les Temps Modernes* e *New Left Review*, que: “*Na guerra revolucionária é a política que comanda o fuzil, é a capacidade de mobilizar e orientar as massas que mostra até que ponto uma organização armada tornou-se vanguarda política do povo.*”¹⁸³

Desta forma, a constatação que Quartim queria a todo o momento evidenciar nos textos críticos às ideias de Jamil, era que o caminho seria uma luta “híbrida”, sem se limitar às ações armadas, mantendo o contato com as massas. Sem vanguardismos, voluntarismos, o que na teoria leninista pode ser chamado de “espontaneísmo”.

Como já vimos em capítulo anterior, Fernando Andrade (Quartim) via na criação de uma ampla frente de combate, sob a égide centralizadora de um Partido, a organização imprescindível para o sucesso da reação e tomada de poder no processo revolucionário tivesse êxito.

Aqui entra um grande problema nas ideias de Jamil, referente à sua posição quanto o caráter da revolução. Na entrevista que concedeu à Ridenti, falando da “dança” das variadas dissidências que pipocavam das organizações, diz ele: “... *a minha concepção de oposição, sempre foi de oposição ampla, popular, no sentido mais largo, de formação de*

¹⁸² RODRIGUES, Jamil. O Caminho da Vanguarda. Introdução da VPR. p. I.

¹⁸³ DEBATE. Introdução às teses de Debray. (João Quartim) Paris FR, n°2, Abr. 1970. p.7. Lembrando que outras versões deste mesmo texto podem ser encontradas na *New Left Review* (número 59, 1970) com o título “Regis Debray and the Brazilian Revolution”; na *Les Temps Modernes* (número 292, 1970) sob o título “La Guérille Urbane au Brésil” e em um livro lançado pela New Left Review Books intitulado *Dictatorship and Armes Struggle in Brazil* (1971).

*frente. Eu tenho isso até hoje como concepção básica.*¹⁸⁴” Só que se nos debruçarmos sobre os textos referentes ao período em que ambos, Quartim e Jamil, militaram na VPR, veremos que o fator principal da expulsão do primeiro é o fato de defender exatamente a ideia de “Frente Ampla”, enquanto os ligados a Jamil acreditavam na luta de vanguarda. Ridenti, aliás, questiona este posicionamento na entrevista. E Jamil responde:

A problemática é outra. A minha concepção era essa: ampla – até hoje se entra nessa problemática que é esse debate. Mas para mim era isso. Você tem que ver que cada pessoa que vai entrando neste movimento armado, são das mais variadas origens, que tem um denominador comum: a luta. Mas o que é que um velho que passou 20 anos de PC; e o que é que um cara que é um camponês estar bravo com um delegado ou um jagunço; o que é certa área militar que, simplesmente, se sentiu esmagada dentro das próprias transformações que o exército estava sofrendo; o que é a gente que tinha lido Régis Debray e, de repente, estava com a cabeça voando. As origens e as motivações eram extremamente profundas, profundamente diferenciadas. Foi só com o tempo – com anos de convívio – que a gente descobriu que estava tudo junto na mesma frente, mas com razões profundamente diferentes, concepções profundamente diferentes.¹⁸⁵

Entendemos então que Jamil realmente entendia necessária a formação de uma frente ampla, mas uma frente formada tão somente pelas vanguardas armadas compostas por quadros ligados a categorias limitadas, que, para ele, teriam maior facilidade de organização nesta primeira fase da revolução. Ou seja, uma definição de “Frente Ampla” *sui generis*. Esta posição de Jamil relevaria a um segundo ponto de embate entre ele e Andrade, ou seja, qual seria a participação das massas no processo revolucionário, e quem faria parte dela. Mas isso veremos adiante.

Jamil admitia que naquele momento as vanguardas não estavam obtendo o sucesso desejado, e ainda eram de porte muito pequeno, mas delegava esta dificuldade à etapa inicial, pela qual o processo revolucionário passava. Para ele, a vanguarda não tinha forte representação política, mas ao mesmo tempo não aceitava a caracterização de “militarista”.

¹⁸⁴ Entrevista concedida a Marcelo Ridenti em 20/02/1986.

¹⁸⁵ Entrevista concedida a Marcelo Ridenti em 20/02/1986.

“O seu desafio (da vanguarda) é fundamentalmente político, e não militar, mas se faz pelas armas.”¹⁸⁶ Entendemos que para Jamil, a vanguarda era o partido em forma embrionária, e que, só poderia se desenvolver a partir da segunda fase da revolução. “Vanguarda armada que se transforma em vanguarda política” Então, na primeira fase, embora não houvesse um trabalho de massas, contraditoriamente Jamil dizia que esta não poderia refluir. Acreditava que haveria uma intensa repressão sobre elas que, por si só levaria a sua radicalização.

Mas então vejamos qual seria, para ele, a participação das massas na primeira fase:

Nossa forma de contato fundamental com as massas na fase atual é a agitação, visando conseguir apoio à vanguarda armada, permitindo que esta se desenvolva. A educação marxista deverá ser profunda e obrigatória dentro da vanguarda, crescendo com ela até se transformar em educação das massas como consequência do desenvolvimento da vanguarda¹⁸⁷.

Desta forma, a primeira fase teria três objetivos, como nos mostra Ridenti: Repercussão política nacional junto ao povo, projetando-se como poder alternativo; desafio direto armado ao poder constituído; e repercussão local em áreas de possível desenvolvimento da luta armada, ou seja, no campo. Já que entendia que no campo seria possível ao mesmo tempo criar uma infra-estrutura militar, e uma base política com menor probabilidade de repressão policial. Na segunda fase as condições já estariam mais avançadas, o projeto da guerrilha rural estaria desenvolvido, e a partir dos preceitos “foquistas” e aí com intensa participação das massas, eclodiria a revolução. Neste ponto temos que levantar um fato interessante que, tanto na visão de Dowbor, quanto de Quartim, foi um dos motivos para o pouco sucesso da VPR no processo da luta revolucionária: o fato

¹⁸⁶ RODRIGUES, Jamil. O Caminho da Vanguarda. A Vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase da Revolução. p. 37.

¹⁸⁷ RODRIGUES, Jamil. O Caminho da Vanguarda. O Caráter da Revolução p. 18.

de a organização pregar a guerrilha rural, mas predominantemente promover ações urbanas, embora tenha tido êxito relativo em um episódio no Vale da Ribeira.

Mas as divergências em relação às massas não se limitavam apenas ao movimento em que estas seriam aproveitadas na revolução, mas também, se inseria na discussão de quais as categorias que fariam parte desta massa, e quem seria o principal agente revolucionário.

Em outro texto publicado na DEBATE, este assinado por Fernando Andrade, as questões ligadas à participação das massas eram a todo tempo usadas como forma de atacar Jamil. No editorial do terceiro número, intitulado: *Unidade de Esquerda*, mas uma vez sem ser citado seu nome, Jamil é o alvo. O texto indica como motivo das constantes quedas, estarem intimamente ligadas à recusa ao trabalho com as massas, ao trabalho ideológico e ao afastamento da teoria marxista, tomando como base a teoria da impossibilidade da ação das massas na primeira etapa da revolução, e ele diz em relação a Jamil:

Em lugar da concepção marxista da luta de classes campeiam as mais extravagantes elucubrações do tipo tecnocrático sobre a eficácia militar da “organização armada”. Um dos autores mais prolíferos desta tendência (Jamil) chega a declarar que: uma organização armada deve enfrentar os mesmo problemas que uma indústria: não se pode aumentar a produção aumentando simplesmente a mão de obra.

E continua mais adiante:

... num país capitalista onde se suprimiram as instituições clássicas da república burguesa, em especial as liberdades políticas e constitucionais do tipo democrático burguês (...) não são de molde a facilitar a ligação dos destacamentos de vanguarda (...) com as grandes massas da população. Mas em nome das dificuldades que comporta hoje o trabalho de massas, voltar as costas às massas, ainda que seja só na presente etapa, e um suicídio político...¹⁸⁸

Assim, as massas não poderiam ficar à revelia do processo revolucionário, mas participar dele, pois “*a emancipação dos explorados deve ser obra dos próprios*”

¹⁸⁸ DEBATE. Editorial: Unidade de Esquerda. Paris, FR, n°3, Nov. 1970. p.3.

explorados”. E claro, para a organização destes explorados seria necessário um partido revolucionário.

Mas daí entra outro grande *imbróglio* nesta disputa ideológica: como se comporia a massa, ou seja, quais as classes e/ou categorias que seriam eleitas para esta missão?

Para João Quartim, o proletariado seria o principal agente revolucionário. E aqui voltamos a crítica de Dowbor quanto à transposição das ideias externas para a realidade brasileira, já que, para Dowbor, no caso brasileiro, teria naquele momento um operariado débil e ainda em formação, pois disporia de realidade muito mais rural que urbana. Assim, o campesinato teria um papel principal neste processo, inclusive, sendo tratado por Jamil enquanto proletário rural.

... o proletariado não pode ser mais considerado como única classe com objetivos revolucionários. Não se pode considerar o resto da população como exército de reserva. A contradição fundamental do capitalismo, contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade dos bens de produção, ao tornar-se mais aguda, cria uma situação revolucionária. (...) A agudização da contradição fundamental do capitalismo se manifesta no fato de que cada vez novas camadas perdem interesse em colaborar com ele, e é criminoso não aproveitá-las todas na revolução, na medida mesmo em que a revolução brasileira só pode ser socialista. Qualificar hoje nossa revolução de “proletária” como se uma revolução proletária fosse mais radical que uma revolução anti-imperialista é crer no poder radicalizante das palavras.¹⁸⁹

E em ponto anterior, diz:

Nosso campesinato é realmente um proletariado e tem como inimigo o imperialismo (e taticamente, seu representante, o patrão latifundiário). E, no ser mobilizado para a revolução, lutará contra esse patrão, estabelecendo relações de produção socialistas e não burguesas.”¹⁹⁰

Isto leva Quartim às mais duras críticas contra Jamil, que estaria reinventando o marxismo, pois estaria mudando o próprio conceito de proletariado, já que não seria mais o mesmo proletariado descrito por Marx e Lênin.

¹⁸⁹ RODRIGUES, Jamil. O Caminho da Vanguarda. Quem são as Massas. P. 19.

¹⁹⁰ RODRIGUES, Jamil. O Caminho da Vanguarda. Nossa Teoria Revolucionária. p. 6.

Jamil acreditava então que existiam, além da classe proletária, outras categorias que deveriam participar do processo revolucionário, que seriam caracterizadas como “massas economicamente marginalizadas”, que se refere à “... *imensa faixa da população em desemprego, em subemprego, em pequenas e micro propriedades agrícolas improdutivas, ou emprego de biscate, enfim, toda a população que o capitalismo monopolista exclui do processo econômico, e que somente poderá encontrar o seu lugar neste processo suprimindo o sistema.*”¹⁹¹

Abrimos aqui um parêntese no que confere ao final da citação de Jamil, onde se refere a não colaboração da população em relação ao regime. Este foi um equívoco das esquerdas, se pensarmos que mesmo não apoiando a ditadura, apoiavam menos ainda a resistência. O governo vigente, através de sua “modernização conservadora”, principalmente com o advento do “milagre brasileiro”, conseguiu se sustentar em meio à população. E claro, soma-se a isso o pífio interesse das “massas” para a política, mesmo em âmbito mais geral.

Com o tempo as críticas de Andrade a Jamil só vão ficando mais ácidas, e agora mais diretas. Em trecho de seus estudos (reproduzido na DEBATE pelo próprio Fernando Andrade), Jamil fala que só existiam dois modos de produção: Imperialista e o Estado socialista, este que deveria ser

... apoiado no povo em armas e na participação popular constante durante a construção do socialismo. Uma burguesia nacional lançando-se contra o imperialismo, porque nacional, e sem participação popular, porque burguesa, é hoje um sonho alegre de alguns generais e membros do PCB. No Plano Teórico é, pois absurdo falar em burguesia nacional...

Quartim retruca:

Realmente Jamil é entendido em matéria de absurdos. Deixemos de lado os mais gritantes, como o “modo de produção imperialista”, “o Estado socialista” como modo de produção, etc., etc. Deixemos também de lado o fato

¹⁹¹ RODRIGUES, Jamil. O Caminho da Vanguarda. Quem são as Massas. p. 22.

curioso de que o “radicalismo” jamilista se apoiou nas análises econômicas de autores como Celso Furtado e Barros de Castro. Isto é, que o fundamento teórico de Jamil provenha em linha reta do reformismo tecnocrático. Pergunte-nos apenas se no Peru, na Bolívia, no Chile – ou então na Argélia, no Egito, etc., etc., o modo de produção dominante é imperialista. Parece que não. No “modelo” jamilista tais países só podem ter como meio de produção, o “Estado Socialista”.¹⁹²

Aqui fica muito clara uma crítica a Jamil, e que, aliás, muito se parece com as que ele faz aos “massistas”, ou seja, o de transposição de ideias externas ao âmbito nacional. A diferença é que para Jamil, o que não poderia acontecer era a transposição às ideias soviéticas ao caso brasileiro, e, para Quartim, era Jamil quem transpunha as ideias de outros pontos da América Latina para o caso nacional, o que até certo ponto procede. Pois é de se entender esta posição de Jamil, já que sempre foi muito influenciado pelas ideias de Gunder Frank, e sua teoria da dependência. Quartim, em entrevista que nos concedeu, diz que: “*É. Ele tinha uma visão daquilo que a gente chamava de terceiro mundista, ele não era comunista. Mas eram diferenças... Veja, não era sequer marxista a fundo, estudou, naquele momento ele tinha muito a questão do terceiro mundismo.*”¹⁹³

Esta ligação com as ideias “terceiro mundistas”, à qual Quartim se refere, evidencia-se em vários trabalhos de Dowbor, mas um em especial traz no seu próprio título sua crença na teoria do subdesenvolvimento “*A Formação do 3º Mundo*”¹⁹⁴ lançado logo na sua volta para o Brasil em 1981. Neste trabalho ele deixa muito claro que não basta apenas que os economistas de esquerda elaborem suas teorias sem levar em conta a especificidade e problemática do terceiro mundo. Faz-se necessária uma teoria voltada para ele, para que assim não surjam propostas absurdas em todos os níveis de análise. Ou seja, a

¹⁹² DEBATE. Sobre a Natureza de Classe da Ditadura Oligárquico-Militar. Paris FR, Fev. 1971. p. 5-6.

¹⁹³ Entrevista concedida por João Quartim em 15/01/2010

¹⁹⁴ DOWBOR, Ladislau. A Formação do 3º Mundo. Coleção: Tudo é História 35. São Paulo: Brasiliense, 1981.

nosso ver, como o próprio Quartim notou, seria a transposição das experiências dos países de “terceiro mundo”, africanos e latinos, à realidade nacional.

Então, nos resta entender quais eram os alvos da revolução Jamilista, que, como todos os demais pontos, contradiziam as ideias de Quartim, começando pelo âmbito nacional. Jamil acreditava ser um absurdo dividirmos os inimigos da nação entre interno e externo, já que o inimigo interno nada mais seria do que um braço do externo. Diferente de Quartim, que entendia que a burguesia nacional deveria ser a primeira a ser combatida enquanto classe. Jamil se recusava a separar a realidade nacional e a imperialista, já que para ele, ambas são regidas pelas mesmas leis e se integram em um processo histórico global.

Para Jamil, a burguesia nacional tem relação antagônica com o imperialismo, já que esta, tendo como objetivo levar adiante o desenvolvimento das forças produtivas é paralisado pelo imperialismo, e por consequência as forças produtivas. Assim, uma classe mais atrasada como a burguesia não seria capaz de revolucionar um modo de produção mais avançado como o imperialista. Ou seja, pelo que entendemos, o modo de produção imperialista já estaria demasiadamente avançado para a intervenção da etapa burguesa. O capitalismo já está desenvolvido.

Sendo assim, para Jamil, valorizar a burguesia nacional como um dos agentes revolucionários seria nadar contra a maré da história. É salvar algo que já se foi, e que já se desenvolveu em relação às etapas da revolução. Derrotar o imperialismo seria o último passo para se chegar ao socialismo, por isso, naquele momento histórico, o que deveria ser feito era a revolução socialista, e não salvar os “representantes locais do imperialismo”. Assim, uma vez que Jamil não entendia a burguesia como classe, mas um “regime”, o inimigo de classe seria o imperialismo e a revolução socialista teria ao mesmo tempo o

caráter de Libertação Nacional, ou seja, completamente o oposto das posições assumidas por Quartim, que não admitia a idéia de Libertação Nacional, dado o fato de que não entendia o Brasil como país colonizado (ou neo-colonizado).

Assim como a burguesia, para Jamil o proletariado estaria conivente com as etapas revolucionárias e as ações da burguesia, já que seria ela quem o desenvolveria (forças produtivas) como classe revolucionária. *“Concebendo o imperialismo como único modo de produção capitalista adotado no nível moderno de desenvolvimento das forças produtivas, fica evidente que a alternativa não é a burguesia nacional – imperialismo, e sim “imperialismo dirigido internamente” ou “imperialismo dirigido do exterior”.* E o “imperialismo dirigido internamente” não poderia evidentemente dar maior desenvolvimento ao proletariado que o “imperialismo dirigido de fora”, a não ser que abandonasse a tecnologia moderna e montasse fábricas do século passado¹⁹⁵.

Marcelo Ridenti nos ajuda a entender as ideias de Jamil para este caso. Ridenti, concorda com Jamil no que concerne a não existência de uma burguesia com interesses totalmente independentes do imperialismo numa época de extraordinária internacionalização, mas discorda de sua ideia de não existência de uma burguesia brasileira como classe. Para Jamil não existiriam classes dominantes no Brasil, mas apenas agentes do imperialismo.

Não vemos a posição de Jamil em negar a burguesia nacional com excepcionalidade. Ainda hoje esta discussão está em pauta nos meios acadêmicos e em agremiações partidárias de esquerda, e são raras as vezes em que se chega em um ponto de entendimento.

¹⁹⁵ RODRIGUES, Jamil. O Caminho da Vanguarda. Nossa Teoria Revolucionária. p. 5.

A partir de 1973, e neste momento já distante do apoio crítico à luta armada, em tom de desilusão Fernando Andrade fala de Jamil e do poder que a luta armada teve de fracionar ao invés de unir:

Jamil, que nos seus bons tempos quase chegou a ser o teórico da classe média radical, reduziu-se, com o descenso dos métodos que preconizava, a um teórico radical de classe média. O que não o impediu de ser a expressão mais acabada, por que conseqüente consigo mesma – desta síntese de pragmatismo pequeno burguês e de elitismo tecnocrático que constituiu – e constitui – o pólo ideológico dominante na resistência armada à ditadura, sobretudo à partir de 1969¹⁹⁶.

Para ambos este fracionamento e o fim dos movimentos armados muito teriam a ver também com a morte de Carlos Marighella, aquele que, de acordo com ambos teria sido influente nacional e internacionalmente. Ou seja, um dos motivos da derrota das esquerdas foi a não absorção do impacto da queda e morte de Marighella, procurando outras táticas de luta.

Mas Quartim entende o quanto Jamil influenciou: *“Porque mesmo sendo falsas (suas teses) exprimem certa verdade, a verdade de um momento da evolução ideológica de nossa esquerda. Verdade que foi bíblia de muita gente.”*¹⁹⁷

Aliás, mesmo os próximos a ele até certo ponto divergiam no teor das críticas contra Jamil, como nos relatou em seu depoimento Quartim, quando de uma conversa com Roberto Schwarcz: *“Uma vez ele me disse, sabendo que iria me incomodar: Porque sucesso (de Jamil)? Porque é ele quem esta falando o que está ocorrendo, você está sendo preconizatório, você esta preconizando como deveria ter sido o movimento.”*¹⁹⁸

¹⁹⁶ DEBATE. Marxismo e Extremismo de Classe Média: A experiência da luta armada de 1968 a 1972. Paris Fr, N° 9. Abr.1972. p. 21.

¹⁹⁷ DEBATE. Marxismo e Extremismo de Classe Média: A experiência da luta armada de 1968 a 1972. Paris Fr, N° 9. Abr.1972. p. 27-28.

¹⁹⁸ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/01/2010.

Até mesmo aqueles jovens que viam de forma crítica o documento de Jamil, acabariam por se aliar a ele na luta revolucionária da VPR, como relata em suas memórias Alfredo Sirkis:

Por maiores que fossem minhas dúvidas a respeito das posições expressas naquele documento “A vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase” era mais forte o impulso de entrar na organização que o Minc caíra tentando construir, a organização onde estava o “pessoal da pesada”, o único que tinha armas e o preparo para deflagrar a guerrilha rural e a propaganda armada nas cidades. O futuro exército guerrilheiro do legendário capitão Lamarca, melhor atirador do IIº Exército, perito em anti-guerrilha que passara com (muitas) armas e (pouca) bagagens para o lado da revolução¹⁹⁹.

Assim, vemos que o documento de Jamil teria como aliado para sua difusão, todo um aparato de *background* que daria credibilidade para a teoria. Ou seja, a VPR, Lamarca, armas, dinheiro dariam credibilidade prática à organização, enquanto *O Caminho da Vanguarda* daria a abalização teórica.

Hoje em dia Quartim diz ter mudado sua posição sobre um assunto que foi alvo dos embates mais violentos entre os dois, exatamente, o caráter anti-imperialista de luta. Quartim vê então, passados mais de 30 anos de seus embates, que Jamil estava certo no que se referia à luta ser anti-imperialista, vemos isso quando ele fala do aspecto democrático defendido pela DEBATE no pós 1974:

Então, esses anos, a partir de 74 há uma concentração na formulação do programa marxista e aí a democracia é uma palavra chave muito grande, isso hoje eu mudei. Não que eu seja contra a democracia, de modo algum, mas eu tenho uma visão mais crítica quanto ao modo que ela é empregada, da inevitável confusão ideológica entre democracia histórico-revolucionária... E, o fato que democracy, hoje para os povos da periferia colonial do capitalismo, quando o gringo fala democracy, já vá abaixando que vem míssil. Então eu acho que o centro da luta política hoje é o anti-imperialismo. Isso eu mudei, colocava em um plano secundário. E é normal, porque no Brasil, de fato, a conquista das liberdades políticas ou liberdades democráticas era central. Mas também porque eu discuti demais, como nós todo esse tema...²⁰⁰

¹⁹⁹ SIRKIS, Alfredo. Os Carbonários: memórias da guerrilha que vivi. Global Editora: São Paulo, 1980.

²⁰⁰ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/01/2010.

Assim, um termo “proibido” nos anos 70 para Quartim (colonialismo), hoje é defendido por ele, e o aspecto “democrático”²⁰¹ das lutas que deram base a DEBATE em certo período, é deixado em segundo plano (sem esquecer-se deste aspecto).

Os problemas de Quartim com Dowbor se perpetuam por mais de uma década após o período estudado, quando Quartim de Moraes argumenta sarcasticamente que Jamil “... teorizou até com certo talento a revolução cibernética²⁰²”. E chega a se referir em um artigo de 1989, utilizando a expressão dita por outro militante da VPR (José Carlos Barreto²⁰³), que, “... a luta armada (a partir das ideias de Jamil) *ter-se-ia reduzido a atos de “porra-louquismo esporádico”*”²⁰⁴.

Na entrevista que fizemos com Quartim recentemente, perguntamos sobre as investidas críticas contra Jamil, lembrando-o inclusive destas últimas relatadas acima, e ele nos respondeu:

É mas daí já não estava disputando nada. Eu estava disputando a memória, é isso q você esta fazendo, é a batalha da memória, aí continua disputando sempre. Mas agora eu disputo menos... Já não repetiria essas coisas... Com menos ênfase e procuro também não fazer muita brincadeira. Na brincadeira, na gozação, você ainda está polemizando, né? Eu não estou polemizando... Não no nosso campo, é um cara q lutou, com métodos equivocados, mas lutou com coragem, um homem inteligente que viveu intensamente sua época, sua vida, taí entendeu? De modo que envelhecendo eu tenho uma visão muito mais amena da relação com ele, embora, repito, eu briguei, bati boca com muita gente. Mas nunca com ele, não tenho lembrança de ter discutido, não tenho.²⁰⁵

²⁰¹ Quartim, em um artigo recente, faz um balanço histórico dos últimos 25 anos de democracia brasileira. MORAES, João Quartim. Patologias Congênitas das Instituições de 1988: IN: Ideias: Nova Série – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 1. Volume 1. 2010 WWW.ifch.unicamp.br/ojs/index/article/view/6

²⁰² Entrevista concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho em 18-19/06/1986.

²⁰³ Zequinha Barreto foi um influente operário nas greves de Osasco em 1968, e morreu junto ao capitão Carlos Lamarca em emboscada na Bahia em 1971

²⁰⁴ MORAES, João Quartim. A Mobilização Democrática e o Desencadeamento da Luta Armada no Brasil em 1968: Notas Historiográficas e Observações Críticas. IN: Tempo Social; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 1(2), 2ºSem. 1989. p. 143.

²⁰⁵ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15/01/2010.

Não haveria outra forma de terminarmos este capítulo, senão desta forma, ou seja, com uma (levando em consideração os limites da personalidade de João Quartim de Moraes) demonstração de respeito. Víamos desde o início desta pesquisa a importância que, tanto um quanto outro teve para a elaboração das concepções teóricas desenvolvidas pela luta armada naquele período. Alguns podem dizer que seus esforços foram em vão, que não tiveram valor prático para a resistência ao regime militar. Mas não entendemos desta forma. A produção destes intelectuais há quase cinco décadas é de suma importância para todos os períodos políticos pelos quais passaram. João Quartim hoje tem uma carreira acadêmica consolidada sem nunca deixar de lado suas convicções e práticas políticas. Ladislau Dowbor, defensor e apologista do desenvolvimento sustentável, se divide entre seus afazeres acadêmicos, e é muito requisitado em todas as esferas quando este assunto é debatido.

Considerações Finais

Neste trabalho, longe da pretensão de fazer uma história da revista ou uma síntese das ideias da DEBATE e seu ideário, nosso objetivo foi apenas o de colaborar com um tema que acreditamos estar ainda um pouco marginalizado nos debates referentes a esta “grande área” que acabou se tornando os estudos sobre a “Ditadura Civil-Militar Brasileira”, ou seja, a atuação de exilados na reação ao regime militar brasileiro, seja esta prática ou teórica.

No exterior os militantes não sofreram dos mesmos males que aqueles que permaneceram lutando no Brasil, mas sofreram de males diferentes, e não menos agudos. Além do próprio degredo, a distância da sua terra, da família, cultura, do seu povo, eles ainda sofriam muitas vezes com o sentimento de culpa por não estar lutando *in loco* pelos seus ideais, por não estarem sofrendo como os que ficaram no Brasil as sevícias físicas e psicológicas ocasionadas apenas pelo entendimento de que sua forma de pensar era a correta em detrimento de outra, arbitrária. Mas constatamos que mesmo sem estar presentes no campo de luta, estes usaram das forças que podiam para vivenciar o combate.

No caso específico do grupo DEBATE, sua contribuição teórica para entender o que se passava no Brasil, sua atuação enquanto agremiação de união dos exilados que chegavam confusos na França e Chile, sua intensa ação de grupo em âmbito internacional para desmascarar a ditadura e seus métodos de ação no período mais grave e repressivo, embora silenciosa, foi de grande importância como ações revolucionárias fora do Brasil. Sabemos também que depois do período que estudamos aqui, DEBATE serviu de fórum de discussão não só mais para além-mar, mas dentro do país, sendo um grupo que junto com

tantos outros debateu e contribuiu para a realidade que se abria com o processo abertura e redemocratização.

Lembramos também que, quando comparamos o pensamento das diferentes organizações ou teóricos da esquerda, não é nosso objetivo fazer juízo das disputas entre elas, mas sim mostrar os esforços desempenhados, tanto na prática quanto na teoria, para se chegar o mais próximo do melhor modelo revolucionário. Mostramos aqui as disputas entre dois importantes teóricos exatamente com esse intuito, já que, mesmo se divergindo, e até se atacando, ambos procuraram fazer aquilo que de melhor para chegar à vitória de seus projetos, cujos limites se revelaram historicamente.

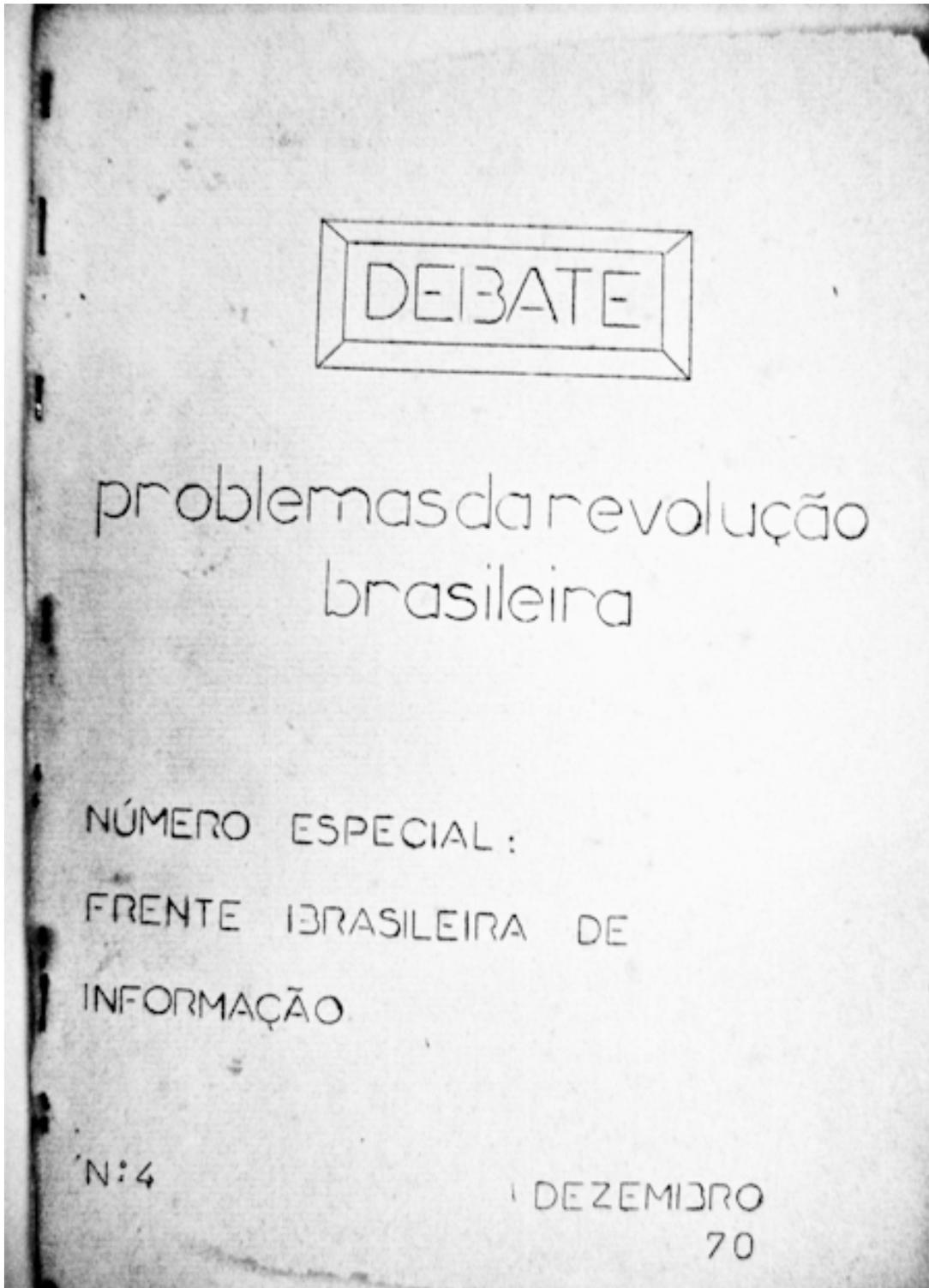
Além destes personagens que encaramos como principais desta história, muitos outros se fizeram presentes. Os depoentes de nosso trabalho hoje se destacam nas mais diversas áreas, mas todas ligadas à arte, ensino e cultura, como é o caso de Lia Zatz, uma bem sucedida escritora de livros infanto-juvenis; Breno Raigorodsky, de acordo com seu próprio perfil virtual é “Filósofo pela USP, auto-exilado a partir de 1972, primeiro em Roma, depois em Paris. Publicitário, redator, diretor de criação, e proprietário de agência até 2006”, hoje se dedica à Enologia; Eduardo Abramovay se dedica às artes, sendo proprietário de uma produtora; seu irmão Ricardo é professor titular do Instituto de Economia da Universidade de São Paulo (FEA-USP); Michael Löwy é pesquisador do Centre National de Recherches Scientifiques (CNRS) em Paris e Maria Lygia Quartim de Moraes é professora titular no departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP).

Terminamos este trabalho acreditando mais do que nunca que ainda muito falta para ser desvendado sobre a atuação dos exilados brasileiros em sua aventura em outras

terras. E acreditamos também que esta categoria, a do “intelectual exilado” será um futuro importante objeto de estudo que se colorará neste lento desvendar.

Enfim, não poderíamos deixar de relatar que, enquanto esta dissertação era finalizada, o processo de eleição da primeira mulher brasileira à presidência da república se fazia presente. Mas para além do gênero, esta seria a eleição democrática da primeira representante da esquerda armada a chegar ao cargo máximo no governo. Desta forma, aquela geração de jovens militantes guerrilheiros que há 40 anos sonhavam viver em um país do regime exceção militar, chegar ao poder (independentemente do futuro, ou dos resultados que este governo acarretará), enfim, poderia se dizer vitoriosa?

Anexos



DEBATE em seus primeiros números: Capas em letra set e interior mimeografado.



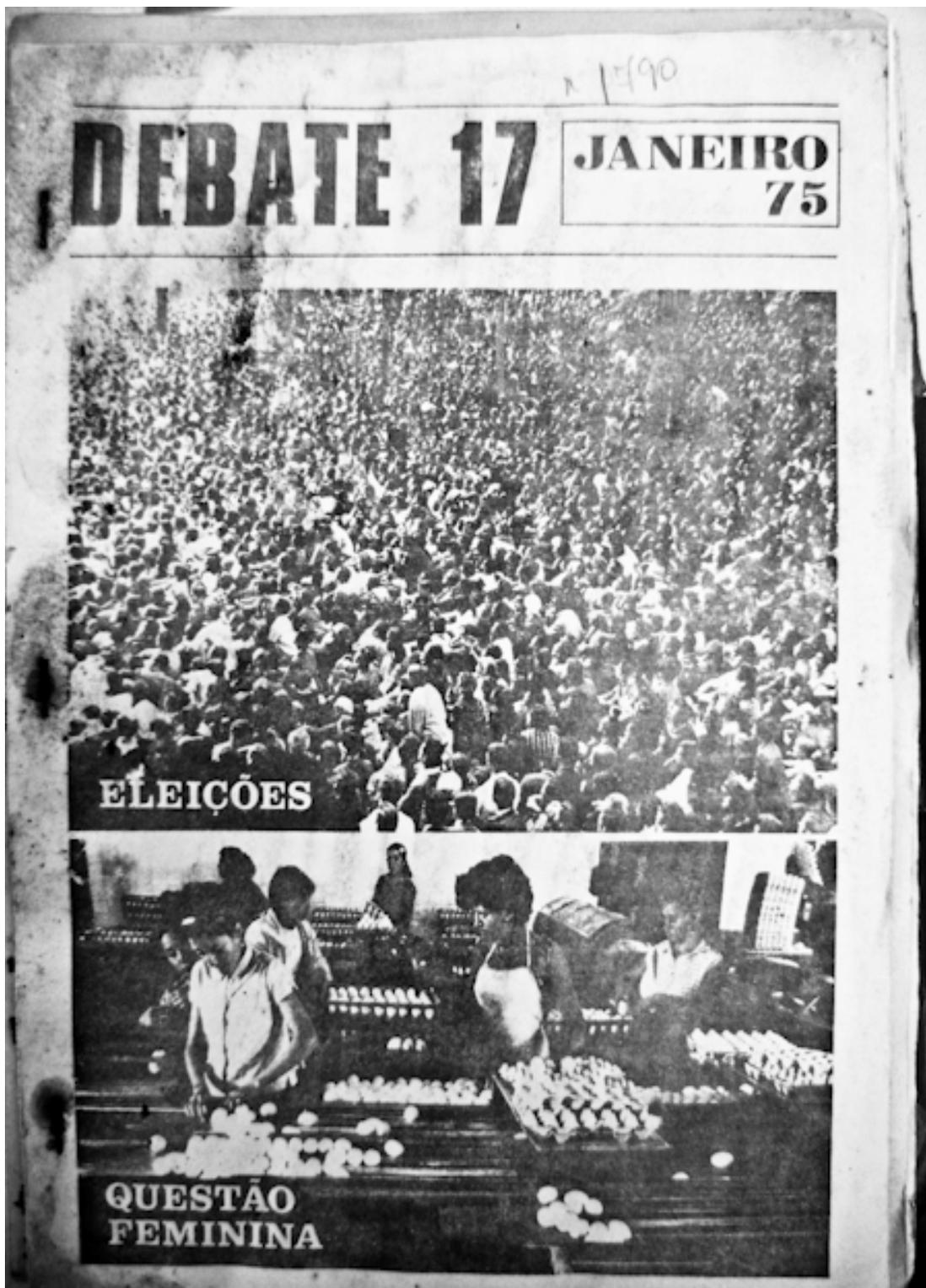
Já em abril de 1971 a DEBATE ganha sua primeira capa.

DEBATE 12

« PROJETO de PLATAFORMA »



Capa de um dos números mais importantes da revista DEBATE. Neste, o "Projeto de Plataforma Política" era apresentado, e conclamava à "União dos Comunistas".



Neste número de janeiro de 1975, a capa evidencia a mudança de foco nas preocupações da DEBATE. Saem de cena as densas discussões sobre a luta armada, e novas preocupações vem à baila, como feminismo, sindicalismo, racismo, e os assuntos principais, eleições e democracia.

Fontes

AEL – Arquivo Edgar Leurenroth

Coleção: DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira (1970-1982).

Fundo Gilberto Mathias

Coleção: Brasil Nunca Mais

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Fundo DEOPS

Depoimentos

Breno Raigorodsky (São Paulo – 26/08/2010)

Eduardo Abramovay (Vídeo Conferência, 25/05/2010)

João Carlos Kfourí Quartim de Moraes (São Paulo, 15/01/2010)

Lia Zatz (São Paulo, 26/08/2010)

Maria Lygia Quartim de Moraes (Campinas, 30/04/2010)

Ricardo Abramovay (Vídeo Conferência, 21/01/2011)

Michael Löwy (Depoimento por Correio Eletrônico, 14/03/2010)

Documento

Fotocópia do texto mimeografado de **Jamil Rodrigues: “O Caminho da Vanguarda”**

Bibliografia

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *A Revolução Faltou ao Encontro: Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (org.) *Imagens da Revolução*.

Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

_____, *Ditadura Militar, Democracia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 2005.

AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.) *O Golpe Militar 40 Anos Depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

ALMEIDA, A. M. F.; CANÊDO, L. B.; GARCIA, A.; BITTENCOURT, A. B. *Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras*. Campinas-SP: EDUNICAMP, 2004.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais: Um Relato para História*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1985.]

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. IN: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5, Anthropos. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. (orgs). *Intelectuais: Sociedade e Política*. São Paulo: Cortes, 2003.

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. São Paulo: C&A das Letras, 1995.

_____. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê editora, 2004.

CADERNOS AEL. *Tempos de Ditadura*. 14/15 IFCH, Unicamp, Campinas, 2001.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A Vanguarda Popular Revolucionária: Dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)*. Franca-SP: Dissertação de mestrado - UNESP, 2000.

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (orgs) *Memórias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial/FAPESP, 2002.
- COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record / Rosa dos Tempos, 1997.
- CUNHA, Maria de Fátima. *Eles Ousaram Lutar... A Esquerda e a Guerrilha nos anos 60/70*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- DE DECCA, Edgar. *O Silêncio do Vencidos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- DOWBOR, Ladislau. *A Formação do 3º Mundo*. Coleção: Tudo é História 35. São Paulo: Brasiliense, 1981
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classes*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1981.
- FERREIRA, Marieta Moraes. *Entrevistas: Abordagens da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. Getulio Vargas, 1994.
- FICO, Carlos. *Como Eles Agiam – Subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ed. Ática, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- _____. *Las Classes Sociales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1954.
- JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella – O Inimigo Número Um da Ditadura*. São Paulo: Ed. Sol e Chuva, 1997.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.

LÖWY, Michael. *A Evolução Política de Lukács: 1909 – 1929*. São Paulo: Cortez Editora, 1998. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

Memórias do Exílio: Brasil-(1964-19??). De muitos caminhos. vol.1, São Paulo: Livraria Livramento,. 1976.

MACIEL, Wilma Antunes. *Militares de Esquerda: formação, Participação política e engajamento na Luta Armada (1961-1974)*. São Paulo: Tese de Doutorado - USP, 2010.

MIRANDA, Nilmario; Tiburcio, Carlos. *Dos Filhos deste Solo – Mortos e Desaparecidos Políticos Durante a Ditadura Militar: A Responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

MORAES, João Quartim de . *Régis Debray and the Brazilian Revolution*. New Left Review, Londres, v. n 59, p. 61-82, 1970.

_____. *Dictatorship and Armed Struggle in Brazil*. New Left Books, Londres/Nova Iorque, 1971

_____. *A Mobilização Democrática e o Desencadeamento da Luta Armada no Brasil em 1968: Notas historiográficas e observações críticas*. Tempo Social; Revista de Sociologia. USP, São Paulo, 1(2): 135-158, 2. sem. 1989.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: A problemática dos lugares*. In.: Revista Projeto História. São Paulo: PUC, n 10.1993

PASSERINI, Luisa. *Mitobiografia em História Oral*. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.29-40.

PEREIRA, José Pacheco. *A Sombra: Estudo sobre a clandestinidade comunista*. Gradiva, 1993.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. São Paulo: Paz e Terra,1988.

POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, Silêncio*. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro CPDOC/ Fund. Getulio Vargas, n. 3, 1989.

_____. *Memória e Identidade Social*. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro CPDOC/ Fund. Getulio Vargas, n. 10, 1992.

PRADO Jr., Caio. *A Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1966.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: EDUNESP, 1993.

_____. *Em Busca do Povo Brasileiro: Artistas da Revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Record, 2001.

_____. *Classes Sociais e Representação*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis. *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Memória, História e Sociedade. A Contribuição da Narrativa de Carlos Eugênio Paz*. Campinas: UNICAMP – mestrado, 2005.

ROLLEMBERG, Denise. *A Ideia de Revolução: Da Luta Armada ao Fim do Exílio (1961 – 1979)*. Niterói: ICHF-UFF, Dissertação de Mestrado, 1992.

_____. *A Ideia de Revolução: Da Luta Armada ao Fim do Exílio (1961 – 1979)*. IN: *Que História é Essa?* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: O Treinamento Guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Muad, 2001.

_____. *Nômades, Sedentários e Metamorfoses: Trajetórias de vida no exílio*. IN: REIS., Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar 40 Anos Depois (1964 – 2004)*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

_____. *Debate no Exílio: Em Busca da Renovação*. IN: Ridenti, Marcelo; Reis, Daniel A (ORG.). *História do Marxismo no Brasil Volume VI: Partidos e Movimentos após os Anos 1960*. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SAID, Edward W. *Reflexões Sobre o Exílio e Outros Ensaios*. São Paulo. C&A das Letras, 2003.

_____. *Representações do Intelectual: As Conferências Reith de 1993*. São Paulo, C&a das Letras, 2005.

SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PCdoB: Propostas Teóricas e Práticas Políticas – 1962 – 1976*. Campinas: UNICAMP – Mestrado, 2000.

_____. *O Impacto da Revolução Cubana Sobre as Organizações Comunistas Brasileiras. (1959 – 1974)*. Campinas: UNICAMP – Doutorado, 2005.

SANT – PIERRE, Hector L. *A Política Armada: Fundamentos da Guerra Revolucionária*. São Paulo: EDUNESP, 1999.

SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. *Le Bresil des Gouvernements Militaires et L’Exil. Violence Politique , exil et accueil des Brésiliens em France: témoignages et documents*. Paris: L’Harmattan, 2008.

_____. (Dir). *L’Exil Brésilien em France: Histoire et Imaginaire*. Paris: L’Harmattan, 2008.

SILVA, Augusto Medeiros da. *Prelúdios e Noturnos: Ficções, Revisões e Trajetórias de um Projeto Político*. Campinas: UNICAMP – Mestrado, 2006.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *Os Exílios dos Intelectuais Brasileiros e Chilenos, na França, Durante as Ditaduras Militares: uma história cruzada*. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/5791>>. Acesso em: 13 jul. 2010

SILVA, Helenice Rodrigues da; KOHLER, Heliane. (orgs). *Travessias e Cruzamentos Culturais: A Mobilidade em Questão*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: memórias da guerrilha que vivi*. São Paulo: Global Editora, 1980.

SOUZA PINTO, Laudicéia de. *Gramsci e os Intelectuais*. Disponível na Internet via: http://www.achegas.net/numero/onze/laudicea_pinto_11.htm. Acesso em: 10/12/2009.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.